



A formação do curso de arquitetura e urbanismo da UFSC:
Histórias e reflexões sobre o ensino da Escola
(1977-1996)

Cora Destefani de Sousa

Florianópolis, 2023

mamis e papis, foi muito importante estar com vocês nesse momento, mil agradecimentos seriam pouquíssimo, sou cora devido a vocês sz!!!

lara, eu sei que você sabe que eu te amo.

a todos os destefanis, gratidão por fazer parte do grupo dos 11. sempre 11. uma lembrança a meu querido tio sérgio, que se despediu dessa vida terrena neste ano. te agradeço, tio, pelo cuidado por mim e por todos, sempre terei uma parte sua comigo.

a meus amigos de joinville - antigos e novos: le, le, bru, yas, fer, pet, taques, nathi, jan, maju e cinthia. sem vocês seria muito mais difícil voltar a me divertir em joinville, e muito mais solitário também. amados, obrigada.

e meus amores de floripa - bru, ju, isa, lana. amei que minha trajetória na faculdade tenha sido próxima a vocês. que sempre venham próximas!

minha casa de floripa: ju, amo você, o andy, o doni e o tuca.

aos amados que eu sabia que mesmo longe estariam sempre perto: gusta, nathan, fer, rai, junkes e weiler sz!!!

a meus colegas-camaradas do grupo campo, cidade e revolução, nosso CCR, que me fizeram olhar para o mundo de maneira mais crítica, me ensinaram a estudar, a refletir e a sempre questionar. abro aqui um agradecimento especial ao jorginho, que foi meu companheiro por um período muito importante e me ensinou tanto. obrigada.

a meu orientador, raphael, que hoje considero também meu amigo, por toda a ajuda, pelo incentivo ao debate e à pesquisa, por trazer sempre ótimas referências e por ter sido compreensivo, calmo, querido e sério durante todo o tempo em que trabalhamos juntos. obrigadão mesmo.

e um agradecimento especial a mim ;P que fui organizada com os estudos e o trabalho e mesmo assim vivi esse ano de forma intensa - como quero viver todos os outros - chorei até me esbaldar, ri até chorar, dancei até amanhecer, apaixonei, fui apaixonada, escrevi inúmeras reflexões e fui, e espero sempre ser, a melhor companhia para mim. obrigada corita, estamos juntas sz

A formação do curso de arquitetura e urbanismo da UFSC: Histórias e reflexões sobre o ensino da Escola (1977-1996)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Raphael Grazziano, Dr.

RESUMO

Este trabalho apresenta a história dos primeiros vinte anos de funcionamento do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O objetivo é analisar as discussões internas em relação ao ensino da Escola. Para isso, é realizada uma retomada histórica em relação à criação da UFSC e ao ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil, a fim de desenhar o contexto em que surgiu o curso analisado, em 1977. Assim, através de uma pesquisa documental, apresentamos cronologicamente os acontecimentos, no período de 1977 a 1996, que objetivavam pensar o ensino, a aprendizagem e as relações pedagógicas no interior do curso. Concentram-se as análises nos processos de reforma curricular buscando motivos, interesses, justificativas e premissas pedagógicas que direcionam os debates. Devido a questões administrativas e por imperativos da gestão federal do ensino superior, essas discussões em relação à reforma do ensino limitaram-se à aprovação da nova estrutura curricular em 1996, que ficou em vigência no curso por mais de 25 anos.

Palavras-chave: Estudo e Ensino de Arquitetura - Florianópolis (SC). Reforma Curricular. Formação do Arquiteto e Urbanista. Pedagogia em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1_ CONTEXTO	8
O CONTEXTO EM QUE SURTIU O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO: UM PANORAMA DA HISTÓRIA DA UFSC ATÉ 1977	
1.1 A GÊNESE DA UNIVERSIDADE	10
1.2. A ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL	17
1.3. O CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	21
1.4 O GOLPE DE 1964 E A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFSC	23
1.5. O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	27
2_ PRIMÓRDIOS	
OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL E NA UFSC	28
2.1 ENTRE AS BELAS ARTES E ESCOLAS POLITÉCNICAS: O INÍCIO DA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E A DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO NO BRASIL	31
2.2 OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO DO ARQ/UFSC	41
3_ REFORMA	52
ASPECTOS DA REFORMA CURRICULAR DE 1996 NO ARQ/UFSC	
3.1 INÍCIO DO PROCESSO; PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO ENSINO DE ARQUITETURA NA UFSC - 1986 a 1988	54
3.2 A REFORMA DO ENSINO FORA DA PAUTA PRINCIPAL - 1988 a 1994	66
3.3 RETOMADA DA DISCUSSÃO CURRICULAR E APROVAÇÃO DA NOVA MATRIZ - 1994 a 1996	75
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Em Santa Catarina, a formação de arquitetos e urbanistas se deu a partir de 1977 na Universidade Federal. As primeiras aulas foram ministradas no segundo semestre daquele ano, com professores e disciplinas oriundos do Departamento de Engenharia Civil (EMC) da Universidade. Somente dois anos depois, em 1979, foram criados o Departamento de Arquitetura (ARQ) e o Centro Acadêmico Livre de Arquitetura (CALA). Até o ano de finalização desta pesquisa, o curso já foi ministrado com três diferentes currículos. O primeiro, implantado a partir de 1977, foi desenvolvido junto aos estudos de criação de curso, por professores do Departamento da Engenharia Civil. O segundo, datado de 1979, surgiu como tentativa de solucionar alguns problemas burocráticos de disciplinas. Em 1986, por fim, inicia-se um processo de reforma que dura 10 anos, implantando uma nova estrutura curricular em 1996.

O objetivo geral do trabalho é esclarecer os motivos, interesses e necessidades da criação do curso de arquitetura e urbanismo da UFSC e analisar o debate pedagógico em seu interior. De maneira específica, buscamos, em primeiro lugar, compreender em que contexto o curso foi criado dentro da história da UFSC; depois, articular a história e debates pedagógicos de outros cursos no Brasil com o da UFSC em específico; e, por fim, buscamos entender a história do processo de reforma curricular nos primeiros 20 anos de funcionamento do curso.

O resgate da história da criação da UFSC até 1977 é o ponto de partida deste trabalho. Diferentemente do processo de criação do curso de arquitetura da instituição, sobre o qual há pouca literatura, a história da Universidade já foi contada sob diversas perspectivas. O livro “Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar”, organizado por Jean-Marie Farines, Laura Tuyama e Marli Auras (2021), foi importante neste primeiro momento para traçar a história geral da instituição, apesar de alguns pontos só serem realmente esclarecidos através de fontes complementares. A leitura também despertou indagações sobre a criação do curso de arquitetura e urbanismo, que foi concebido no período ditatorial. Então, o processo de pesquisa foi separado em duas frentes: por um lado, em relação à história específica do curso e, por outro, sobre a criação da UFSC.

Ao investigar a história do curso de arquitetura e urbanismo da UFSC, encontramos um trágico episódio ocorrido em 2004, quando um incêndio atingiu a secretaria e muitos documentos foram perdidos. Além disso, na tentativa de explorar

academicamente o assunto, pouco material foi encontrado. Alguns trabalhos como os de Pousadela (2006) e Westphal (2020) abordam de maneira sucinta a criação do curso e do Departamento, além de analisar questões sobre o ensino, mas sem ênfase na estrutura curricular. Em relação aos debates sobre a pedagogia da Escola, são encontrados poucos artigos recentes, a maioria sobre o ensino de estruturas, como Benavides, Pimenta e Fossati (2020). Apesar disso, não há fontes que esclareçam a estrutura de ensino e o caminho pedagógico que o curso percorreu nos seus primeiros anos.

Em consulta ao Arquivo Central da Universidade, foram encontrados poucos, mas importantes, documentos em relação ao início do curso. Entre eles, o primeiro currículo, implantado em 1977. Além disso, foi possível acessar portarias originais que tratavam sobre a criação do curso, algumas questões sobre a criação do Departamento, e ofícios e pareceres de coordenadores do curso e diretores do Centro Tecnológico. Esses documentos serão apresentados e discutidos no segundo capítulo do trabalho. Mas sobre a reforma curricular em si, nada foi encontrado ali.

Finalmente, quando uma investigação foi feita na secretaria do Departamento do curso, foram encontrados arquivos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Entre atas de construção do currículo na década de 1990, documentos conclusivos de seminários, escritos de professores sobre o processo, manifestações estudantis e sínteses de discussões que tinham o ensino como pauta, foi possível construir uma cronologia de 1986 a 1996 com destaque à reforma curricular. Todo esse processo será apresentado e discutido no terceiro e último capítulo do trabalho.

É este currículo, originado em 1996, que formou os arquitetos da Federal de Santa Catarina por mais de 25 anos. Nesta pesquisa, além de contribuir para o registro histórico da Escola, pretende-se criar subsídios para a discussão sobre o ensino, analisando o processo de formulação de um currículo que influenciou em grande medida a formação de arquitetos e urbanistas no estado de Santa Catarina.

1_CONTEXTO

O CONTEXTO EM QUE SURTIU O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO: UM PANORAMA DA HISTÓRIA DA UFSC ATÉ 1977

Neste capítulo serão discutidos os acontecimentos relevantes que guiaram a criação, implantação e consolidação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC¹), em Florianópolis. Objetiva-se, com isso, descrever o cenário em que foi concebido o curso de Arquitetura e Urbanismo desta instituição.

Apesar de a inauguração da UFSC ser datada em 1961, desde o início da década de 1950 há movimentações políticas que começaram a traçar os caminhos e revelar os interesses sobre sua implantação. Percebemos que esta Universidade sempre foi objeto direto de combate entre membros de duas forças políticas relevantes no Estado de Santa Catarina: Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN). A personificação desse confronto é dada por dois nomes que protagonizaram a história da criação da UFSC - João David Ferreira Lima e Henrique da Silva Fontes.

O primeiro, que nomeia o atual *Campus* da Universidade, na Trindade, foi diretor da Faculdade de Direito entre os anos 1956 a 1962 e primeiro reitor da UFSC, ocupando essa posição por 10 anos: de 1961 a 1971. Ferreira Lima era filiado ao PSD e muito próximo de importantes nomes da política brasileira, de militares a presidentes da república. Ele relata a criação e a consolidação da UFSC em seu livro de memórias “UFSC: Sonho e Realidade” (1980). Como um diário, Ferreira Lima narra processos, viagens e conversas em que esteve envolvido em relação à criação da Universidade, expondo, assim, suas ambições para a Instituição.

Henrique Fontes, por sua vez, além de fundar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1956, também foi diretor da Faculdade de Direito, exercendo o cargo entre 1933-1935 e 1942-1945. Coordenou o projeto para a construção de uma Cidade Universitária no subdistrito da Trindade, cuja implantação Ferreira Lima era publicamente contrário. Fontes era membro do partido UDN, com ideais um pouco mais progressistas em relação aos de Ferreira Lima, mas ainda muito moralistas e religiosos. Os relatos de Henrique Fontes acerca da criação da Universidade de Santa Catarina estão reunidos no livro “Pensamentos, Palavras e Obras” (2016), de organização de Armen Mamigonian e Marli Auras. Os relatos de ambos foram essenciais para a construção deste capítulo.

Além da criação da Universidade em si, nesta primeira parte do trabalho é relatado o processo pelo qual a Escola de Engenharia Industrial (EEI) da UFSC deixou de ser uma idealização de Ferreira Lima para se tornar o Centro Tecnológico da Universidade, fruto

¹ Quando criada, a Universidade foi denominada “Universidade de Santa Catarina”, com a abreviação USC, conhecida assim até a federalização em 1965, quando incorporou este status no nome. Neste trabalho, para evitar uso excessivo de siglas, usaremos sempre a abreviação “UFSC”. Todo o trâmite para a federalização da Universidade é narrado por Ferreira Lima em UFSC: Sonho e Realidade (1980).

da Reforma Universitária de 1969 - programa do governo militar para as universidades. O curso de Arquitetura e Urbanismo desta instituição foi concebido no interior do deste Centro, no Departamento de Engenharia Civil. Por esse motivo, este primeiro capítulo é finalizado com a análise dos aspectos do ensino de Engenharia Civil que serviram de bases para a consolidação do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFSC. Ao retomar esse histórico, percebemos que o ideal de desenvolvimentismo do Estado, refletido nas relações e interesses políticos dos administradores da Universidade, norteou a fundação dos primeiros cursos de Engenharia na UFSC.

1.1 A GÊNESE DA UNIVERSIDADE

A história do ensino superior no estado de Santa Catarina inicia com a fundação do Instituto Politécnico de Florianópolis, em 1917. Um grupo composto por cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, médicos, engenheiros e bacharéis de direito se reuniu com a intenção de elaborar cursos destas áreas para oferecer em uma instituição na cidade. Assim começaram a ser lecionadas as aulas para os cursos de odontologia, farmácia e engenharia geográfica em um edifício cedido pelo Estado, na esquina da Rua João Pinto com a Travessa Ratclif.

No ano de 1931, em reunião da Congregação do Instituto, José Boiteux, um dos fundadores, apresentou uma proposta de criação de uma Faculdade de Direito em Florianópolis, que foi aprovada. Formou-se então uma comissão composta por ele, o professor Henrique da Silva Fontes e o desembargador Américo Silveira Nunes, que convidaram bacharéis em Direito de Florianópolis para darem início à criação da Faculdade em 1932. Até 1937 a Faculdade funcionou na esquina da Rua Felipe Schmidt com a Praça XV, quando se mudou definitivamente para a Rua Esteves Junior, 11.

A Faculdade de Direito funcionou em caráter Estadual Público durante os primeiros cinco anos até ser federalizada em 1937. Um mês após a federalização, contudo, Getúlio Vargas dá início ao período ditatorial conhecido como Estado Novo (1937 - 1945) e outorga uma Constituição que, além de criminalizar partidos políticos no país, proíbe acumulações de cargos públicos. Neste momento, com receio de perder a maioria de seus professores que também ocupavam outros cargos, a Faculdade passa a ser de caráter privado. Após este período, já na quarta república, em 1956, João David Ferreira Lima, filho de Joaquim Ferreira Lima, um dos fundadores do Instituto Politécnico, esteve à frente dos processos para federalizar, mais uma vez, a Faculdade de Direito.

Além de ser a mais antiga faculdade que compôs a UFSC, a Faculdade de Direito traz em sua história nomes que se destacam no processo de criação e fundação da UFSC - Henrique da Silva Fontes e João David Ferreira Lima. Ambos foram diretores desta Faculdade e tinham suas próprias idealizações de universidade: Ferreira Lima propunha uma instituição federal, tal como a Faculdade de Direito, enquanto Henrique Fontes visava a uma universidade particular com gestão estadual.

Discursar sobre pensamentos e ambições de Ferreira Lima e Silva Fontes requer uma breve contextualização do cenário político catarinense da época. Durante o Estado Novo, quem estava à frente da gestão do Estado de Santa Catarina era um interventor, Nereu Ramos. A família Ramos, com grandes propriedades rurais principalmente na região de Lages, alcançou grande influência no Estado através de parentesco e uma série de casamentos convenientes (Silva, 1996). Reunidos na legenda do Partido PSD, os Ramos tinham sua base política no Planalto Serrano Catarinense, região com grande exploração madeireira e latifúndios. Ferreira Lima era filiado ao PSD, foi Secretário da Fazenda do governador Aderbal Ramos da Silva e suplente para a candidatura de senador de Nereu Ramos em 1950.

Ao fim do período do Estado Novo, em 1945, com a legalização de partidos políticos, foi fundado o Partido UDN, centralizado na região do Vale do Itajaí e representado pela Família Konder-Bornhausen. O partido apresentou forte influência no setor industrial e comercial do Estado, sendo Henrique Fontes seu filiado. A UDN conquistou o controle do Estado em 1950, com a representação de Irineu Bornhausen, banqueiro, derrotando o pessedista Udo Deeke. O partido ficou à frente da administração do estado até 1960, quando Nereu Ramos, PSD, foi eleito governador.

Essa disputa partidária era refletida nas discussões da década de 1950 entre Ferreira Lima e Silva Fontes sobre a criação de uma universidade em Santa Catarina onde o principal desacordo era em relação ao modelo de gestão financeira da Universidade - com recursos estaduais ou federais. A unanimidade era em relação à necessidade de implantar uma universidade em Santa Catarina. Durante toda a década de 1950, uma série de acontecimentos prepararam o caminho para a criação da UFSC.

Em 1955 Bornhausen criou a Fundação Universidade de Santa Catarina, através da Lei nº 1.362. O objetivo dessa instituição era de começar a dar as bases para criar de fato a Universidade. A Instituição nunca entrou em funcionamento, mas a ela foram consignadas verbas que depois foram destinadas ao Plano Piloto da Cidade Universitária e à criação da Faculdade de Medicina em Florianópolis. No mesmo ano de criação da

Fundação, Bornhausen incorpora terras estaduais da Fazenda Assis Brasil no patrimônio da instituição recém-criada (Fontes, 2016).

A Fazenda Assis Brasil foi terreno cotado para a implantação do plano piloto da Cidade Universitária (Fig.1), desenvolvido pelo arquiteto Hélio Duarte e o engenheiro civil Ernesto Mange, sob coordenação de Henrique Fontes.

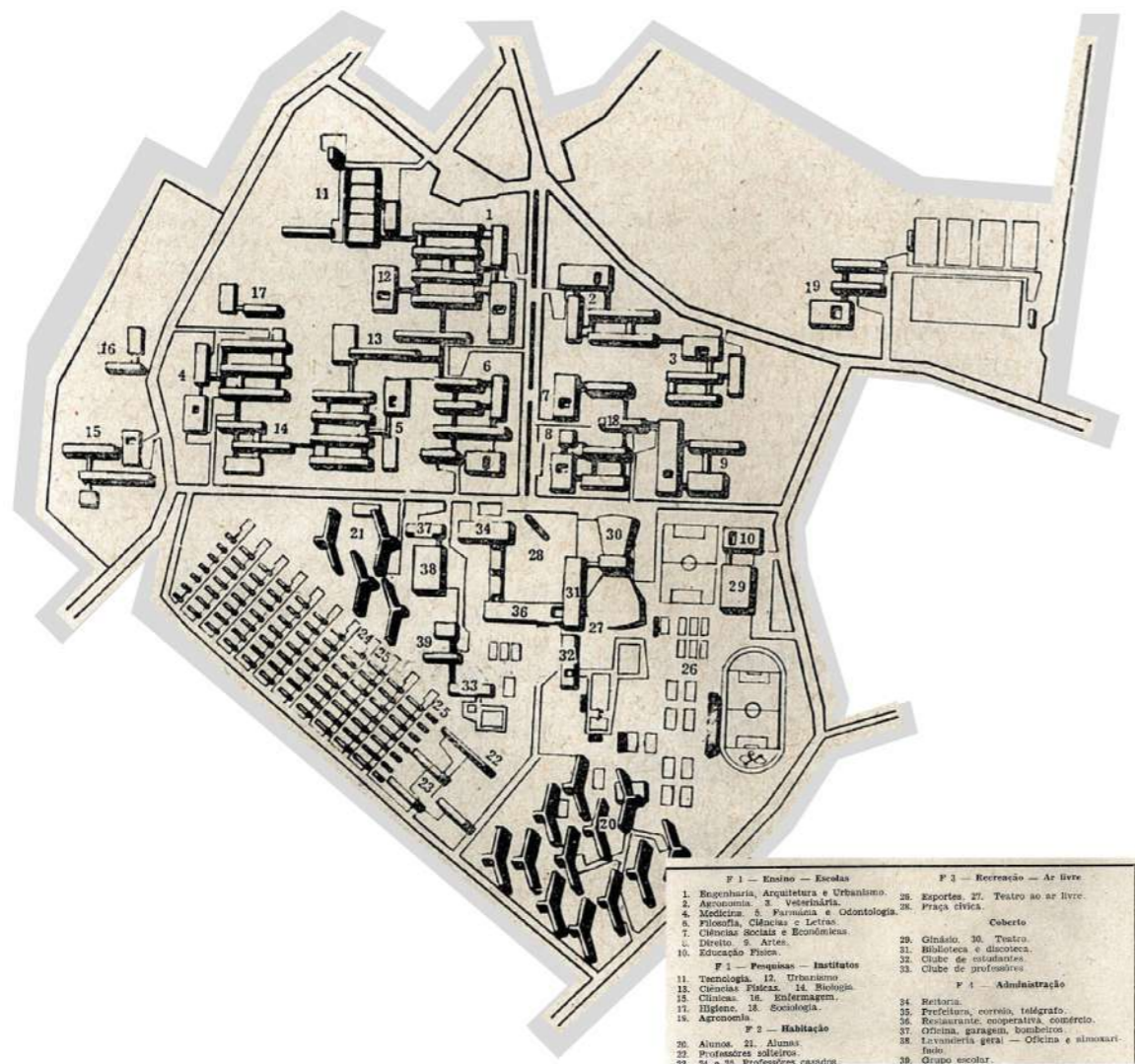


Fig. 01.
Hélio de Queiroz Duarte e Ernesto Roberto de Carvalho Manche,
Plano da Cidade Universitária para o Distrito da Trindade (1955)
(Fontes, 2016).

Tal plano projetava o desenvolvimento da Universidade de Santa Catarina em faculdades (ensino) articuladas com institutos (pesquisa), com amplos setores para a administração (reitoria, prefeitura, correio, restaurante, etc.), a recreação (esportes e teatro, ao ar livre e cobertos, biblioteca, clubes de discentes e de docentes, etc.) e a habitação (para estudantes e para professores). O campus foi pensado dentro do critério urbanístico de “cidade verde”. (Fontes, 2016, p. 78)

Com o auxílio financeiro do Estado, através da Fundação, foram executados o plano viário interno e os serviços de infraestrutura - drenagem, terraplanagem, pavimentação, água, esgoto e eletricidade (Fontes, 2016, p. 52), em 1957. Foi apenas em 1962, contudo, que o plano foi oficialmente aprovado pelo Conselho Universitário (CUn²) apesar do voto contrário do então Reitor João David Ferreira Lima.

Em julho de 1959, quando foi lançada a pedra fundamental para a construção do primeiro edifício da Cidade Universitária (Fig. 2 e 3), o governador Heriberto Hulse (UDN) discursou sobre a necessidade de criação de uma universidade no Estado, com ênfase no “progresso” que a instituição traria à Santa Catarina, além da “expansão da cultura catarinense, através da sadia formação das nossas futuras elites dirigentes” (Fontes, 2016, p. 77). O anseio pela consolidação formativa das elites locais revela um dos papéis da Universidade neste contexto: de atender às demandas particulares, formando os filhos desta classe dominante.



Fig. 02.
Henrique Fontes, Heriberto Hülse e Otto
Entres diante do Plano da Cidade Universitária.
jul/59
(Farines et. al, 2021)



Fig. 03.
Prédio da Faculdade de Filosofia inaugurado.
jan/61
(Farines et. al, 2021)

No princípio, a Universidade de Santa Catarina foi projetada para funcionar como instituição “livre”, isto é, particular (Fontes, 2016, p. 80). Contudo, pela legislação brasileira da época, uma instituição particular não poderia ser composta de faculdades federais, como era o caso da Faculdade de Direito, que havia passado pelo processo de federalização pela segunda vez em 1956, liderado por Ferreira Lima. Neste caso, a opção

² Sessão do Conselho Universitário realizada em 27 de novembro de 1962. O CUn é o Conselho Universitário, órgão que delibera questões relacionadas à administração e política universitária.

de criar uma universidade federal se tornava mais tangível com o governo federal sendo capaz de realizar acordos com os governos estaduais para manter o funcionamento da universidade, e as faculdades que a compunham poderiam gozar de personalidade jurídica própria e receber recursos financeiros estaduais e federais (Fontes, 2016).

Ferreira Lima sempre afirmava que o governo do Estado não possuía recursos financeiros suficientes para manter sozinho uma Universidade do porte planejado. Por isso, em 1960, Lima articula uma audiência com o presidente da república Juscelino Kubitschek (PSD), em Brasília, para tratar sobre a criação da Universidade Federal. Neste encontro estavam presentes os diretores das outras Faculdades de Florianópolis, inclusive Henrique Fontes (Lima, 1980). Em toda a década de 1950, as discussões sobre o modelo de gestão financeira da futura universidade, de caráter oficial (federal ou estadual) ou livre (particular) foram muito mais evidentes do que proposições pedagógicas ou discussões sobre caminhos para a construção de uma universidade que pudesse incluir de fato a realidade brasileira em seu interior.

Como resultado da audiência entre os diretores e o presidente da república, foi redigido um anteprojeto de lei de criação da Universidade, despachado pelo Prof. Jurandyr Lodi, então diretor de ensino superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com quem Ferreira Lima tinha proximidade. Durante a redação do anteprojeto, conta Lima (1980), que ele mesmo solicitou ao Prof. Lodi a inclusão da Escola de Engenharia Industrial (EEI) na listagem de Faculdades que iriam compor a UFSC.

A Escola de Engenharia, todavia, não existia, era apenas uma idealização do futuro reitor. Segundo Lima, o Prof. Lodi afirmou na ocasião: “Ferreira, quero que vocês façam uma grande escola e que sua fama corra de tal forma que, quando um pai no Amazonas disser que seu filho vai estudar Engenharia, os circunstantes aconselhem: mande-o para Florianópolis que lá está a melhor” (1980, p. 67).

Finalmente, em dezembro de 1960 a Universidade de Santa Catarina é criada através da Lei nº 3.849, sancionada por Juscelino Kubitschek. O início da UFSC foi marcado pela junção das 6 faculdades independentes que já funcionavam em Florianópolis. Juntaram-se às Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras e de Direito: a Faculdade de Ciências Econômicas (1943); Odontologia, Farmácia e Bioquímica (1946); Medicina (1957); Serviço Social (1958) e a recém-criada EEI. Todas mantiveram, a princípio, seus diretores e espaço físico, mas agora estavam sob coordenação da Reitoria da Universidade.

Criada no papel, o ano de 1961 foi destinado a fazer a Universidade acontecer. Com viagens para o Rio de Janeiro e Brasília para acompanhar “processos de nomeação de professores e funcionários (algumas centenas); de transferência do patrimônio, do 1º orçamento elaborado, etc” (Lima, 1980. p, 79). Em janeiro de 1961, Heriberto Hulse extingue a Fundação Universidade de Santa Catarina e Ferreira Lima foi nomeado Reitor da UFSC. Apesar de as terras da Fazenda Assis Brasil já estarem com a construção da Faculdade de Filosofia concluída, Ferreira Lima enfatizava a necessidade de adquirir “uma casa e um orçamento” (Lima, 1980, p. 89) para o funcionamento da Reitoria.

Por isso, em 1962 foram adquiridas as terras da Chácara Molenda, na Rua Bocaiúva, no centro de Florianópolis, para implantar o que foi chamado futuramente de “palácio da reitoria” (Fig. 04). O imóvel era propriedade de Meta Hoepcke, filha de Carlos Hoepcke, grande industrial de Santa Catarina, casada com Aderbal Ramos, sobrinho de Nereu Ramos (PSD).

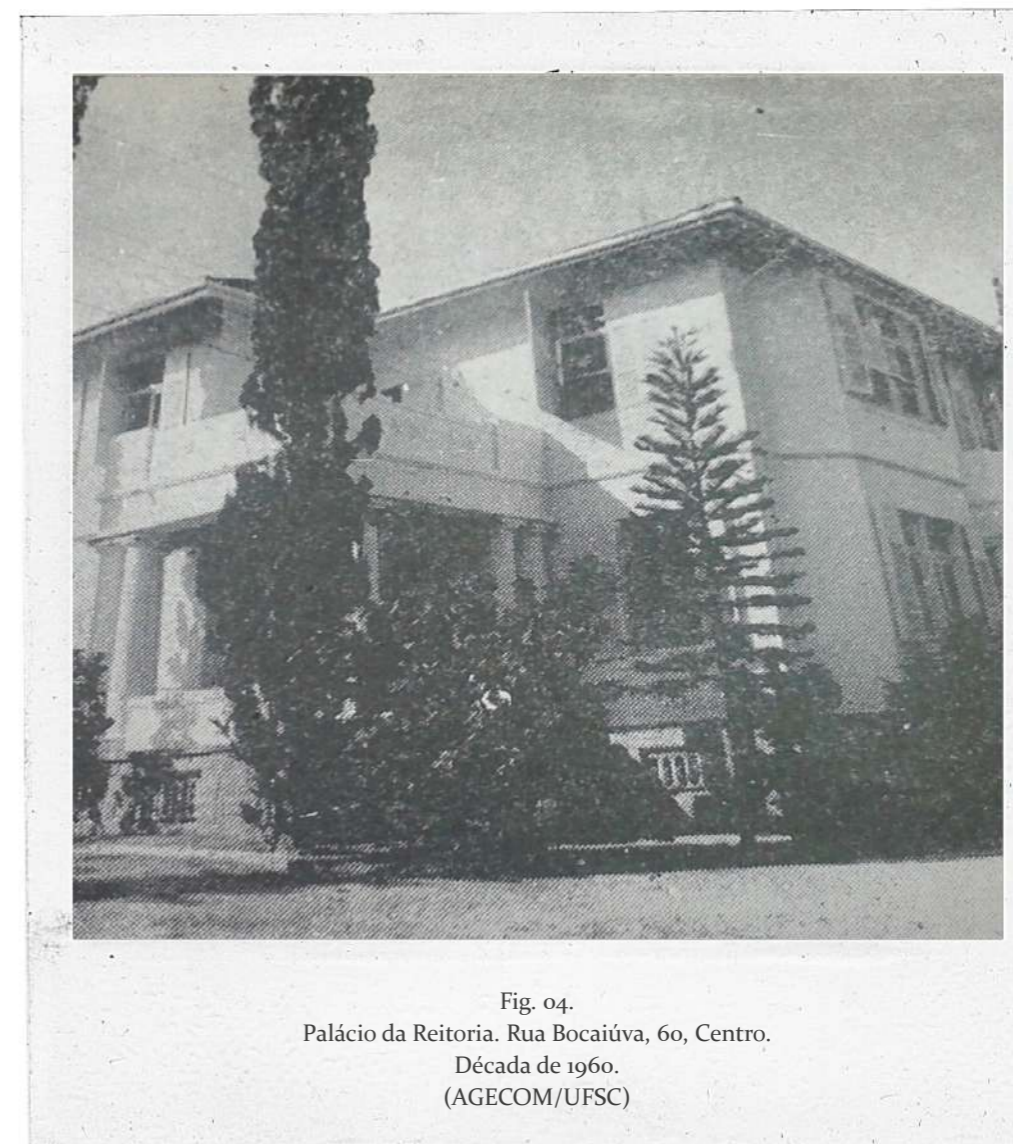


Fig. 04.
Palácio da Reitoria. Rua Bocaiúva, 60, Centro.
Década de 1960.
(AGECOM/UFSC)

Até hoje há indagações sobre os motivos da compra deste terreno, uma vez que a Universidade já tinha à disposição um grande lote para sua instalação. A justificativa de Ferreira Lima para a compra do imóvel era de que no centro de Florianópolis já estavam instaladas as Faculdades que passaram a compor a UFSC (Fig. 05). Mesmo assim, as aulas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começaram a ser ministradas na edificação localizada na Trindade. Em 1962, houve diversas manifestações estudantis, com apoio popular, pela consolidação do Plano da Cidade Universitária na Trindade (Farines et. al. 2021).



Fig. 05. Localização faculdades que compuseram a UFSC e Palácio da reitoria

A questão dos terrenos para a implantação da UFSC se desenrolou por bastante tempo: até 1971, a Reitoria funcionou na Rua Bocaiúva, quando foi transferida para as terras da antiga Fazenda Assis Brasil. Em 1973, o então Reitor da UFSC, Roberto Mündell de Lacerda, ofereceu o terreno no centro da cidade para o Ministério do Exército, que estava em busca de uma instalação de um comando em Florianópolis. A cessão gratuita foi concedida pelo Ministério da Educação e Cultura do Governo Médici e tinha como prazo um ano, podendo ser renovado ou negociado a venda.

Da ata da 70a sessão do Conselho de Curadores de 19 de maio de 1975, consta o item 6 correspondendo ao Processo 000109/75,8 que trata da aprovação da “prorrogação da cessão por mais um ano do prédio da Rua Bocaiúva, 60, enquanto se processam os entendimentos para a alienação” e “posterior venda para o Ministério do Exército”, com um voto contrário do estudante Leodegar Tiscoski, presidente do DCE, que “manifestou o seu pesar pela perda por parte desta Universidade, do antigo prédio da Reitoria”. (Farines et. al., 2021, p. 373)

O imóvel, que havia sido adquirido pela quantia de 25 mil Cruzeiros por Ferreira Lima, foi finalmente vendido em 1976 ao Ministério do Exército por um valor de 12 mil Cruzeiros. Com único voto contrário da Representação Estudantil, a ação foi aprovada pelo CUn³. No final da década de 1990, o vereador André Fleyesleben tentou transformar o terreno da Bocaiúva em Parque Municipal e Jardim Botânico, mas o Ministério do Exército se opôs à solicitação. Há relatos de que, em 2015, o imóvel estava em negociações com um grupo empresarial para ser permutado por outro na região continental (Farines et. al. 2021, p. 377). Atualmente, o local é sede da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada.

1.2. A ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL

Na solenidade de 12 de março de 1962 (Fig. 06), realizada no Teatro Álvaro de Carvalho, que inaugura de fato a Universidade, o reitor recém-empossado faz um longo discurso citando os benefícios que a Escola de Engenharia Industrial traria na composição da Universidade:

Observando as condições do nosso parque industrial, e mantendo contatos regionais com elementos altamente categorizados nesse setor, concluiu Sua Excelência pela fundação de Faculdade de Engenharia Mecânico-Metalúrgica, currículo de seis anos, que diplomará engenheiros de manutenção, cuja procura é crescente no mercado de trabalho, e de cuja carência tanto se ressenete na indústria catarinense. (Farines et. al., 2021, p. 42).



Fig. 06. Sessão inaugural da UFSC, no Teatro Álvaro de Carvalho (TAC). mar/62 (AGECOM/UFSC)

³ Ata da 166a sessão do Conselho Universitário, realizada em 26 de agosto de 1976 (Processo no 007200/76).

O incentivo à industrialização no Brasil impulsionou uma transformação na economia catarinense: de caráter agrário, extrativista e mercantil para a acumulação de capital industrial e agroindustrial. Assim, a economia catarinense passou por um processo de diversificação e ampliação de sua base produtiva.

Esta ampliação aconteceu porque: a) os setores como os de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e metal-mecânico, que nasceram antes ou nos anos 30, aumentaram sua produção com o surgimento de novas indústrias; b) os setores carbonífero e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; e, c) a agricultura começou a ser industrializada, transitando do complexo agro-comercial para o complexo agroindustrial. (Goularti F^o, 2002, p. 141-42 APUD Aguiar, 2006, p.19)

A criação dos cursos de engenharia no Brasil seguiam uma lógica que acompanhava as demandas das conjunturas político-econômicas em que se situavam. No caso da criação da EEI, a principal finalidade era atender à demanda das indústrias catarinenses, concentradas em Joinville e no Vale do Itajaí. A implantação do primeiro curso de engenharia de Santa Catarina, inclusive, foi marcada por uma corrida política entre as elites econômicas e imprensa de Joinville e Florianópolis (Ferreira Filho, 2020).

A indústria metal-mecânica, concentrada no norte catarinense, clamava por cursos superiores e técnicos para garantir o gerenciamento de suas fábricas. Segundo Ferreira Filho (2020), houve, então, uma articulação entre as elites sociotécnicas e os políticos da UDN, que estavam no controle do Estado na época, para a criação de um projeto de lei que criasse cursos de engenharia civil e industrial no norte catarinense na FEJ - Faculdade de Engenharia de Joinville (Fig. 07). Contudo,

Apesar da articulação inicial e do apoio dos industriais do Norte e Vale do Itajaí, a FEJ acabou ficando em segundo plano, já que, ao ter por trás do projeto da escola de engenharia da capital não somente um grande jornal, mas também o grupo opositor político ao governo – os Ramos –, além das duas maiores instituições políticas relacionadas ao setor industrial: a FIESC, e a Associação Catarinense de Engenheiros (ACE), ambas sediadas na capital, e sob influência de Celso Ramos. (Ferreira Filho, 2020, p. 11).



Fig. 07.
Localização Joinville (FEJ) e Florianópolis (EEI), no estado de Santa Catarina

A decisão pela implantação da EEI em Florianópolis antes da FEJ em Joinville teve Celso Ramos (PSD) como grande influenciador. Ramos foi governador de Santa Catarina na primeira metade da década de 1960, fundador do Senai no Estado e presidente da FIESC. Levantava a bandeira do desenvolvimentismo no Estado e o avanço da indústria foi carro-chefe da gestão do governador. Segundo Ramos, a “falta de elemento humano preparado para o trabalho” (Aguiar, 2006, p. 48) era algo a ser superado. Por isso, os governantes passam a focar na “educação para o trabalho”. Nas palavras de Celso Ramos:

[...] surge aqui uma nova contradição que se exprime no descompasso entre a demanda de mão-de-obra especializada que o processo exige e a deficiência do ensino. Este continua a se processar num plano imobilista que resiste às efetivas transformações de nossa estrutura sócio-econômica. Inútil, pois, seria qualquer programa de desenvolvimento que omitisse a prioridade alta a lhe ser atribuída nos diversos graus. (FIESC, 1960, p. 7 APUD Aguiar, 2006, p. 49).

Quando Ferreira Lima idealizou a criação da EEI, foi previsto o funcionamento de três cursos necessários de Engenharia em Florianópolis: Mecânica, Metalúrgica e Química. O incentivo federal à atividade industrial no Brasil, o intenso desenvolvimento da indústria metal-mecânica no Estado e as influências partidárias e midiáticas podem ser considerados motores para a criação da EEI (Fig. 08) na UFSC:

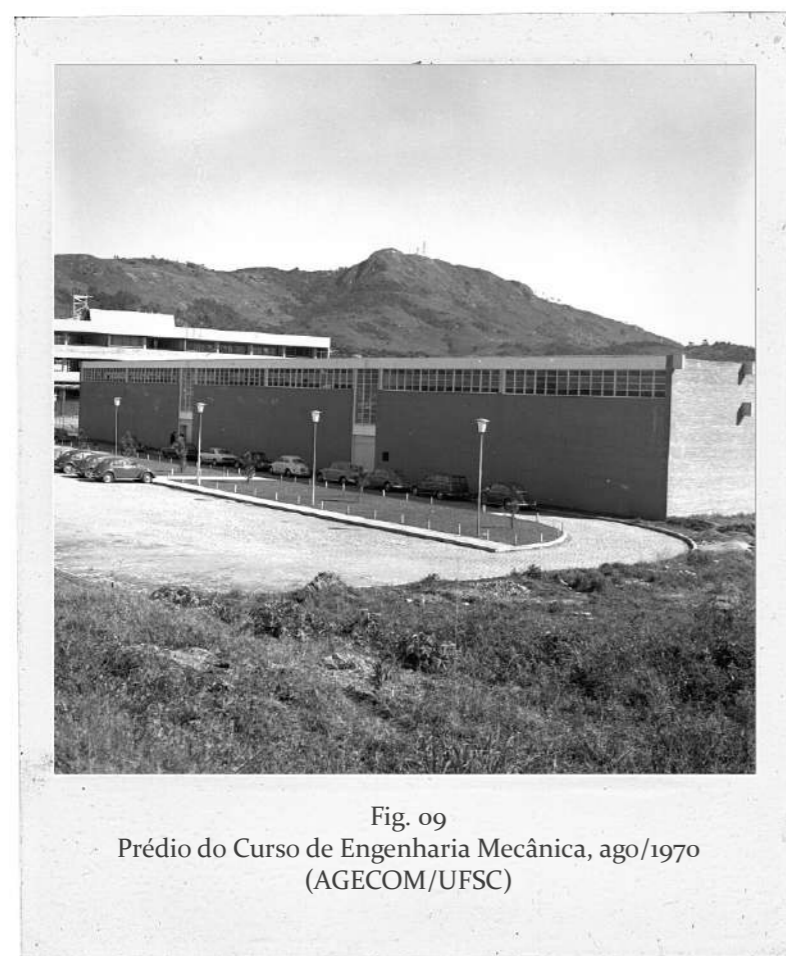
O interesse pela Engenharia Mecânica e pela Engenharia Metalúrgica estava associado à implantação no Brasil das primeiras indústrias montadoras de automóveis. Já a Engenharia Química estava ligada aos insumos industriais químicos, cuja dependência do comércio exterior era flagrante. A política econômica de então já direcionava para a modalidade rodoviária de transportes, no entanto não se cogitou, naquele momento, em incluir a Engenharia Civil no elenco de cursos a implantar. (Stemmer e Ferreira, 1995, p. 22).



Fig. 08.
Salas de aula da Escola de Engenharia Industrial na Rua Bocaiúva, edificação conhecida como "Casa do Tarzan".
(AGECOM/UFSC)

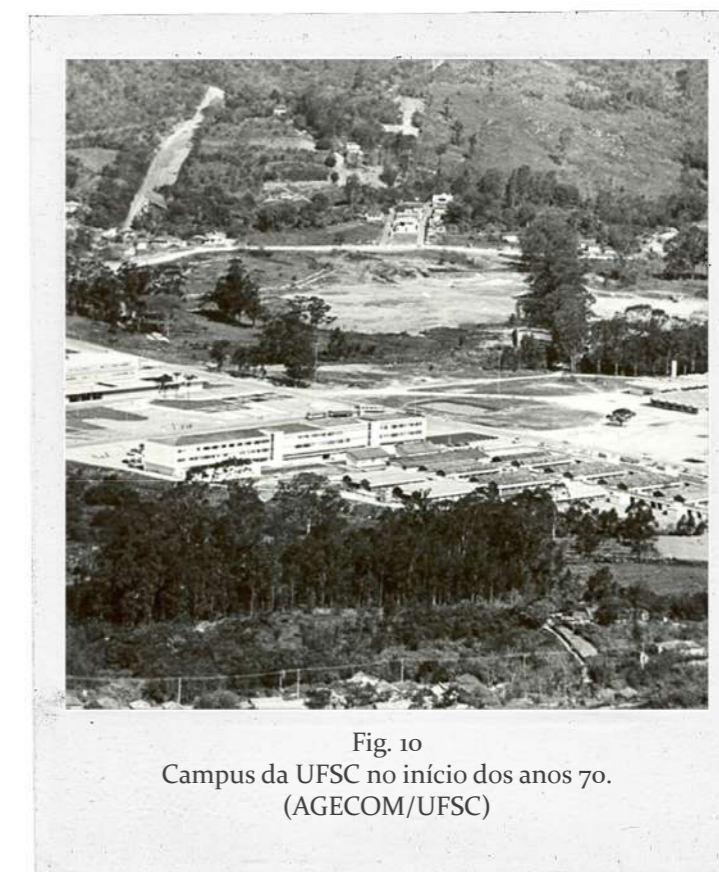
Após criada e inaugurada a Escola de Engenharia, foi preciso importar profissionais dispostos a auxiliar na consolidação desses cursos em Florianópolis. A UFSC, então, firma um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O então reitor da UFRGS dispôs, por um período de dois anos, alguns professores das faculdades de engenharia para dar apoio e orientar os futuros professores da Federal de Santa Catarina. Segundo Ferreira Lima: “Era uma experiência nova. Aqui vieram os melhores e mais categorizados professores de uma grande escola. Os auxiliares foram escolhidos a dedo.” (Lima, 1980, p. 116).

Em março de 1962 foi inaugurado o primeiro curso da Escola: o de Engenharia Mecânica. Para abrigá-lo, um pavilhão de madeira, conhecido pelos estudantes como “Casa do Tarzan”, foi levantado nos fundos do terreno da Bocaiúva e lá foram ministradas as primeiras aulas de engenharia de Santa Catarina. A primeira turma foi composta por 28 alunos, 27 rapazes e 1 moça, que foi apelidada de “Jane” pelos colegas (Lima, 1980). A edificação funcionou no centro da cidade até 1972, quando os cursos de Engenharia se mudaram para o Distrito da Trindade (Fig. 09).



Em 1966, o curso de Engenharia Elétrica foi criado a pedido da diretoria da CELESC e do presidente da SOLTECA. Vale lembrar que este curso não estava entre os previstos por Ferreira Lima na composição da EEI, contudo, aqueles empresários clamavam por profissionais para atuar na recém criada CELESC e prestaram apoio financeiro para a implantação, se comprometendo a pagar dois anos de salários aos professores desse curso (Stemmer e Ferreira, 1995, p. 22).

Assim foi se consolidando a Escola de Engenharia Industrial na UFSC, alterando o panorama do setor industrial e de ensino técnico em Santa Catarina e contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da Universidade (Fig. 10).



1.3. O CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

A implantação do terceiro curso da Escola de Engenharia Industrial da UFSC foi em 1968, quando inaugurado o curso de Engenharia Civil na Universidade. Até aquele momento, os alunos da UFSC que tinham ambição de se formarem engenheiros civis transferiam-se para Porto Alegre ou Curitiba depois de finalizar os dois primeiros anos - ciclo básico - de Engenharia Mecânica ou Elétrica. Depois de um certo momento, a UFRGS começou a negar a transferência desses alunos, criando uma pressão maior para a criação do curso de Civil na UFSC (Stemmer e Ferreira, 1995).

O maior empecilho para a criação do curso era em relação à falta de recursos financeiros, uma vez que era necessário adquirir equipamentos específicos e contratar novos professores. Em 1968, o então governador do Estado - Ivo Silveira (PSD) - e o reitor em exercício na época - prof. Roberto Mundell de Lacerda - assinaram um acordo que previa destinação de recursos do Estado para a implantação do curso de Engenharia Civil na Universidade. Com esse apoio, foi possível comprar os itens necessários para o funcionamento do curso: um teodolito e um nível, e iniciar a formação de futuros engenheiros civis em Florianópolis.

O primeiro currículo da Engenharia Civil (Fig. 11) foi desenvolvido por uma equipe composta por dois professores e engenheiros civis - João Kalafatás e Ayezo Campos - e um arquiteto - Valmy Bittencourt, então chefe do Departamento de Matemática e Expressão Gráfica da UFSC. Este departamento foi fundamental para a consolidação do curso de Engenharia Civil, pois oferecia disciplinas básicas para as Engenharias Mecânica e Elétrica, além de ter o corpo docente repleto de engenheiros civis (UFSC, 2023).

Ano/Semestre	Disciplina
1º ano comum a todas as engenharias	Cálculo Infinitesimal I
	Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
	Geometria Descritiva
	Física I
	Desenho I
2º ano comum a todas as engenharias	Cálculo Infinitesimal II
	Cálculo numérico, gráfico e mecânico
	Mecânica Racional
	Física II
	Química
	Desenho II
3º ano específico engenharia civil	Resistência dos Materiais
	Termodinâmica e Mecânica dos Fluidos
	Topografia, Astronomia, Geodésica
	Geologia
	Eletrotécnica
	Materiais de Construção Civil
4º ano específico engenharia civil	Mecânica dos Solos
	Estradas e Transportes
	Hidráulica e Hidrologia
	Estática das Estruturas
	Estruturas de Madeira e Aço
	Estruturas de Concreto Armado
	Construção Civil
5º ano específico engenharia civil	Rodovias, Ferrovias, Aeroportos
	Estatística, Economia e Organização
	Higiene e Saneamento
	Arquitetura e Urbanismo
	Sistemas de Transportes
	Pontes
	Hidroviás e Portos

Fig. 11
Primeiro currículo do curso de Engenharia Civil da UFSC, 1968
(Autora, com base em Stemmer e Ferreira, 1995)

As diretrizes para a ordenação do rol de disciplinas foram baseadas no currículo mínimo de Engenharia Civil estabelecido pelo Conselho Federal de Educação e no currículo do curso de Engenharia Civil da Universidade de Brasília - a UnB (Stemmer e Ferreira, 1995). No primeiro ano de funcionamento do curso, em 1968, 28 alunos que já haviam concluído os dois primeiros anos de Engenharia Mecânica ou Elétrica puderam transferir suas matrículas e ingressar já no terceiro ano de Civil. Assim, a primeira turma de formandos desse curso data de 1970.

Até 1973, o curso de engenharia civil era direcionado para a modalidade de Transportes, com disciplinas específicas desta área, como “Pontes e Grandes Estruturas”; “Hidroviás e Portos”, e “Transportes”. Em 1974, a modalidade de Construção passou a ser oferecida como opção aos estudantes. O currículo diferenciava-se, nestas áreas, nas duas últimas fases. Ao estudante que optava pela formação na modalidade de Construção Civil eram oferecidas as seguintes disciplinas específicas: Pontes e Grandes Estruturas I e II; Arquitetura; Fundações; Aspectos Gerais da Construção; Saneamento; Urbanismo; Técnicas Construtivas.

No mesmo ano de criação do curso de Engenharia Civil na UFSC é sancionada a Lei nº 5.440/1968, conhecida como Lei de Reforma Universitária, que reorganizou a estrutura dos recém-criados cursos da universidade.

1.4 O GOLPE DE 1964 E A REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFSC

A Reforma Universitária foi implantada logo nos primeiros anos após o golpe militar, ocorrido em 1964 no Brasil. A década de 1960 foi marcada por antagonismos políticos e existiam, a grosso modo, dois projetos de nação. O então presidente da república, João Goulart, após lançar o projeto das “Reformas de Base”, foi alvo de fortes campanhas de desestabilização por parte da classe empresarial brasileira. A polarização internacional entre Estados Unidos e União Soviética, caracterizadas no plano ideológico como capitalismo e socialismo, influenciam em grande medida os ideais políticos no cenário brasileiro.

Em resposta às ações consideradas “populistas” de Goulart, foram realizadas uma série de manifestações populares, conhecidas por Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A edição dessa marcha em Florianópolis aconteceu em abril de 1964 e foi organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), presidida por Maria Carolina Gallotti Koerig, professora da Faculdade de Filosofia. Edith Gama Ramos,

esposa de Celso Ramos, que na época era governador do Estado, também participava da CAMDE. A marcha contou com milhares de pessoas (Fig. 12), incluindo a presença do Reitor João David Ferreira Lima (Oliveira, 2018).



Fig. 12

Jornal O Estado, em relação à Marcha da Família com Deus pela Liberdade. abril/64 (Farines et. al, 2021)

A madrugada do dia 1 de abril de 1964 foi marcada pela deposição de João Goulart e pelo início de um período ditatorial no Brasil. Naquela mesma noite, a sede da União Catarinense de Estudantes (UCE), entidade máxima de representação estudantil de Santa Catarina, foi invadida e o então presidente da entidade, Rogério Duarte de Queiroz, estudante de Direito, foi preso. Para a ocupação do cargo em aberto, Ferreira Lima nomeou alguns estudantes de sua confiança. A mesma situação aconteceu com outros servidores da Reitoria.

Neste período, o sistema educacional do Brasil sofreu uma série de medidas organizacionais, entre elas, destaca-se a Lei nº 5.540/1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária. Dois Decretos de Lei antecederam a Lei de Reforma: o Decreto

Lei nº 53, de novembro de 1966, e nº 252, de fevereiro de 1967. Ferreira Lima era próximo de Valnir Chagas, que apresentou os decretos ao Ministério da Educação e Cultura. Conta o ex-reitor (1980) que Chagas, momentos antes de submeter os Decretos ao Ministro, encontrou Ferreira Lima e pediu-lhe sua opinião. Neles estavam contidas “as novas diretrizes para a educação superior brasileira: a extinção das cátedras e das faculdades e a criação do sistema de créditos, do ciclo básico e dos centros, por áreas de conhecimento, divididos em departamentos” (Lima, 1980, p. 190). Não faltaram elogios por parte do Reitor à redação.

As propostas do Governo Militar para o sistema de ensino brasileiro eram pautadas na preocupação com a baixa produtividade que o sistema apresentava na época. Para alcançar o “desenvolvimento com segurança”, que pretendiam os militares, era necessário aumentar a quantidade de pessoas com idade escolar nas instituições de ensino, além de diminuir os índices de evasão e repetência (Saviani, 2021, p. 367).

O modelo a ser aplicado no sistema foi resultado da estreita relação que tinha o Brasil com os Estados Unidos na época com os chamados Acordos MEC-USAID. Assim, não só nas universidades, mas em todo o sistema de ensino, foram lançados princípios de ensino fundamentados na organização racional do trabalho, no enfoque sistêmico e no controle do comportamento (Saviani, 2021, p. 368). Foi no ensino superior, entretanto, onde essas ideias foram primeiro incorporadas, com a Lei de Reforma Universitária.

Na época, a UFSC foi a primeira universidade do país a implantar as diretrizes desta lei e, a partir daí, foi uma instituição referência no projeto da Reforma, recebendo, inclusive, visita de Rudolph Atcon, um dos mentores do acordo MEC-USAID. Na ocasião da visita, Atcon escreve: “Em Florianópolis encontrei a solução administrativa para as universidades brasileiras” (Lima, 1980, p. 130).

Em dezembro de 1966, um mês depois da publicação do primeiro decreto de Lei e dois anos antes de ser sancionada a Lei de Reforma Universitária, foi criado na UFSC um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar uma nova estrutura universitária. O grupo foi formado pelos professores Roberto Mundell de Lacerda, Paulo Henrique Blasi, Miguel Espera em Deus Manganelli Orofino, Runolpho José de Souza Sobrinho, Ayrton Roberto de Oliveira, Anibal Nunes Pires e Waldir Dias (Lima, 1980, p. 191). Um ano depois, dois professores se juntaram ao grupo: Nilson Paulo e Felipe Gama D’Eça - Major que, em 1977, passaria a integrar a lista de professores do curso de Arquitetura e Urbanismo.

A partir daí, são feitas alterações na estrutura da UFSC: as faculdades e os anos letivos foram extintos, reorganizando-se em centros, departamentos, semestres e créditos. O currículo da Engenharia Civil, por exemplo, que havia acabado de ser implantado em anos letivos, precisou ser reestruturado a partir de semestres. Nesse sentido, algumas disciplinas foram divididas, como foi o caso da disciplina de Arquitetura e Urbanismo que, antes da reforma, era uma disciplina de duração de um ano, localizada no último ano letivo do curso. Após as mudanças da Reforma, separou-se em duas disciplinas: Arquitetura, na nona fase com 5 créditos, e Urbanismo, na décima fase com 3 créditos. No novo sistema de organização, um crédito equivalia a 15h/aula.

Além disso, foi necessário reestruturar o campus - com o filho de Ferreira Lima, arquiteto, à frente do setor de obras -, a administração e o sistema de vestibular. Nesse sentido, são criados os “centros”, que aglutinam alguns cursos de áreas semelhantes. Os cursos de engenharia, por exemplo, foram centralizados no Centro Tecnológico - CTC -, composto por cinco departamentos: Engenharia Mecânica (EMC), Engenharia Elétrica (EEL), Engenharia Civil (ECV), Engenharia de Produção e Sistemas (EPS) e Ciência Estatística e da Computação (CEC), atual INE - Departamento de Informática e Estatística.

Ainda nos debates sobre a nova forma de ensino, foi proposto um vestibular unificado. A UFSC foi a primeira universidade a implantar esse sistema. Neste novo modelo, no momento da inscrição o aluno escolhia uma área de formação: biológicas; físicas; sociais e humanas; artes e comunicações. Se aprovado, os dois primeiros anos seriam destinados às matérias do ciclo básico - comum a todos os cursos de cada área. Esse seria o estágio de “nivelamento”.

Depois, o estudante escolhia o curso propriamente dito, que era administrado por um dos seis centros recém-criados: biomédico, tecnológico, agropecuário, socioeconômico e de educação e desportos. A ordem de escolha dos alunos dependia do desempenho no ciclo básico, reforçando a competição e a ideia de meritocracia. Ronaldo Dias de Andrade, uma das lideranças estudantis da época na UFSC comenta em depoimento à Comissão Memória e Verdade (CMV/UFSC):

Aquilo na verdade era um funil. Não tinha vagas suficientes, principalmente nas áreas Biológicas e nas Engenharias. Agora vocês imaginam o nível de concorrência entre os alunos na sala de aula disputando um índice pra chegar lá na frente. [...] O cara chegava, roubava o livro, arrancava a página. Não era nem para ele usar, era para o outro não pegar. E aí quando chegávamos na biblioteca, faltava página que precisava para estudar para aquela prova. (Ronaldo Andrade in Farines et. al. 2016. p. 208)

1.5. O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Até 1976, existiam 31 cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, estando 5 na região sul: em Porto Alegre (1952); Curitiba (1962); Pelotas (1970); Canoas (1972) e São Leopoldo (1977). Com a urgência para começar a formação de arquitetos em Santa Catarina e aproveitando a recém-criada modalidade de Construção Civil no curso de Engenharia, em 1977, o então Reitor da UFSC, Caspar Erich Stemmer, designou alguns professores para estudar a viabilidade de implantação de um curso de arquitetura e urbanismo na Universidade.

Reunidos em comissão⁴, os professores Sérgio Roberto Arruda, Luiz Felipe Gama d’Eça, Odilon Figueiredo Monteiro, Tuing Ching Chang e Carmem Cassol apresentaram um relatório com definições do mercado de trabalho, implicações financeiras, possibilidade de contratação de professores, programa de implantação progressiva e sugestões sobre o currículo e número de vagas para o curso de arquitetura e urbanismo.

Em agosto de 1977, Stemmer aprova o primeiro currículo do curso, estruturado a partir de disciplinas existentes no curso de engenharia civil. Além das disciplinas, o curso dividia também o espaço físico com outros cursos do Centro Tecnológico, situação que permaneceu até 1994, quando “atravessou a rua” e conquistou um local paliativo para a demanda de espaço, organizado em pavilhões de madeira, estruturas pré-fabricadas reutilizadas de obras temporárias da Eletrosul. Somente em 2009 foi construído um novo edifício no campus universitário para acomodar o curso e o Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

O fato de o curso ter sido criado com base na Engenharia Civil e estar relacionado ao Centro Tecnológico da Universidade sempre foi pauta de discussões sobre os rumos do ensino de Arquitetura na UFSC. Justificando que o ensino do curso se dava em um caráter muito tecnicista, em detrimento da percepção artística necessária à profissão do arquiteto, o Departamento de Arquitetura (ARQ) sempre buscou uma autonomia em relação ao curso de Engenharia Civil.

Contudo, de disciplinas e espaço físico ao suprimento de demanda por “mais técnicos”, o número de cursos de caráter tecnológico - na UFSC em específico e no Brasil em geral - cresce significativamente em um período onde o Estado se coloca como responsável pelo “desenvolvimento” e por impulsionar o “progresso” almejado. Nesse sentido, percebe-se que desde a criação, as dinâmicas de administração da Universidade são orientadas pelas disputas políticas e relações econômicas do cenário nacional e estadual.

4 Portaria nº 572/76

2_PRIMÓRDIOS

OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL E NA UFSC

Este capítulo é dividido em duas partes: fundamentação e estabelecimento.

Na parte de fundamentação, será discutido de forma breve o início da formação de arquitetos no Brasil: das aulas de fortificação no Rio de Janeiro, iniciadas em 1699, passando pela inauguração das Escolas Politécnicas e de Belas Artes e culminando em uma exposição dos cursos de arquitetura existentes até 1977 - ano de criação do curso na UFSC. Pretende-se abordar este histórico com ênfase nos debates sobre o ensino da arquitetura nessas escolas e entender a influência das Belas Artes ou da Politécnica em cada uma. Com resgate dos encontros e seminários regionais e nacionais sobre o ensino, além da análise das implantações dos currículos mínimos de 1962 e 1969, procura-se finalizar esta primeira parte do capítulo com bases suficientes para começar a discutir o ensino de arquitetura e urbanismo no curso da UFSC.

A segunda parte do capítulo - estabelecimento - será destinada aos primeiros nove anos do curso na UFSC: de 1977 a 1986. Em ordem cronológica, serão expostos os trâmites para a criação do curso em 1977, com incorporação de professores contratados pelo Departamento de Engenharia Civil. Também será relatado o processo de criação do primeiro currículo e os problemas que os estudantes e professores enfrentaram ao implantá-lo, além da criação do Departamento de Arquitetura e do Centro Acadêmico, dois anos depois da criação do curso. Em dezembro de 1979, em decorrência das complicações do rol de disciplinas oferecidas no primeiro currículo e com a criação do Departamento, inicia-se uma reforma curricular no curso. Serão analisadas as modificações que o currículo sofreu e a existência - ou não - dos debates sobre o ensino dentro do ARQ. A partir de 1986, então, inicia-se mais um processo de reforma curricular, que dura dez anos. O desenvolvimento do terceiro currículo do curso é apresentado no terceiro e último capítulo deste trabalho.

Em alguns momentos neste capítulo serão apresentados comentários de alguns professores, técnicos e alunos - que estamos chamando de "comentaristas" - que estiveram presentes no curso naquele período, revelando óticas e memórias pessoais sobre o processo.

Os documentos encontrados no Departamento, que serão fontes primárias para esta pesquisa, são referenciados de acordo com o ano em que foram redigidos. Como apêndice, encontra-se uma tabela que relaciona os "docs" com o nome, conteúdo e ano de publicação de cada um.

Conheça os comentaristas! \^(^)/



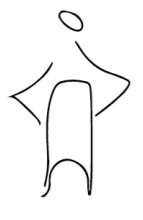
Cesar Floriano dos Santos.
Foi professor do Departamento de 1979 a 2018. Ministrou disciplinas de História da Arte e Arquitetura e Projetos. Quando contatado pela autora para tecer seus comentários, indicou seu "memorial de atividades acadêmicas". Por isso, os comentários de Cesar são trechos extraídos deste documento.



Luis Roberto Marques da Silveira.
Atual professor do curso, entrou em 1995 e logo assumiu a chefia do Departamento, junto com o prof. Lino Peres, estando à frente da organização dos seminários de 1995 para construção do currículo. Os comentários apresentados foram escritos por e-mail para a autora.



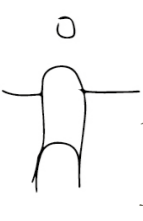
Anderson Claro.
Compôs o primeiro grupo de docentes do ARQ, deu aulas durante 46 anos no Departamento até sua aposentadoria, em 2023. Os comentários de Anderson foram feitos via e-mail e áudios no whatsapp para a autora.



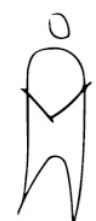
Cláudia Nely Manteuffel.
Foi estudante do curso de 1988 a 1993. Participou do Centro Acadêmico. Fez seus comentários por texto no whatsapp.



Alcimir Jose de Paris.
Atual docente do núcleo de Projeto do curso, ingressou em 1982. Seus comentários foram extraídos de um documento onde relata questões vivenciadas em relação ao currículo, compartilhado com a autora por e-mail.



Jacqueline Damiani.
Trabalhou na secretaria do Departamento entre 1979 e 2011. Seus comentários foram feitos via áudio no whatsapp para a autora.



Larice Nath Lopes.
Aluna do curso entre 1996 e 2001. Foi da primeira turma que teve o currículo implantado. Fez comentários via texto e áudio no Facebook.

2.1 ENTRE AS BELAS ARTES E ESCOLAS POLITÉCNICAS: O INÍCIO DA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E A DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO NO BRASIL

O início do estudo oficial de arquitetura no Brasil se inicia em 1699 através das aulas de Fortificação do Rio de Janeiro e aula de Fortificação e Artilharia da Bahia. Em 1719, em Pernambuco, são criados estudos de desenho, geometria e arquitetura através de aulas de fortificações e geometria na Academia Militar. Contudo, foi em 12 de agosto de 1816, no Rio de Janeiro, em que foi inaugurado o primeiro curso específico em arquitetura, na Real Academia de Ciências, Artes e Ofícios. Esta instituição surgiu em decorrência da Missão Francesa no Brasil, orientada para o ensino das elites brasileiras, sem qualquer programa de pesquisa ou desenvolvimento de pensamento teórico (Vidotto e Monteiro, 2013). O ensino de arquitetura nesta Escola abrangia o estudo de história da arquitetura, física e química aplicada às artes, geometria descritiva, desenho, estudos de escalas e composição, entre outros (Fig. 13), e “pregava o academicismo nas artes, inculcando em seus estudantes o apuro do traço, das proporções e das ordens clássicas” (Oliveira e Perpétuo, 2005, p.2). Em 1822, com a Independência do Brasil, a escola passou a se chamar Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).

Ano/Semestre	Disciplina
1º ano curso geral	História Natural
	Desenho Linear
	Noções de Topografia
	Plantas e Desenhos Topográficos
	Mitologia
2º ano curso geral	Desenho Figurado
	Física e Química Aplicada às Artes
	Geometria Descritiva
	Perspectiva e Sombras
3º ano curso geral	Arqueologia e Etnografia
	Perspectiva e Sombras
	Elementos de Arquitetura Decorativa
4º ano curso especial	Desenho Elementar de Ornatos
	Noções de Topografia
5º ano curso especial	Plantas e Desenhos Topográficos
	Estereotomia
	História e Teoria da Arquitetura
	Legislação Especial
	Desenho de Arquitetura
5º ano curso especial	Trabalhos Práticos
	Plantas e Projetos

Fig. 13
Currículo do curso de arquitetura da ENBA - 1890
(Autora, com base em Vidotto e Monteiro, 2013).

Segundo Vidotto e Monteiro (2013), havia na ENBA uma dicotomia representada por dois grupos: os positivistas, que questionavam a estrutura da academia, alinhados à classe média em ascensão, e os modernos, que questionavam os métodos da academia, mas não sua estrutura, defendendo os interesses das elites dominantes. O ensino orientado às elites era refletido na ação profissional do professor que, segundo Florestan Fernandes (1986), era considerado instrumento de dominação. Na realidade,

o próprio professor interessava à medida que era um agente puro e simples de transmissão cultural. Sua relação com o estudante não era sequer uma relação criadora. Era a de preservar os níveis alcançados de realização da cultura por imitação. Nesse contexto, o intelectual era, por assim dizer, domesticado, quer fosse de origem nobre ou de origem plebeia, automaticamente se qualificava como um componente da elite (Fernandes, 1986, p. 64).

A partir da proclamação da República (1889), o ensino superior passa por algumas transformações. A formação técnica começa a se expandir no país, culminando na criação das Escolas Politécnicas de São Paulo (1894) e Bahia (1896) e Escola de Engenharia no Mackenzie, em São Paulo (1896). A Politécnica de São Paulo foi fruto de idealizações governamentais e de empreendedores paulistas que aspiravam o estabelecimento de São Paulo como uma região industrial, assim, “coube à Politécnica colaborar com o surgimento da indústria nacional, atuando ativamente no processo de desenvolvimento tecnológico nacional, formando professores e engenheiros para a indústria que começava a se implantar” (Goldemberg, 2015). Na esfera do ensino politécnico, surgiu nesta instituição o curso de formação de arquitetos-engenheiros. Na ENBA, o número de disciplinas técnicas aumentava cada ano mais (Fig. 14).

1º ano curso geral	Desenho Geométrico e Exercício de Aguadas
	História das Belas Artes
	Desenho Figurado
2º ano curso geral	Noções de História Natural
	Física e Química aplicada às Artes
	Desenho Figurado
	Desenho de Ornatos e Elementos de Arquitetura
	Geometria Descritiva aplicada e Primeiras Aplicações às Sombras e à Perspectiva
	Escultura de Ornatos
3º ano curso geral	Geometria Descritiva aplicada e Primeiras Aplicações às Sombras e à Perspectiva
	Escultura de Ornatos
	Matemática Complementares
4º ano curso especial	Desenho Figurado e Princípios de Modelo Vivo
	Geometria Descritiva Aplicada e Topografia
	Resistência dos Materiais
	Grafostática e Estabilidade das Construções
5º ano curso especial	Composição de Arquitetura
	Legislação da Construção e Noções de Economia Políti
	História e Teoria da Arquitetura
	Composição de Arquitetura

Fig. 14

Currículo do curso de arquitetura da ENBA - 1915 a 1924
(Autora, com base em Vidotto e Monteiro, 2013).

Em 1919 foi criado o Instituto Brasileiro de Arquitetura (IBA) - que em 1934 foi renomeado para Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB -, como uma primeira manifestação de organização da classe de profissionais de arquitetura. Uma das principais pautas levantadas pelo IBA era a necessidade da luta pela regulamentação da profissão, fato que só ocorreu em 1933 (Vidotto e Monteiro, 2013). Um ano depois da criação do Instituto, em 1920, foi criada a primeira universidade brasileira: a Universidade do Rio de Janeiro mas foi somente em 1930, em Belo Horizonte, que foi inaugurado o primeiro curso de formação de arquitetos da América do Sul desvinculado de Escolas Politécnicas ou de Belas Artes.

Os docentes que compuseram o primeiro quadro da Escola em Belo Horizonte eram, além de arquitetos, engenheiros, artistas, advogados e médicos (Oliveira e Perpétuo, 2005). Este primeiro quadro era considerado mais conservador em relação aos métodos de ensino e de fazer arquitetura e, na medida em que ex-alunos se formaram e entraram para a carreira de docente, este cenário foi ficando mais diverso, mas também mais polarizado: “enquanto os professores mais novos inclivavam-se para a arquitetura moderna, os antigos mantinham-se fiéis a estilos consolidados, como o Art Déco” (Oliveira e Perpétuo, 2005, p. 3). Ainda em relação ao ensino desta primeira Escola, Oliveira e Perpétuo (2005) apresentam relatos que expõem o distanciamento entre a teoria e a prática no curso, além do isolamento entre as disciplinas, que possuíam pouca relação entre si, criando um aprendizado descontínuo e fragmentado.

O ano de 1930 foi marcado por diversos debates no âmbito do ensino e do trabalho profissional do arquiteto e urbanista. Destaca-se, neste sentido, discussões encabeçadas por Lúcio Costa, que, estando na cadeira de diretor da Escola Nacional de Belas Artes por um breve período entre 1930 e 1931, propôs uma reformulação total no ensino de arquitetura, considerando que o curso “necessita de uma transformação radical. Não só o curso em si, mas os programas das respectivas cadeiras e principalmente a orientação geral do ensino”. (Costa, 1995).

Costa idealizava um ensino com “identidade própria, mais próxima da problemática urbana e das novas técnicas da indústria da construção” (Cordeiro, 2015, p. 15). O objetivo do arquiteto com as reformas era estreitar a relação entre o projeto arquitetônico e a estrutura, buscando harmonizar o trabalho artístico do arquiteto com a prática da construção, aproximando a visão criativa da realidade edificada (Vidotto e Monteiro, 2013). Assim, Lúcio Costa defendia uma identidade nacional da arquitetura brasileira ao mesmo tempo em que se aproximava de conceitos modernos, fato que gerou bastante discussão e desacordos no interior da ENBA.

Em 1934, Gustavo Capanema é nomeado ministro da educação e saúde do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, e ocupa o cargo até 1945. Durante a gestão de Capanema, foi realizado um projeto para o Ministério da Educação e Saúde que Lucio Costa, em conjunto com outros arquitetos, inclusive Oscar Niemeyer, foi responsável pelo desenho. O edifício então foi construído sob preceitos da arquitetura moderna, alinhados aos ideais de Vargas de progresso e modernidade ao país, materializando as premissas da reforma de Costa (Fig. 15). Além disso, ainda na gestão de Capanema, foi criada a Universidade do Brasil, em 1937. Esta instituição foi concebida com o objetivo de criar um modelo único de ensino superior, que seria reproduzido em todo o território do país (Vidotto e Monteiro, 2013). No mesmo ano de criação da Universidade do Brasil, a ENBA passou por uma reforma curricular, onde a principal mudança foi a separação da matriz em três áreas: projeto, teoria e história, e estrutura.

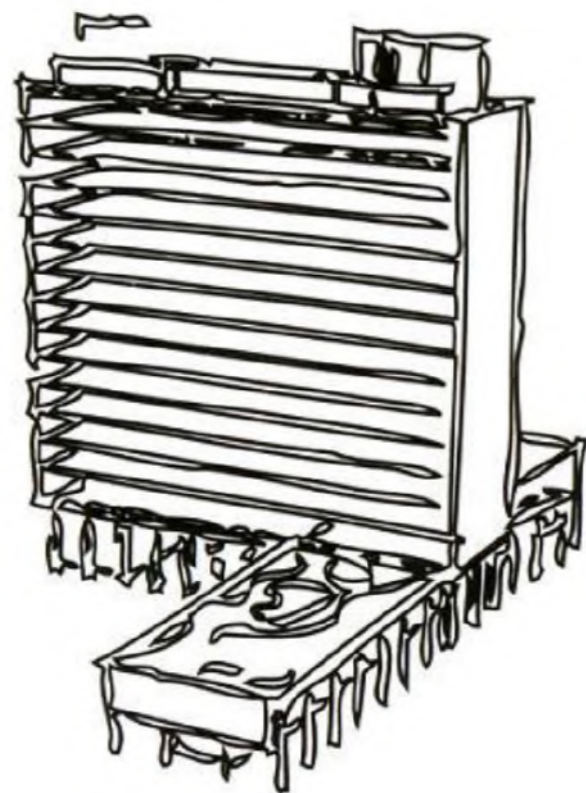


Fig. 15
Proposta de Lúcio Costa e equipe para o edifício do
Ministério da Educação e Saúde. 1936
(Vieira, 2023).

Em 1945, a ENBA foi integrada à Universidade do Brasil, criando a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA). “A criação da FNA remete aos planos do Estado Novo de centralização das definições do ensino superior e à instituição de uma Universidade referencial a todo país.” (Vidotto e Monteiro, 2013, p. 3). Com a criação da FNA, os ideais

de Costa foram implantados na academia, iniciando um novo processo no ensino de arquitetura e consolidando a arquitetura moderna no país.

O currículo da FNA (Fig. 16) se diferenciava em grande parte daquele proposto em 1937 na ENBA, contudo, algumas disciplinas apenas tiveram uma mudança burocrática de nomes, como “composição elementar” e “composição superior”, que passaram a ser “pequenas composições” e “grandes composições”. Segundo Marques (1996, apud Vidotto, 2014, p.41), essas mudanças representaram “as respostas que os grupos conservadores, detentores do controle do curso, adotaram para uma adequação às novas solicitações sem a perda do poder”.

Ano/Semestre	Disciplina
1º ano	Matemática Superior
	Geometria Descritiva
	História da Arte - Estética
	Desenho Artístico
	Arquitetura Analítica - primeira parte
	Modelagem
2º ano	Mecânica Racional - Grafo - Estática
	Sombras - Perspectivas - Estereotomia
	Materiais de Construção - Estudo do Solo
	Teoria da Arquitetura
	Arquitetura Analítica - segunda parte
	Composições de Arquitetura - primeira parte
3º ano	Técnica da Construção - Topografia
	Física Aplicada
	Composição Decorativa
	Composições de Arquitetura - segunda parte
4º ano	Legislação - Economia Política
	Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades
	Arquitetura do Brasil
	Grandes Composições de Arquitetura - primeira parte
5º ano	Sistemas Estruturais
	Organização do Trabalho - Prática Profissional
	Urbanismo - Arquitetura Paisagística
	Grandes Composições de Arquitetura - segunda parte

Fig. 16
Currículo do curso de arquitetura da FNA - 1945
(Autora, com base em Vidotto e Monteiro, 2013).

Durante as décadas de 1940 e 1950, a arquitetura e o urbanismo brasileiros revelaram-se como destaque nacional e internacional, protagonizando grandes obras de infraestrutura moderna influenciada em grande parte pela Bauhaus e por Le Corbusier (Artigas, 1978). Por isso, nas discussões sobre o ensino de arquitetura e urbanismo,

foram reafirmadas as considerações de Lúcio Costa, sobretudo após a implantação delas na FNA. Indicava-se a necessidade do ensino no geral se reformular em direção às posições modernistas e aos problemas da construção no país. Assim, foram pautados novos parâmetros para o ensino e indicações de reformas nos currículos e nas práticas político-pedagógicas das escolas.

Por isso, diversos congressos e encontros aconteceram neste período. Em 1945, no 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, em São Paulo, começou a ser discutida a possibilidade de separar a Faculdade de Arquitetura da Escola Politécnica. Isso ocorreu de fato em 1948, quando é criada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP). Essa faculdade se diferenciava dos outros cursos de arquitetura do país por ter aulas no período integral e integrar o desenvolvimento de projetos à atividade prática dos estudantes no canteiro experimental. Entretanto, apesar destes métodos pedagógicos inovadores no ensino, muitas das disciplinas da FAU-USP foram ministradas por professores catedráticos da Escola Politécnica “o que, na prática, refletiu na reprodução do ensino praticado no curso de engenheiro-arquiteto” (Vidotto, 2014, p. 49).

As escolas de São Paulo e Rio de Janeiro formaram metade dos professores que compuseram o primeiro quadro docente do curso de arquitetura na UFSC, que foi bastante influenciada pela dicotomia entre a formação técnica e das artes. Outros cinco professores tiveram a formação concluída no Rio Grande do Sul, na UFRGS. O ensino de arquitetura em Porto Alegre se iniciou em 1949, quando foram criados dois cursos: um ligado ao Instituto de Belas Artes e outro vinculado à Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul. Em 1952, quando esta Universidade foi federalizada, estes dois cursos foram fundidos, resultando na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Na década de 1980, o curso passou por uma reforma no ensino, onde disciplinas de caráter técnico foram mais evidenciadas, direcionando o perfil do profissional formado para a relação entre o projeto e a construção. Isso se deu devido aos incentivos governamentais, sobretudo com os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Alguns anos após a criação da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1958, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Estudantes e Arquitetos, onde foram analisados e debatidos, pela primeira vez em escala nacional, as relações entre ensino e profissão. Já em 1960, no 2º Encontro de Arquitetos, Professores e Estudantes de Arquitetura, em Porto Alegre, a reforma no ensino foi mais uma vez levantada como necessidade devido à campanha por uma nova legislação profissional (Contier e Anelli, 2015). Essas discussões chegaram na FAU-USP com uma proposta de reformulação geral de ensino, que ficou conhecida como a “Reforma de 62”.

Sob a liderança de Vilanova Artigas, nesta época o ensino da FAU-USP sofreu mudanças estruturais e curriculares. Deixando de lado a aprendizagem bastante técnica, ainda ligada à Poli, a Faculdade da USP buscou a autonomia no ensino através de uma abordagem mais ampla e integrada, incentivando a visão crítica no estudante. A mudança fundamental na organização da escola foi a implantação dos ateliers de projeto como cerne do curso, com todas as outras disciplinas direcionadas a eles, deixando de lado a matriz curricular que apresentava disciplinas isoladas entre si (Fig. 17). A luta e organização de estudantes e alguns professores para implantar essa nova forma de ensino, buscando o distanciamento dos velhos padrões da Escola Politécnica, foi fundamental para criar na Escola a prática da organização da classe estudantil e profissional.

Ano/Semestre	Disciplina
1º ano	Cálculo Dif. e Int. - Geometria Analítica - Namografia
	Geometria Descritiva e Aplicações
	Física Geral e Aplicada - primeira parte
	Topografia. Elementos de Astronomia e Posição
	Construção I
	História da Arte. Estética
	Composições de Arquitetura - Pequenas - primeira parte
	Desenho Arquitetônico
	Desenho Artístico - primeira parte
	2º ano
Física Aplicada - segunda parte	
Construção II	
Arquitetura Analítica - primeira parte	
Composições de Arquitetura - Pequenas - segunda parte	
Plástica I	
Desenho Artístico - segunda parte	
3º ano	
	Construção III
	Hidráulica Urbana e Saneamento
	Arquitetura Analítica - segunda parte
	Composições de Arquitetura - Grandes - primeira parte
	Plástica II
	Composição Decorativa
4º ano	Arquitetura Paisagística
	Estruturas de Madeira, Metálica e Concreto
	Grandes Estruturas
	Teoria da Arquitetura
	Urbanismo - primeira parte
5º ano	Composições de Arquitetura - Grandes - segunda parte
	Noções de Economia Política
	Arquitetura no Brasil

Fig. 17

Currículo do curso de arquitetura da FAU-USP, 1961 (Autora, com base em Vidotto e Monteiro, 2013).

Em um dos encontros promovidos pela FAU-USP, pautou-se a necessidade de elaborar um currículo mínimo para as escolas de arquitetura e urbanismo, que foi formulado e aprovado pelo Conselho Federal de Educação, consolidando algumas das mudanças pretendidas pela FAU para o ensino.

Em 1963 atualizou-se o currículo “modernista” com uma reforma posteriormente conhecida como a “Reforma Artigas”. Esta reforma, iniciada em 1962, foi influenciada por um conceito de projeto altamente vinculado a uma visão social do arquiteto e a uma metodologia racionalista no trabalho de projetar. (Gunn, 1993, p. 77).

O currículo mínimo era um compilado de conteúdos comuns a nível nacional, concebido em relação aos debates sobre o conceito de arquitetura e urbanismo e o perfil profissional do arquiteto moderno, com objetivo de criar uma homogeneidade na formação dos arquitetos e urbanistas. Em 1962, esses conteúdos apresentavam uma ruptura com o ensino tradicional herdado das Belas Artes e das Politécnicas, abrindo possibilidades de ensino específicas para todas as regiões brasileiras (Santos Junior, 2001). A vigência deste currículo, entretanto, durou pouco tempo devido ao golpe civil-militar de 1964, que redefiniu a divisão técnica e social do trabalho, com grande impacto no funcionamento das universidades.

No governo ditatorial, consolidou-se mecanismos de internacionalização do mercado interno necessários à acumulação de capital, construindo uma promessa de geração de emprego, desenvolvimento tecnológico e modernização do país. Esta ideologia tecnocrática redireciona a política educacional, tornando as escolas não um espaço para o pleno desenvolvimento do homem, mas sim de mera profissionalização e formação de mão-de-obra necessária ao sistema produtivo. O golpe pôs fim a um período de grande efervescência em relação aos debates sobre o ensino e as universidades no país, cortando pela raiz o processo de amadurecimento político do povo brasileiro e aplicando estritas medidas de isolamento às universidades (Ouriques, 2014). Ao ensino superior, atribuiu-se a função principal de formação de mão-de-obra especializada para as indústrias e empresas, e a preparação de quadros dirigentes do país. O processo de Reforma Universitária e as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de 1966, orientaram a concepção de outro currículo mínimo aos cursos de arquitetura e urbanismo, em 1969.

Os conteúdos do currículo mínimo deixaram de ser organizados em disciplinas, como em 1962, para se estruturarem em matérias básicas e profissionais, vide mudanças advindas da Reforma Universitária. O ateliê de projeto como espinha dorsal dos cursos de arquitetura aparece com maior ênfase nesta nova organização curricular (Fig. 18).

Disciplinas por Área	Currículo Mínimo 1962	Currículo Mínimo 1969
Área de História	História da Arquitetura e da Arte	Estética, História das Artes e Arquitetura
	Teoria da Arquitetura	Teoria da Arquitetura, Arq. Brasileira
	Estudos Sociais e Econômicos	Estudos Sociais
Área de Tecnologia	Cálculo	Matemática
	Física Aplicada	Física
	Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções	Resistência dos Materiais
	Sistemas Estruturais	Sistemas Estruturais
	Materiais de Construção	Materiais, detalhes e técnicas de construção
	Técnica da Construção	
	-	Instalações
-	Higiene de habitação	
Área de Projeto	Geometria Descritiva	Desenho e outros meios de expressão
	Evolução Urbana	Planejamento
	Planejamento	
	Composição Arquitetônica, de interiores e de exteriores	
-	Desenho e Plástica	Plástica
-	Legislação, prática profissional e Deontologia	-

Fig. 18
 Comparação disciplinas currículos mínimos 1962 x 1969
 (Autora, com base em Porangaba, 2017)

Para Santos Junior (2001), o currículo mínimo passou a ser uma das razões estruturais para a queda da qualidade do ensino superior, criando um distanciamento entre as esferas da formação acadêmica e profissional. Por apresentar uma estrutura mais específica, este currículo se tornou um obstáculo para o desenvolvimento de novas propostas curriculares nas escolas de arquitetura do país, deixando de ser um instrumento que, ao mesmo tempo em que garantia homogeneização no ensino, oferecia possibilidade de diferenciação e liberdade de criação.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo aumento do número de escolas de arquitetura e urbanismo no país. Segundo Santos Junior (2001), o currículo mínimo de 1969 foi facilitador deste processo de criação de cursos, especialmente os de caráter privado, pois

Como apresentava poucas definições a respeito da estruturação didático-pedagógica dos cursos (condições de oferta, articulação com pesquisa e extensão e produção acadêmica, entre outros) e demarcava de maneira sintética um elenco de matérias a serem oferecidas, o Currículo Mínimo contribuiu para que os cursos fossem integrados ou criados em estruturas acadêmicas muito diversas. (Santos Junior, 2001, p. 125).

Em 1977, com a urgência de elaboração de um novo currículo mínimo, ocorreu um encontro promovido pela ABEA em Ouro Preto, Minas Gerais, com o objetivo de encontrar uma posição comum às escolas de arquitetura em relação ao ensino. Resultado dessas discussões foi a Carta de Ouro Preto, que revelou o retorno das discussões de 1962 pela comunidade de arquitetos e urbanistas. Aparece na Carta a reafirmação de locar o ensino de projeto como espinha dorsal dos cursos, definindo que 50% da carga horária total das disciplinas fosse em Ateliê. O documento ainda apontava que o desenvolvimento de novas experimentações de ensino seria fruto da ação conjunta dos professores, alunos e funcionários de cada escola, articulados em torno de um projeto didático-pedagógico comum.

No mesmo ano do encontro em Ouro Preto, com o currículo mínimo de 1969 ainda em vigência, foi criado o curso de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina, primeiro curso desta área no estado de Santa Catarina. Até então, existiam 16 escolas públicas de arquitetura no país, 3 na região sul (Fig. 19).



Fig. 19
Panorama dos cursos públicos de arquitetura no Brasil em 1977.

2.2 OS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO DO ARQ/UFSC

A cada ano, o número de inscritos no vestibular da Federal de Santa Catarina aumentava significativamente. Em 1976, foram 7.227 inscritos e, em 1980, 16.261 (Blass, 2015). Este salto quantitativo se deu devido ao fato de que, neste período, diversos cursos de graduação foram criados na Universidade, entre eles o curso de arquitetura e urbanismo. Considerava-se necessária a implantação deste curso na UFSC visto que, até então, o estado de Santa Catarina não possuía nenhum curso superior de arquitetura e urbanismo, apesar de o número de arquitetos que atuavam no estado, segundo dados estatísticos do CREA-SC, teria duplicado em um período de oito anos (Blass, 2015). Para o então reitor, Caspar Stemmer, tornava-se indispensável que os jovens catarinenses pudessem ingressar neste mercado de trabalho. Assim, Stemmer publica a Portaria nº 572/1996, que designa cinco professores do Departamento de Engenharia Civil, alguns deles arquitetos, para estudar a viabilidade de implantar este curso na UFSC (Fig. 20).

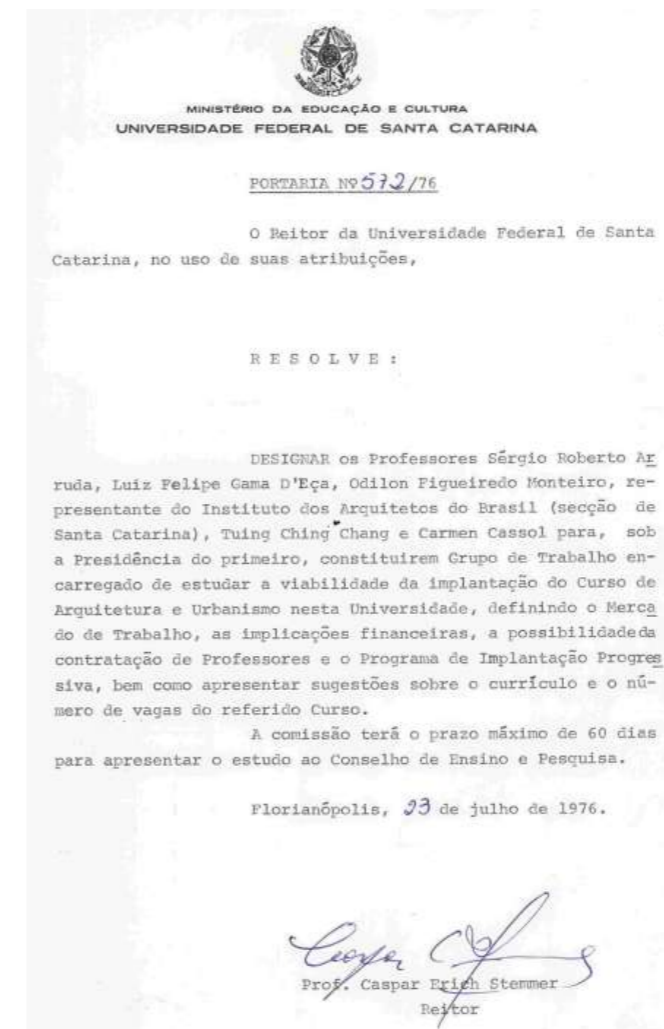


Fig. 20
Portaria nº 572/76

Os professores Sérgio Roberto Arruda, Luiz Felipe Gama d'Eça, Odilon Figueiredo Monteiro, Tuing Ching Chang e Carmem Cassol apresentaram, então, um relatório que reafirmava a urgência da criação deste curso e duas principais condições para fazê-lo. A primeira dizia respeito ao número de vagas ofertadas a cada semestre que, segundo o grupo, deveria ser de no máximo 30. A segunda era em relação ao vínculo da arquitetura com o CTC: segundo aqueles professores, o Departamento de Arquitetura deveria ser criado antes do curso em si, para que ele não ficasse vinculado ao de Engenharia Civil pois, segundo eles, essa situação ocasionaria “a impossibilidade do funcionamento normal do curso” (Doc. 01, 1976). Destaca-se que ambas considerações não foram encaminhadas, uma vez que o curso abriu 40 vagas semestrais nos vestibulares e o DAU só foi criado em 1979 na UFSC, dois anos depois da criação e início das aulas do curso.

O trabalho do grupo para realizar essas análises foi dividido em duas frentes. Em primeiro lugar, realizaram um levantamento de dados e elaboração de documentos necessários à formalização do curso perante ao MEC. Depois, foram analisados currículos, ementas e programas de curso de arquitetura e urbanismo das principais universidades do país para tê-los como referência. Durante o estudo de viabilidade para implantação do curso, os professores do grupo participaram de dois eventos relativos ao ensino de arquitetura e urbanismo: o Congresso Nacional de Arquitetura e o Encontro Regional da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA), realizado em Curitiba (Doc. 01, 1976).

Durante todo o período de gestão de Caspar Stemmer (1976 - 1980), foram criados dezoito novos cursos de graduação na Universidade. Segundo Ernani Bayer, sucessor de Stemmer, “o impacto desses novos cursos sobre a Instituição foi enorme. Tanto que no reitorado seguinte não foi fácil garantir a consolidação desses cursos, em especial pelas dificuldades para contratar novos docentes” (Ernani Bayer in Blass, 2015, p. 110). Para compor o quadro de professores do recém-criado curso de arquitetura, foram incorporados docentes que já eram vinculados ao Departamento da Engenharia Civil. Todos eles eram arquitetos e mais da metade eram formados no Rio de Janeiro ou Porto Alegre (Fig. 21 e Fig. 22).

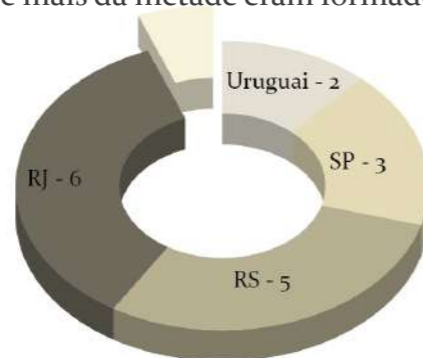


Fig. 21
Gráfico formação primeiros professores ARQ-UFSC

Nome	Formação	Subárea de docência
Alberto Juliano de S. Insaurrealde	ARQ - Montevideo - Uruguai - 1969	Projeto
Alberto Xavier	ARQ - Belas Artes - SP - ?	?
Anderson Claro	ARQ - FAUUSP - SP - 1978	Projeto
Carmem Seara Cassol	ARQ - UFRGS - RS - 1964	Projeto
Cesar Floriano dos Santos	ARQ - Univ. Santa Úrsula - RJ - 1978	Projeto
Claudia de Macedo Soares Rotolo	ARQ - UFF - RJ - 1975	História da Arte
Cyro Lyra	ARQ - UFRJ - RJ - ?	?
David Ferreira Lima	ARQ - FNA - RJ - 1965	Projeto
João Edmundo Bohn Neto	ARQ - ? - ? - ?	?
Lino Fernando Bragança Peres	ARQ - UFRGS - RS - 1931	Projeto
Luiz Felipe ds Gama D'Eça	ARQ - Universidade do Brasil - RJ - 1961	Urbanismo
Marina Ester Fialho de Souza	ARQ - Fund. Educacional Rosemar Pimentel - RJ - 1976	Habitação
Nelson Propini Vaz	ARQ - FAUUSP - SP - 1965	História e Teoria
Odete Maluf Teixeira	ARQ - UFRGS - RS - 1969	Projeto
Odilon Figueiredo Monteiro	ARQ - UFRGS - RS - 1967	DT; GD; Projeto
Orestes Nestor Angeleri Lamas	ARQ - Montevideo - Uruguai - ?	Projeto
Paulo Cesar Correa	ARQ - UFRGS - RS - 1975	Projeto

Fig. 22
Quadro formação e área de docência primeiros professores ARQ-UFSC

Destaca-se, dentro da listagem de primeiros professores, os nomes de David Ferreira Lima e Luiz Felipe Gama d'Eça. O primeiro, filho do ex-reitor João David Ferreira Lima, foi o arquiteto responsável pelo projeto de diversas obras no campus Trindade, além da Ressacada - estádio do Avaí. O segundo, Major que fez parte do grupo de professores responsáveis pelo estudo de criação do curso, também participou da comissão de Reforma Universitária da UFSC, além de ter sido redator de Inquérito Policial Militar (IPM) sobre estudantes “subversivos” - aqueles que, por qualquer motivo, ameaçavam a ordem imposta pelo governo militar (Farines et. al. 2016). Ambos eram muito próximos política e ideologicamente de Ferreira Lima.

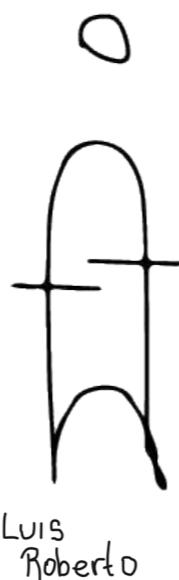


O fato de o curso ter sido criado junto ao Departamento de Engenharia, muito do seu currículo estava amarrado ao corpo docente disponível. Precisava-se montar um curso novo e isto implicou em uma força tarefa, onde todos os jovens arquitetos egressos tiveram que assumir essa construção coletiva. Montar laboratórios, biblioteca e espaços adequados ao ensino, assim como atuar na coordenação em seus distintos níveis, tornou-se prioridade. Participar dos colegiados, chefia de Departamento e coordenação do Curso era uma questão de revezamento entre os colegas mais comprometidos.

Durante todo o tempo de realização desta pesquisa, entre os relatos de antigos professores e funcionários do curso sobre o período de 1977 a 1996, uma das questões mais apontadas em relação ao funcionamento do Departamento era o fato de haver, em meio aos professores, uma expressiva segmentação - política e ideológica em relação à sociedade em geral e ao ensino de arquitetura em específico. Inclusive, entre as fontes primárias para a elaboração do terceiro capítulo deste trabalho, foram encontrados diversos momentos em que a falta de integração entre os professores do curso era considerado grande empecilho para a melhor realização da reforma curricular em 1996.

No meu caso, quando ingressei na UFSC me deparei com um quadro de renovação em curso. Para quem chegara havia pouco, tendo contato com aquele coletivo pela primeira vez, não demorei em perceber a forte polarização entre os docentes. As opiniões contrastavam e os humores eram inflamados, algo até compreensível se levarmos em conta que cada mudança que houvesse na estrutura, nas cargas e conteúdos, poderia afetar o modo como cada professor conduzia “a sua disciplina”, repercutindo no seu cotidiano, estando ou não de acordo. Daí o resultado conservador ao fim e ao cabo do currículo de 1996, visto que a premência de tempo para a aprovação de um novo currículo acabou forçando a geração de um pragmatismo conveniente.

A polarização continuou causando divisões a ponto do Departamento abrir dois cursos de pós-graduação, que funcionaram por algum tempo até que fosse plausível a proposição de um único curso com várias linhas, com a ajuda de terceiros. A Escola é resultado disso tudo, desses enfrentamentos, das paixões e visões de mundo. As coisas vão mudando porque têm que mudar, porque a vida é movimento, porque errando ou acertando, seguimos adiante procurando ajustar conforme as condições do momento.



No relatório dos cinco professores com justificativas e recomendações para a criação do curso, foi apresentada uma sugestão de primeiro currículo para implantação. Esta proposta foi elaborada com base em estudo comparativo entre currículos de outras escolas, onde foram identificadas ementas que poderiam ser aproveitadas na UFSC, por já existir alguma disciplina similar na instituição. Devido a isso, e por razão da origem do primeiro grupo de professores, o primeiro currículo do curso de arquitetura da UFSC foi composto por muitas disciplinas similares às da Engenharia Civil.

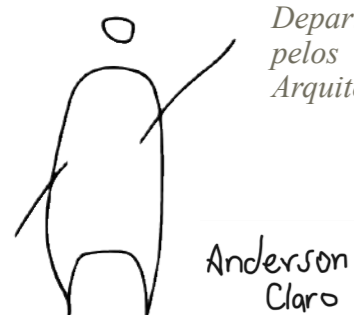
Segundo o Estatuto e Regimento Regional da UFSC daquele ano, todos os cursos do mesmo Centro da Universidade deveriam, obrigatoriamente, ofertar o mesmo ciclo básico de disciplinas. Isso quer dizer que, por estar dentro do Centro Tecnológico da Universidade, os dois primeiros anos do curso de arquitetura e urbanismo deveriam ser destinados ao mesmo “básico” que os outros cursos de engenharia da UFSC, com disciplinas de cálculo, física, línguas, desenho técnico, entre outras. Segundo aquele

Regimento, o ciclo básico teria a função de corrigir falhas na formação intelectual do aluno evidenciadas pelo vestibular, propiciar elementos de cultura geral e criar bases adequadas para o ensino profissionalizante (Doc. 01, 1976). O grupo dos cinco professores percebeu que este caso não seria adequado ao currículo de arquitetura, que necessita de bases diferentes das dos cursos de engenharia. Assim, a primeira versão da proposta de currículo do grupo apresentava um ciclo básico composto por apenas 2 semestres.

Contrariando o regimento da UFSC e diferenciando-se dos demais cursos da Universidade, a arquitetura aprovou para seu primeiro currículo um ciclo básico único e exclusivo com, inclusive, matérias específicas de arquitetura: Fundamentos Sociais de Arquitetura e Urbanismo”, na primeira fase, e “Desenho Arquitetônico”, “Arquitetura Analítica I” e “Fundamentos Sociais de Arquitetura e Urbanismo II”, na segunda fase. (Fig. 23).

Ano/Semestre	Disciplina	Créditos					
1º semestre ciclo básico	EPB_studos de Problemas Brasileiros	2	5º semestre ciclo profissionalizante	ECV_Materiais de Construção Civil II	4		
	LLE_Inglês IB	3		ECV_Estática das Construções	6		
	MTM_Cálculo Diferencial e Integral I	5		ARQ_Teoria da Arquitetura III	4		
	LLV_Português IA	3		ARQ_Arquitetura Brasileira I	4		
	RTS_Geometria Descritiva I	4		ARQ_Planejamento de Arquitetura III	8		
	RTS_Desenho de Observação	6		PDS_Prática Desportiva V	2		
	RTS_Plástica I	4		ECV_Construções de Concreto I	2		
	HST_História da Arte	5		ECV_Construções Metálicas	2		
	ARQ_Fundamentos Sociais da Arq. e Urb. I	2		ECV_Técnica das Construções I	2		
2º semestre ciclo básico	PDS_Prática Desportiva I	2	6º semestre ciclo profissionalizante	EXC_Instalações Prediais I	2		
	MTM_Cálculo Diferencial e Integral II	5		ARQ_Arquitetura Brasileira II	2		
	MTM_Álgebra Linear e Geometria Analítica I	5		ARQ_Planejamento de Arquitetura IV	2		
	RTS_Geometria Descritiva II	4		PDS_Prática Desportiva VI	2		
	RTS_Desenho Arquitetônico I	4		ECV_Construção de Concreto II	5		
	RTS_Plástica II	4		ECV_Construções de Madeira	3		
	FSC_Física V	5		ECV_Técnicas das Construções II	5		
	ARQ_Arquitetura Analítica I	4		ECV_Instalações Prediais II	6		
	ARQ_Fundamentos Sociais da Arq. e Urb. II	4		ARQ_Introdução ao Paisagismo	4		
3º semestre ciclo profissionalizante	PDS_Prática Desportiva II	2	7º semestre ciclo profissionalizante	ARQ_Planejamento de Arquitetura V	10		
	MTM_Cálculo Diferencial e Integral III	5		PDS_Prática Desportiva VII	2		
	FSC_Mecânica Geral I	4		EPB_Estudo de Problemas Brasileiros II	2		
	RTS_Desenho Arquitetônico II	4		ECV_Estudos de Solos	4		
	RTS_Perspectiva e Sombra	4		ECV_Planej. e Controle das Construções	4		
	RTS_Plástica III	4		ECV_Organização e Prática Profissional I	4		
	ECV_Análise e Sistemas Estruturais	4		ARQ_Planejamento de Arquitetura VI	12		
	ARQ_Arquitetura Analítica II	4		PDS_Prática Desportiva VII	2		
	ARQ_Teoria da Arquitetura I	4		8º semestre ciclo profissionalizante	PDS_Prática Desportiva VII	2	
4º semestre ciclo profissionalizante	PDS_Prática Desportiva III	2	ECV_Organização e Prática Profissional II		4		
	EMC_Resistência dos Materiais I	6	ARQ_Planejamento de Arquitetura VII		14		
	ECV_Topografia	4	ARQ_Planejamento Regional e Urbano II		10		
	ECV_Materiais de Construção Civil I	5	ECV_Sistemas Urbanos		4		
	ECV_Higiene das Habitações	4	9º semestre ciclo profissionalizante		ARQ_Trabalho de Graduação	20	
	ARQ_Teoria da Arquitetura II	4			10º semestre ciclo profissionalizante	ARQ_Planejamento Regional e Urbano III	12
	ARQ_Planejamento de Arquitetura II	8					
	PDS_Prática Desportiva IV	2					

Fig. 23
Primeiro currículo ARQ-UFSC (1977)



Nosso currículo era tão inovador e independente da estrutura Departamental vigente na UFSC que éramos jocosamente chamados pelos outros departamentos de “RIA” – República Independente da Arquitetura.

Anderson
Claro

A maior dificuldade encontrada para implementar esta proposta estava na necessidade de criação de novas disciplinas e contratação imediata de professores. O então chefe do Departamento de Matemática, responsável pelas disciplinas de cálculo e álgebra, prometeu criar uma disciplina de cálculo mais de acordo com a formação do arquiteto, como funcionava em outras escolas.

Contudo, no primeiro semestre letivo de funcionamento do curso, professores e estudantes notaram problemas estruturais deste currículo. A principal questão problemática era em relação à carga horária, que era, em média, 34 créditos por semestre. Além disso, devido ao fato de que foram utilizadas disciplinas que já existiam na Universidade, para se adequar às ementas propostas era necessária a utilização de duas ou mais disciplinas, visto que algumas matérias estavam diluídas. Mesmo que algumas disciplinas específicas de arquitetura tenham sido criadas, muitas disciplinas do básico ainda eram similares às das engenharias, com nível de aprofundamento incompatível com o necessário para a formação do arquiteto. Por esse motivo, o número de reprovações nessas matérias era bastante elevado, criando um represamento no curso.

Em setembro de 1978, quando o curso estava com um ano de funcionamento, a então Coordenadora do Curso, Carmem Cassol, envia um ofício à Reitoria solicitando que as disciplinas de Resistência dos Materiais I, que pertencia ao Departamento de Engenharia Civil, passasse para o “CAU” (Curso de Arquitetura e Urbanismo), neste momento, o Departamento de Arquitetura ainda não havia sido criado. A solicitação se deu devido ao fato de que essa era uma das disciplinas que mais causava represamento aos estudantes e que o conteúdo ministrado era específico para a formação de engenheiros e não arquitetos, além de outras questões referentes aos pré-requisitos. Arno Blass, então chefe do Departamento de Engenharia Mecânica, envia um parecer respondendo à solicitação da professora e analisa:

Essa situação se criou em face da desmedida pressa com que se vem implantando cursos nesta Universidade, sem a necessária e competente análise dos reais objetivos e necessidades dos currículos introduzidos. Não fosse o fato de o

curso já estar funcionando, com alunos já sofrendo as consequências da falta de planejamento, atrever-me-ia a sugerir que se refizesse todo o estudo do currículo do CAU (...) (Doc. 02, 1978).

Ninguém estava satisfeito com a aplicação daquele currículo. Os estudantes organizaram uma paralisação devido aos problemas que estavam enfrentando. Em reunião aberta com professores, alunos e técnicos, Stemmer reconheceu que uma reforma curricular no curso se fazia necessária e urgente. Antes de iniciar o processo de reformulação, foram realizados os trâmites para a criação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Em julho de 1979, em ofício ao Reitor, o Diretor do Centro Tecnológico, Sérgio Roberto de Arruda - que estava na comissão para o estudo de criação do curso - apresentou uma lista de compras e contratação de materiais e pessoal administrativo necessários ao funcionamento do novo Departamento (Fig. 24 e 25)

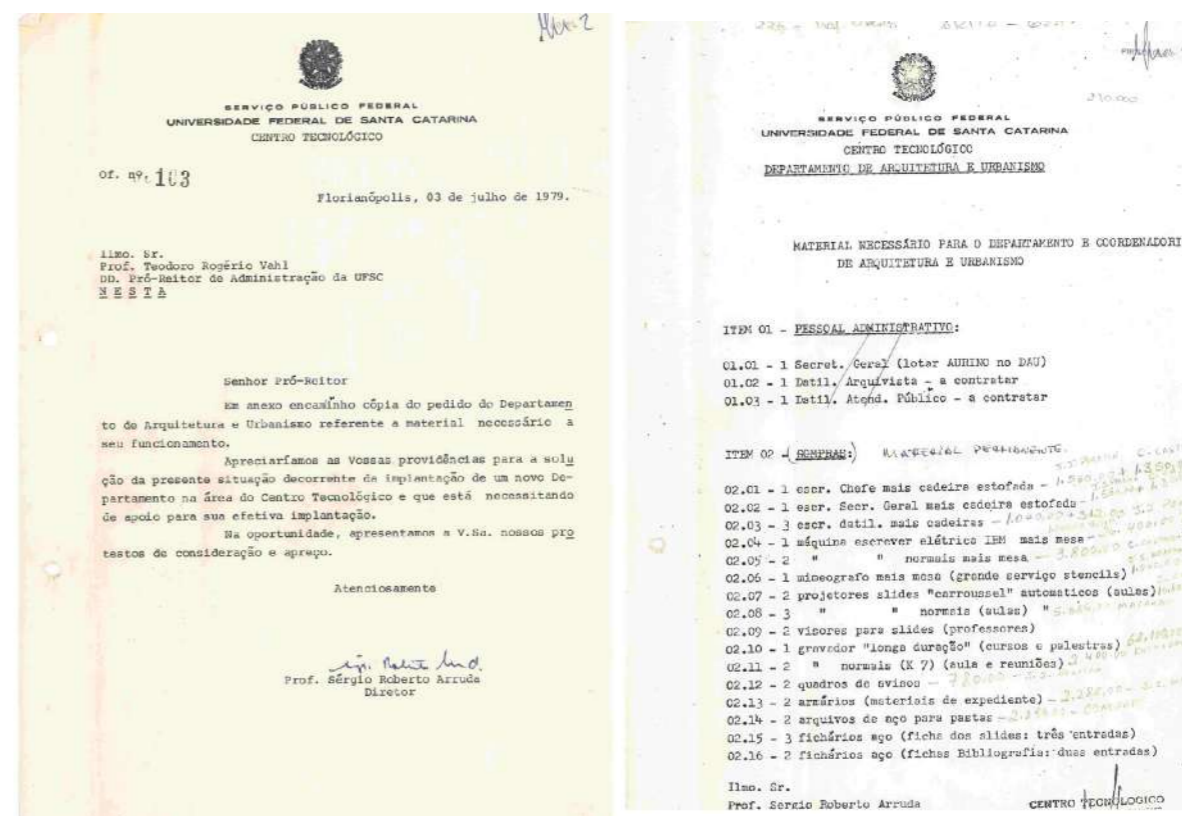


Fig. 24 e 25

Ofício - Materiais necessários ao funcionamento do Departamento de Arquitetura/UFSC (1979)

No mesmo período de criação do Departamento, foi fundado o Centro Acadêmico Livre de Arquitetura - CALA. O CALA foi o primeiro Centro Acadêmico da Universidade a agregar a designação “livre”. Esta indicação referia-se à resistência do movimento estudantil frente às opressões do governo ditatorial. Segundo Biezu (2022, p. 6), “já em 1979, numa primeira eleição direta para o DCE da UFSC, caracterizada pelo período de reabertura, o CALA marcou presença na história do Movimento Estudantil por recusar-se a votar, apesar das sabidas punições que este protesto acarretaria”.

Com a criação do Departamento e do Centro Acadêmico, iniciou-se o primeiro processo de reforma curricular do curso. O principal objetivo da reforma era em relação ao ajuste de carga horária. Dessa maneira, foram diminuídos os créditos das disciplinas técnicas e aumentados os das disciplinas teórico-críticas, de instrumentação e de planejamento arquitetônico (projeto). A carga horária de projeto estava, antes, concentrada no final do curso e, com a reforma, procurou-se distribuir melhor os horários durante todo o período de graduação. O quadro abaixo apresenta um comparativo de créditos nos currículos vigente (V) e proposto (P) (Fig. 26)

Núcleo	1a Fase		2a Fase		3a Fase		4a Fase		5a Fase		6a Fase		7a Fase		8a Fase		9a Fase		10a Fase		Vigente		Proposto	
	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	Crédito	%	Crédito	%
Projeto	-	8	-	8	6	8	8	13	8	12	10	12	14	12	18	12	24	18	32	14	120	36,8	117	39,9
Teoria	14	11	8	7	8	6	4	7	8	7	4	11	-	3	-	3	-	3	-	-	46	14,1	58	20
Técnicas	9	12	19	12	13	13	19	13	10	14	21	9	19	18	12	9	8	3	-	3	130	39,9	106	36,
Instrum.	10	4	8	4	12	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	9,2	12	4
Total	33	35	35	31	39	31	31	33	26	33	35	32	33	33	30	24	32	24	32	17	326	100	293	100

Fig. 26
Comparativo cargas horárias currículo 1977 (V) e 1979 (P) ARQ/UFSC
(Autora, com base em Doc. 03, 1979)

Não foram encontrados documentos que sintetizassem debates entre os docentes em relação ao ensino ou aos princípios pedagógicos neste período. Porém, entre a bibliografia utilizada para a redação da proposta do novo currículo, aparecem os documentos de reforma curricular da FAU-USP e da Universidade Católica de Goiás, além do livro “Bases para a formação de Arquiteto na América Latina”, de Carlos Gonzalez Lobo. Ademais, durante a elaboração da nova estrutura curricular, o curso contou com assessoria e participação de professores das Escolas de Arquitetura no Estado de São Paulo, que trouxeram debates da ABEA e experiências vividas na criação e implantação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos (SP).

No novo currículo (Fig. 27), percebe-se que diminuíram consideravelmente a carga horária de disciplinas do Departamento de Engenharia Civil - de 83 em 1977 para 49 em 1979. Disciplinas de três novos departamentos foram incorporadas no currículo: Filosofia (FIL), Biologia (BLG), e Estatística e Computação (CEC), e os departamentos de Línguas e Literaturas Vernáculas (LLV), Língua e Literatura Estrangeira (LLE) e Engenharia Mecânica (EMC) deixaram de oferecer disciplinas. As matérias das disciplinas do Departamento de Artes (RTS) foram diluídas em outras disciplinas do ARQ (Fig. 28).

Ano/Semestre	Disciplina	
1º semestre ciclo básico	FPB_Estudos de Problemas Brasileiros I	
	FIL_Metodologia Científica	
	RTS_Geometria Descritiva	
	RTS_Desenho de Observação	
	ARQ_Experimentação I	
	ARQ_Planejamento Arquitetônico I	
	ARQ_Introdução à Arquitetura	
	MTM_Cálculo Diferencial e Integral I	
	PDS_Prática Desportiva I	
	2º semestre ciclo básico	FIL_Estética
RTS_Desenho Arquit., Perspectiva e Sombra		
ARQ_Experimentação II		
ARQ_Planejamento Arquitetônico II		
ARQ_Fundamentos Sociais, Econ. e Políticos		
ARQ_Teoria do Objeto e Ambiente		
MTM_Cálculo Diferencial e Integral		
MTM_Álgebra Linear e Geometria Analítica I		
PDS_Prática Desportiva II		
3º semestre ciclo básico		FSC_Mecânica Aplicada
	ECV_Materiais e Técnicas de Construção	
	RTS_Desenho Arquit. Perspectiva e Sombra II	
	RTS_Plástica	
	HST_História da Arte	
	ARQ_Planejamento Arquitetônico III	
	PDS_Prática Desportiva III	
	ECV_Resistência dos Sólidos	
	4º semestre ciclo profissionalizante	ECV_Materiais e Técnica de Construção II
		ECV_Inst. e Equip. Prediais I
ARQ_Teoria da Arquitetura I		
ARQ_Arquitetura Brasileira I		
ARQ_Planejamento Arquitetônico IV		
ARQ_Paisagismo I		
ARQ_Higiene das Habitações		
5º semestre ciclo profissionalizante		ECV_Estatística das Construções
		ECV_Instalações e Equip. Prediais II
		ECV_Materiais e Técnicas de Construção
	ARQ_Teoria da Arquitetura II	
	ARQ_Arquitetura Brasileira II	
	ARQ_Planejamento Arquitetônico V	
	ARQ_Conforto Ambiental Acústico	
	PDS_Prática Desportiva V	
	6º semestre ciclo profissionalizante	ECV_Materiais e Técnica de Construção IV
		ARQ_Fundamentos Sociais, Econ. Políticos II
ARQ_Teoria da Arquitetura III		
ARQ_História da Arquitetura I		
ARQ_Planejamento Arquitetônico VI		
BLG_Conservação dos Recursos Naturais		
PDS_Prática Desportiva VI		
7º semestre ciclo profissionalizante		ECV_Topografia
		ECV_Estruturas de Aço e Madeira
		ECV_Materiais e Técnicas de Construção V
	ARQ_Urbanismo I	
	ARQ_Planejamento Arquitetônico VII	
	ARQ_História da Arquitetura II	
	PDS_Prática Desportiva VII	
	8º semestre ciclo profissionalizante	FPB_Estudo de Problemas Brasileiros II
		ECV_Estruturas de Concreto
		ARQ_Planejamento Arquitetônico VIII
ARQ_Urbanismo II		
CEC_Estatística I		
PDS_Prática Desportiva VII		
ARQ_Planejamento Arquitetônico IX		
9º semestre ciclo profissionalizante		ARQ_Urbanismo III
		ARQ_Organização e Prática Profissional I
10º semestre ciclo profissionalizante		ARQ_Planejamento Arquitetônico X

Fig. 27
Currículo oriundo da primeira reforma no ARQ. 1979

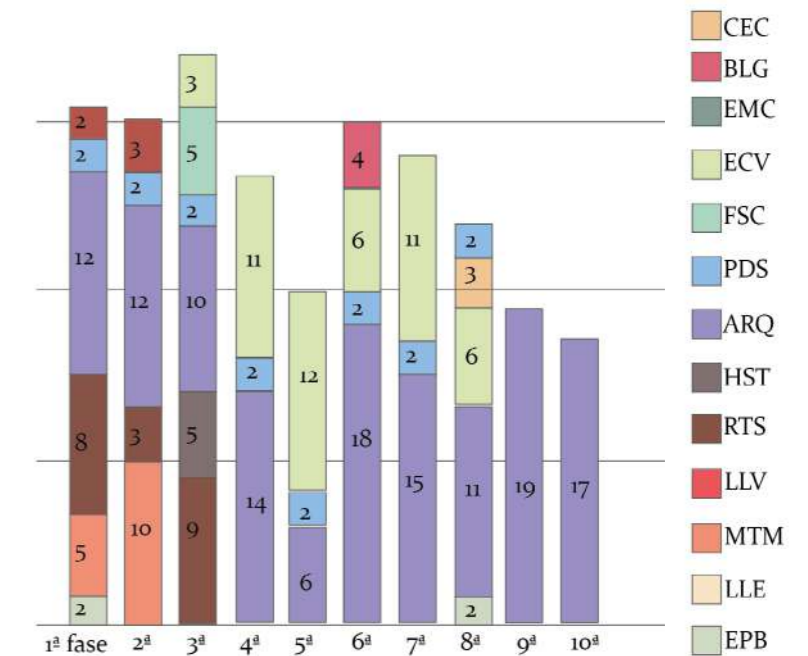
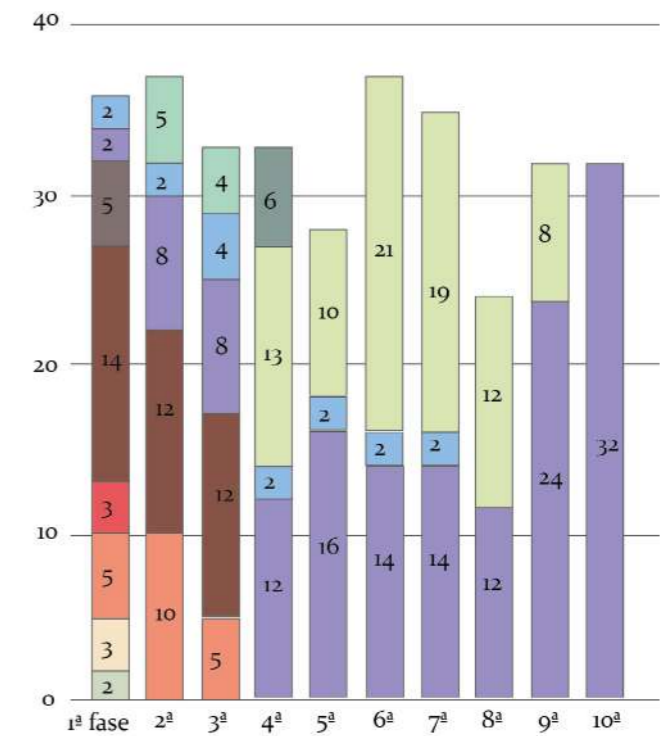


Fig. 28
Comparação de cargas horárias de disciplinas de diversos departamentos que ministravam aulas para o CAU em 1977 (em cima) e 1979 (embaixo).

Em 1980, foi consumada a alteração para transferir as disciplinas de Materiais de Técnicas de Construção para o Departamento de Arquitetura, que foi justificada devido ao fato de que “(...) o Curso de Arquitetura exigia uma orientação diferente (específica) nestas disciplinas aos seus alunos, que foi considerada conflitante com os pontos de vista dos respectivos Professores da Engenharia Civil” (Doc. 04, 1980). Estas alterações de departamentos e nomenclaturas de disciplinas apontam o caráter reorganizativo dessa reforma curricular.



Essa substituição de disciplinas em departamentos foi necessária porque o pré-requisito para as disciplinas de cálculo geravam muito represamento. O conteúdo de Resistência dos Sólidos era mais simples, apenas com cálculo de esforços estruturais. A mesma situação aconteceu com as disciplinas de cálculo integral I, II e III, que foram substituídas por cálculo A.

Em 1983 e 1984, o CALA produziu e publicou três edições de um jornal interno do curso - que na época era chamado de “Croqui” (Fig. 29 e Fig. 30). Nestas edições, aparecem escritos de estudantes e alguns professores em relação ao que acontece no curso e a necessidade da organização estudantil. Em todas as edições, há reflexões sobre o “momento de grande efervescência política no curso” (Doc. 05, 1983) e chamados para a participação estudantil nos seminários de curso “não com o intuito de descobrir uma fórmula salvadora, mas pelo menos, com a esperança de resgatar e salvar o pouco que restou de nosso curso” (Doc. 05, 1983).



Fig. 29
Ilustração Croqui/84
(Doc. 06, 1984)



Fig. 30
Ilustração Croqui/84
(Doc. 07, 1984)



A maioria dos estudantes não participava de nada, era sempre a nossa “panelinha” do CALA

Desde o início da formação de arquitetos no Brasil, percebe-se a existência de uma dicotomia entre o ensino voltado às artes ou às técnicas. A reivindicação por criação de escolas com um ensino independente de arquitetura, desvinculada das Belas Artes ou Politécnicas também é percebida desde os primeiros encontros de profissionais e estudantes. Contudo, apesar da criação da escola independente de Minas Gerais, em 1930, muitos outros cursos criados posteriormente, que se tornaram referência no ensino, ainda estavam vinculado a uma das duas, como a FAU-USP, separada da Politécnica em 1948, FNA, fundada em 1945 oriunda da Escola Nacional de Belas Artes e Faculdade de Arquitetura da UFRGS, oriunda do Instituto de Belas Artes e da Escola de Engenharia, criada em 1952.

Na UFSC, a arquitetura surge como independente (Fig. 31, Fig. 32 e Fig. 33), mas no interior do Centro Tecnológico, como um “puxadinho” do curso de Engenharia Civil e, desde sua criação, a desvinculação com o ECV é pautada como fundamental para o bom andamento do curso. Mesmo estando diretamente relacionado ao curso de Civil e redigido sob as exigências do currículo mínimo de 1969, o curso de arquitetura conseguiu implantar de maneira inovadora na Universidade um ciclo básico independente e específico para a formação de arquitetos. Outros problemas, porém, foram identificados na implantação deste currículo inovador. A reforma curricular de 1979 no Departamento é necessária para ajustes burocráticos e reorganização de matérias e professores, por isso, apesar de ter sido fundamental para o funcionamento do curso, esta reforma se ausentou de discussões mais reflexivas sobre o ensino de arquitetura de fato. Esses estudos e reflexões aparecem a partir de 1986 no curso, quando o currículo de 1979 começa a ser avaliado e rediscutido.



Fig. 31, Fig. 32 e Fig. 33
Experimentações em disciplinas no curso de arquitetura e urbanismo da UFSC
(Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)

3_REFORMA

ASPECTOS DA REFORMA CURRICULAR DE 1996 NO ARQ/UFSC

É neste capítulo, com recorte temporal de 1986 a 1996, em que serão analisados os processos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC que tinham como objetivo reformular a matriz curricular em vigor desde 1979. Os acontecimentos aqui relatados são frutos de documentos encontrados na secretaria do Departamento. Através destes documentos, com pesquisas auxiliares e com colaboração dos comentaristas, busca-se compilar reflexões sobre o ensino da escola por meio do processo de reforma curricular.

Embora o currículo não determine por si só os rumos do ensino, ele pode revelar ambições, referências, linhas teóricas e percepções de mundo e de arquitetura que são importantes questionar quando nos propomos a refletir sobre o ensino de uma Escola. Neste capítulo, a análise se concentra no processo decorrido ao longo dos anos, revelando as pautas, os engajamentos e análises de conjuntura em relação ao curso. Devido ao fato de que essas análises são realizadas através dos documentos encontrados, entendemos que elas, por si só, não são capazes de gerar conclusões sobre o ensino como um todo daquela época. Compreende-se que muitos debates, reflexões, encontros e discussões não foram registrados e, por isso, se perderam no tempo. Contudo, o compilado dos arquivos encontrados conseguem abrir caminhos para reflexões. Aqui, é feita uma reunião de informações e processos que o curso passou em um período determinado de tempo, um primeiro passo para refletir sobre o ensino da Escola.

Durante os dez anos que compreendem o processo analisado, podemos diferenciar três momentos neste período, que serão apresentados neste capítulo: o primeiro, iniciado em 1986 com o Seminário de 10 anos de curso, onde foram registrados debates que visavam promover uma reforma significativa no ensino, com análises críticas sobre a estrutura universitária e propostas para repensar toda a pedagogia da Escola. O segundo momento refere-se aos anos que compreendem o final da década de 1980 até 1994, quando, apesar de haver alguns encontros e seminários com o ensino em pauta, as discussões específicas sobre a reforma do currículo foram deixadas de lado no curso da UFSC, embora tenha sido percebido um engajamento esporádico do Centro Acadêmico e de alguns professores que chamavam a comunidade do ARQ para essas discussões. Por fim, devido às novas diretrizes curriculares do MEC para os cursos de arquitetura e urbanismo, publicadas em 1994, a pauta da reforma curricular é colocada mais uma vez como urgente dentro do Departamento e então, em um período de dois anos, todo o currículo é finalmente reformado.

3.1 INÍCIO DO PROCESSO; PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO ENSINO DE ARQUITETURA NA UFSC - 1986 a 1988

No início dos anos 1980, no interior do contexto de abertura “lenta, gradual e segura” da política brasileira, as instituições de ensino superior foram palco de diversos debates sobre expectativas para a reorganização universitária. Porém, o agente principal de mediação de debates e formulações de propostas passou a ser o governo ao invés da população, que apresentava maior destaque nessas instâncias antes do golpe militar. A eleição indireta de Tancredo Neves e a posse de José Sarney iniciaram o período da Nova República no Brasil. Naquele período, o governo se mostrava mais permeável às pressões sociais, mas ao mesmo tempo deslocava o embate político para “especialistas” que “representavam” as entidades da sociedade civil (Tavares, 1997). Em 1985, Sarney instituiu uma comissão para reformulação do ensino superior, visto que esse era um debate recorrente na comunidade acadêmica, mediado principalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). O relatório final da comissão, intitulado “Por uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira”, redigido por uma comissão indicada, apresentou diretrizes para a reformulação.

Estas diretrizes nortearam a criação do Programa Nova Universidade pela Secretaria de Educação Superior (SeSu). O Programa valorizava a atividade de extensão e a definia como importante no relacionamento entre a instituição e a sociedade. Além disso, incentivava a criação de estruturas auxiliares ao ensino nos cursos de graduação. No Departamento de Arquitetura da UFSC, o Programa impulsionou a criação de três novos laboratórios em 1986, a saber: Laboratório de Microcomputadores (LabMicro), que dispõe ao Departamento recursos digitais compartilhados; Laboratório de Conforto Ambiental (LabCon), com objetivo de ampliar o escopo metodológico do ensino em relação às áreas do conforto ambiental das edificações; e Laboratório de Pesquisa e Documentação (LPD), que objetivava ser um espaço de abrigo de acervo bibliográfico, além de uma biblioteca setorial. O LabMicro e LabCon foram os primeiros laboratórios de computação e conforto, voltados à arquitetura, criados em um curso de graduação no Brasil.

Naquele ano, o currículo vigente ainda era aquele formulado em 1979, com algumas modificações realizadas através de portarias (Fig. 34).

Ano/Semestre	Disciplina 1979	Disciplina 1986
1º semestre ciclo básico	EPB_ Estudos de Problemas Brasileiros I	EPB_ Estudos de Problemas Brasileiros I
	FIL_ Metodologia Científica	FIL_ Metodologia Científica
	RIS_ Geometria Descritiva	RIS_ Geometria Descritiva
	RTS_ Desenho de Observação	RTS_ Desenho de Observação
	ARQ_ Experimentação I	ARQ_ Experimentação I
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico I	ARQ_ Planejamento Arquitetônico I
	ARQ_ Introdução à Arquitetura	ARQ_ Introdução à Arquitetura
2º semestre ciclo básico	MTM_ Cálculo Diferencial e Integral I	MTM_ Cálculo Diferencial e Integral I
	PDS_ Prática Desportiva I	
	FIL_ Estética	FIL_ Estética
	RTS_ Desenho Arquit., Perspectiva e Sombra	RTS_ Desenho Arquit., Perspectiva e Sombra
	ARQ_ Experimentação II	ARQ_ Experimentação II
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico II	ARQ_ Planejamento Arquitetônico II
	ARQ_ Fundamentos Sociais, Econ. e Políticos	ARQ_ Fundamentos Sociais, Econ. e Políticos
3º semestre ciclo básico	ARQ_ Teoria do Objeto e Ambiente	ARQ_ Teoria do Objeto e Ambiente
	MTM_ Cálculo Diferencial e Integral II	
	MTM_ Álgebra Linear e Geometria Analítica I	MTM_ Álgebra Linear e Geometria Analítica I
	PDS_ Prática Desportiva II	
	FSC_ Mecânica Aplicada	FSC_ Mecânica Aplicada
	ECV_ Materiais e Técnicas de Construção	ARQ_ Materiais e Técnicas de Construção
	RTS_ Desenho Arquit. Perspectiva e Sombra II	RTS_ Desenho Arquit. Perspectiva e Sombra II
4º semestre ciclo profissionalizante	RTS_ Plástica	RTS_ Plástica
	HST_ História da Arte	HST_ História da Arte
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico III	ARQ_ Planejamento Arquitetônico III
	PDS_ Prática Desportiva III	
	ECV_ Resistência dos Sólidos	ECV_ Resistência dos Sólidos
	ECV_ Materiais e Técnica de Construção II	ARQ_ Materiais e Técnica de Construção II
	ECV_ Inst. e Equip. Prediais I	ECV_ Inst. e Equip. Prediais I
5º semestre ciclo profissionalizante	ARQ_ Teoria da Arquitetura I	ARQ_ Teoria da Arquitetura I
	ARQ_ Arquitetura Brasileira I	ARQ_ Arquitetura Brasileira I
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico IV	ARQ_ Planejamento Arquitetônico IV
	ARQ_ Paisagismo I	ARQ_ Paisagismo I
	ARQ_ Higiene das Habitações	ARQ_ Higiene das Habitações
	PDS_ Prática Desportiva IV	
	ARQ_ Resistência dos Materiais	
6º semestre ciclo profissionalizante	ECV_ Estatística das Construções	ECV_ Estatística das Construções
	ECV_ Instalações e Equip. Prediais II	ECV_ Instalações e Equip. Prediais II
	ECV_ Materiais e Técnicas de Construção	ARQ_ Materiais e Técnicas de Construção
	ARQ_ Teoria da Arquitetura II	ARQ_ Teoria da Arquitetura II
	ARQ_ Arquitetura Brasileira II	ARQ_ Arquitetura Brasileira II
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico V	ARQ_ Planejamento Arquitetônico V
	ARQ_ Conforto Ambiental Acústico	ARQ_ Conforto Ambiental Acústico
7º semestre ciclo profissionalizante	PDS_ Prática Desportiva V	
	ECV_ Materiais e Técnica de Construção IV	
	ARQ_ Fundamentos Sociais, Econ. Políticos II	ARQ_ Fundamentos Sociais, Econ. Políticos II
	ARQ_ Teoria da Arquitetura III	ARQ_ Teoria da Arquitetura III
	ARQ_ História da Arquitetura I	ARQ_ História da Arquitetura I
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico VI	ARQ_ Planejamento Arquitetônico VI
	BI.G. Conservação dos Recursos Naturais	BI.G. Conservação dos Recursos Naturais
8º semestre ciclo profissionalizante	PDS_ Prática Desportiva VI	
	ECV_ Topografia	ECV_ Topografia
	ECV_ Estruturas de Aço e Madeira	ECV_ Estruturas de Aço e Madeira
	ECV_ Materiais e Técnicas de Construção V	ECV_ Materiais e Técnicas de Construção V
	ARQ_ Urbanismo I	ARQ_ Urbanismo I
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico VII	ARQ_ Planejamento Arquitetônico VII
	ARQ_ História da Arquitetura II	ARQ_ História da Arquitetura II
9º semestre ciclo profissionalizante	PDS_ Prática Desportiva VII	
	EPB_ Estudo de Problemas Brasileiros II	
	ECV_ Estruturas de Concreto	ECV_ Estruturas de Concreto
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico VIII	ARQ_ Planejamento Arquitetônico VIII
	ARQ_ Urbanismo II	ARQ_ Urbanismo II
	CFC_ Estatística I	CFC_ Estatística I
	PDS_ Prática Desportiva VIII	PDS_ Prática Desportiva VIII
10º semestre ciclo profissionalizante	ARQ_ Planejamento Arquitetônico IX	ARQ_ Planejamento Arquitetônico IX
	ARQ_ Urbanismo III	ARQ_ Urbanismo III
11º semestre ciclo profissionalizante	ARQ_ Organização e Prática Profissional I	
	ARQ_ Planejamento Arquitetônico X	ARQ_ Planejamento Arquitetônico X

Foram feitas mudanças através de portarias porque reformar o currículo era complicado devido à necessidade e à dificuldade que se tinha de ir até o MEC. Começamos a fazer só ajustes pois com a reforma de 1979 muitos objetivos já tinham sido atingidos.



Fig. 34
Comparação entre o currículo implantado em 1979 e a grade em vigor em 1986 no ARQ/UFSC

As mudanças realizadas através de portarias entre 1979 e 1986 foram referentes à exclusão ou mudanças de departamento responsável por ministrar alguma disciplina. Percebe-se que todas as disciplinas de Prática Desportiva, que antes eram obrigatórias a todos os cursos de graduação da UFSC, foram excluídas. Também foram suprimidas as disciplinas de Cálculo Diferencial e Integral II (MTM), Organização e Prática Profissional II (ARQ), Materiais e Técnicas de Construção (ECV) - que se tornou optativa - e Estudos de Problemas Brasileiros II (EPB). Em relação a esta última disciplina, cabem alguns comentários.

Estudos de Problemas Brasileiros foi uma disciplina incorporada como obrigatória a todos os cursos de graduação do país no processo de Reforma Universitária, em 1968. Dedicada à “educação moral e cívica” no ensino superior, a disciplina tinha como propósito uma educação moral, com culto à Pátria e fortalecimento de instituições que sustentam o modo de produção capitalista, como o casamento, de acordo com o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Na UFSC, os professores que ministravam essa disciplina eram todos formados pela Escola Superior de Guerra. Entre eles, destacam-se os professores Jaldyr B. Faustino da Silva, general, e Ayrton Capella, coronel. Ambos foram autores de três livros que foram referência para estes estudos em outras universidades do país: Educação Moral e Cívica (1971), Organização social e política do Brasil: curso de civismo (1971), e Estudos de problemas brasileiros (1972).



EPB era uma disciplina estranha só pra cumprir o currículo e ninguém dava a mínima

No ano de 1986, ocorreu no ARQ o Pré-Seminário de 10 anos de curso, quando o foram encontrados os primeiros registros que questionam a matriz curricular vigente. O documento com a ata do pré-seminário (Doc. 08, 1986a) foi o ponto de partida para a análise de todo o processo de reforma curricular durante os dez anos. É um registro importante, pois é a primeira fonte que contém opiniões do corpo docente em relação às disciplinas, de forma que possibilita a contextualização do cenário atual do curso e revela como o Departamento estava estruturado às vésperas da reforma. Cada um dos quatro núcleos de ensino que existiam no ARQ - projeto, estrutura, tecnologia e teoria - fizeram também reuniões internas durante o pré-seminário para analisar questões

específicas das disciplinas. Muitos apontamentos relatavam o isolamento que existia entre os planos de ensino, os professores e as metodologias, dificultando uma integração vertical e horizontal entre as disciplinas de diversas fases. O núcleo de Projeto faz uma análise que aponta que os pontos mais problemáticos naquela estrutura curricular eram a pouca integração que existia no Departamento - em relação às disciplinas e aos professores e estudantes -, além do fato de que as disciplinas de projeto eram muito mais destacadas no currículo do que outras disciplinas do restante dos núcleos.

Os docentes do núcleo de Projeto, então, apresentam algumas propostas bastante generalizadas como a necessidade de “relacionar mais o núcleo com outras disciplinas”, “criação de um programa de ensino único para disciplinas”, e “integração horizontal e vertical das matérias”. Outras propostas já são um pouco mais específicas, como a implantação de um semestre de nivelamento e a divisão do curso em três etapas: introdução, afirmação e investigação (Doc. 07, 1986b). Devido ao fato de que os pré-seminários serviam para começar a lançar pontos para discussão no Seminário, há pouco desenvolvimento de ideias nesses documentos (Fig. 35 e Fig. 36).

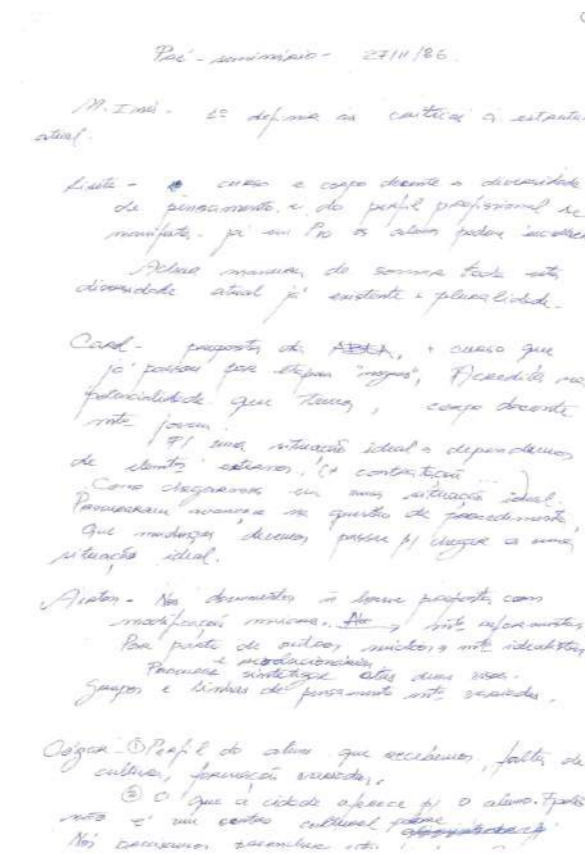


Fig. 35
Primeira página da ata do pré-seminário de 10 anos de curso. nov/86 (Doc. 08, 1986a)

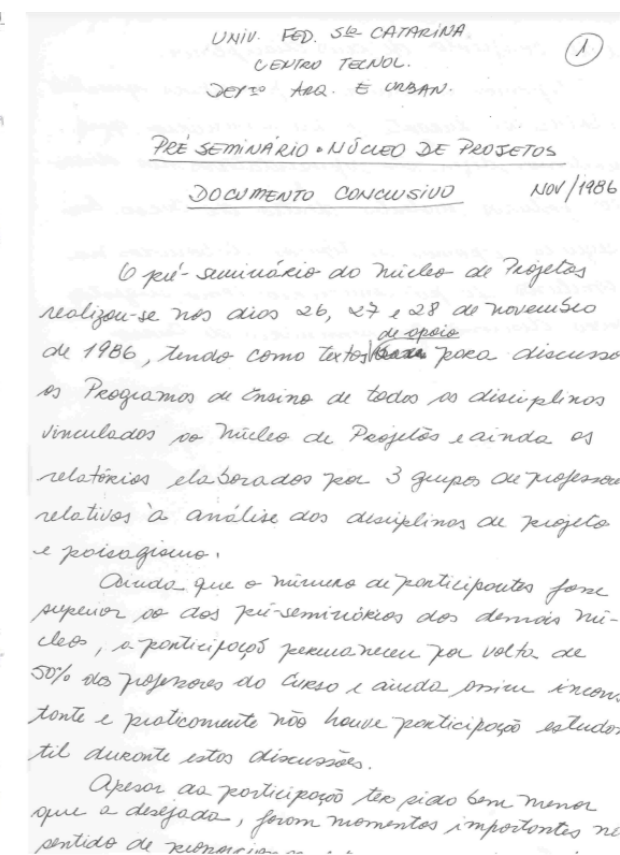


Fig. 36
Primeira página da ata do núcleo de projetos no pré-seminário de 10 anos de curso. nov/86 (Doc. 09, 1986b)

No ano seguinte, em 1987, ocorreu então o Seminário de 10 anos de curso, que tinha como objetivo a “melhoria do ensino de graduação de arquitetura procurando revitalizar o ensino de arquitetura no DAU [Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFSC], buscando sua adequação à realidade regional” (Doc. 08, 1986c). No planejamento do Seminário, foi elaborada uma estrutura que continha a realização de (1) mostra de projetos de alunos e ex-alunos; (2) encontro de especialistas de ensino de arquitetura por meio de palestras e rodas de conversas; (3) seminário de pesquisa, onde seriam apresentados os projetos desenvolvidos pela escola e, por fim, (4) a realização do 3º Seminário de Ensino do Curso de Arquitetura e Urbanismo, objetivando a reestruturação curricular.



Este currículo criado em 1979, embora bastante aperfeiçoado em seus aspectos técnicos e conceituais, não respondia aos anseios tanto do corpo docente como discente, tornando-se incapaz de absorver o enorme potencial de diferentes tendências e novas metodologias de ensino latentes no Curso.

3.1 3º SEMINÁRIO DE ENSINO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Este Seminário foi realizado no interior do Seminário de 10 anos do curso, entre os meses de março a junho de 1987 (Fig. 36, Fig. 37, Fig. 38 e Fig. 39).



Fig. 36 e Fig. 37
Realização do Seminário de Ensino
(Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)



Fig. 38 e Fig. 39
Realização do Seminário de Ensino
(Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)

Na primeira semana de realização do evento, foram ministradas quatro palestras referentes aos quatro núcleos de ensino do Departamento. Na área de Teoria e História, José de Anchieta Corrêa, professor de filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, discursou sobre a importância da Teoria nos cursos de Arquitetura. Os professores Lúcia Mascaró e Juan Mascaró, docentes da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, abordaram a temática do conforto térmico e economia da edificação. Da área de Urbanismo, a professora Maria Elaine Kohlsdorf, da Universidade de Brasília, palestrou sobre o Desenho Urbano, e o ensino de Projeto Arquitetônico e paisagismo foi abordado pelos professores Siegbert Zanettini e Silvio Soares Macedo, respectivamente. Por fim, o professor Fernando Rabelo, da Universidade Católica de Goiânia, apresentou o ensino de Projeto de sua escola (Doc. 15, 1988b).

Na segunda parte do seminário, que durou três meses, foram criados quatro grupos de trabalho responsáveis por discutir e elaborar um documento sobre temáticas: (1) estrutura de ensino; (2) currículo; (3) ensino e aprendizagem; (4) ensino e comunidade. Os grupos eram compostos majoritariamente por docentes e alguns estudantes.

3.1.1 Grupo Estrutura de Ensino ⁵

Este grupo tinha como objetivo analisar a estrutura da Escola. Apontavam a necessidade de o ensino ter uma “(...) relação direta com a intervenção no espaço, notadamente o do Estado de Santa Catarina”, “divulgar a produção de conhecimento”, e participar de concursos, seminários e congressos (Doc. 10, 1987a). O grupo ressalta a necessidade de rompimento com a atual estrutura de créditos e pré-requisitos e a formulação de um conteúdo central para cada período, de forma a integrar horizontalmente melhor as ementas das disciplinas da mesma fase.

Além disso, há uma reflexão sobre a inserção do curso de Arquitetura no Centro Tecnológico da Universidade. Para os membros do Grupo, estar junto ao CTC e a ausência de um curso de Belas Artes na UFSC faz com que o profissional formado na escola tenha um perfil insuficiente para desempenhar suas atribuições. A formação criativa era deixada de lado e a tecnológica era insuficiente “(...) em função do distanciamento concreto da natureza do trabalho do arquiteto com as demais áreas ligadas a Engenharia, que não estabelece troca efetiva” (Doc. 10, 1987a). Conclui o grupo que a única justificativa para permanência do curso no CTC era de caráter “econômico” (Doc. 10, 1987a). Como proposta, apresentam a possibilidade da criação da Faculdade de Arquitetura dentro da UFSC ou a criação de um novo Centro, composto pelo curso de arquitetura e outros cursos do Departamento de Artes.

3.1.2 Grupo Ensino e Aprendizagem ⁶

As reflexões deste outro grupo são apresentadas em três instâncias: “metodologia de ensino”, “sistema de avaliação” e “instrumentos de trabalho”. Em relação à metodologia de ensino, o grupo defende que a aprendizagem precisa envolver o aprendiz como um todo, ou seja, o estudante precisa estar imerso no que está aprendendo e o conteúdo precisa fazer sentido para a sua realidade. Nesse sentido, apontam a importância da relação interpessoal entre os elementos que participam do processo de aprendizagem e

⁵ Coordenadores do Grupo: Prof. Cesar Floriano dos Santos e Prof. Nelson de Campos Teixeira Netto. Relatores/Redatores: Profs. Vera Helena M. Bins Ely; Alina Gonçalves Santiago; Marta Dischinger. Aluna: Karina Urban

⁶ Professores participantes: Américo Ishida; Eloah de Castro; Pedro Buhler; Lino F. Bragança Peres; Lucas; Mário Cesar Coelho.

Redator: Americo Ishida

Participação de cerca de 20 estudantes não nomeados.

ainda destaca o papel do professor, que é de facilitar este processo. Segundo o grupo, “seu papel [o do professor] não é ensinar, mas ajudar o aluno a aprender” (Doc. 12, 1987c). O sistema de avaliação atual do curso, de acordo com os membros do grupo, onde o aluno é submetido a um julgamento por parte do professor, revela o distanciamento que existe entre o corpo docente e discente. O grupo sugere que a avaliação seja “(...) um procedimento que se confunde intrinsecamente com o processo pedagógico” (Doc. 12, 1987c), ou seja, que todos os elementos - afetivos, culturais, técnicos, sociais - sejam envolvidos no processo de avaliação.

O grupo ainda faz considerações em relação aos instrumentos de trabalho, onde ressaltam a importância e a necessidade de uma nova pedagogia, “onde a experimentação e a vivência sejam a base do curso”. Nesse sentido, aparecem proposições para um ensino mais criativo, formativo e integral. Destaca-se, nessas propostas, a sensibilização do estudante em relação à arquitetura. O grupo faz referência à obra de Walter Benjamin: “A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica” para sustentar que o ensino de arquitetura deve abranger outros sentidos e não somente o olhar. Assim, o estímulo à pintura e à oficina de arte no currículo são bastante evidenciadas como formas metodológicas para aproximar o futuro arquiteto de suas obras.

3.1.3 Grupo Ensino e Comunidade ⁷

Este grupo tinha como objetivo discutir a relação da tríade universitária “ensino, pesquisa e extensão” com a realidade social e acadêmica. A análise realizada em relação ao curso sobre esta questão foi a falta de integração entre as unidades da tríade. Para o grupo, o ensino estava sendo realizado como mera transmissão do conhecimento do professor para o aluno, mas deveria ser constituído em uma relação dialética entre professor/aluno e aluno/aluno. A pesquisa no interior do curso, por sua vez, estava restrita ao trabalho do docente e deveria ser compreendida como uma esfera intrínseca ao ensino. Por fim, a extensão estava sendo entendida como uma unidade formal/administrativa e desenvolvida como prestação de serviço, com um caráter assistencial às comunidades. Para o grupo, a extensão era devidamente realizada quando acompanhava

⁷ Professores participantes: Carlos Augusto Campos; Hamilton Carvalho de Abreu; Henrique Hugo Brena; Lino Fernando de Bragança Peres; Nelson Propini Vaz; Roberto Gonçalves da Silva; Rogério de Freiras Varella.

Redatores: Lino Peres e Nelson Propini Vaz

Estudantes: Giovani Bonetti; Liliani Duarte; Gustavo

o eixo pedagógico ensino-pesquisa, pois seria necessário entender as dinâmicas específicas da população a fim de concretizar nela os trabalhos acadêmicos.

Também é apresentada uma crítica sobre o atual modelo de universidade. Para o grupo, a Universidade é instância social que reproduz relações sociais, principalmente a níveis ideológicos, e, por isso, abriga interesses de classes antagônicas em seu interior. Apresentam como exemplo disso a atuação da CERTI na UFSC, que está ligada ao capital privado, mas atua junto a setores que realizam uma prática gratuita e não-empresarial. Além disso, é colocado em questionamento a natureza burocrática e gerencial de alguns setores administrativos da Universidade.

Por fim, é realizada uma análise específica do ensino e aprendizagem do curso de arquitetura em relação aos aspectos sociais. Critica-se o estudo do objeto restrito a sua forma e eficácia funcional, não avançando em reflexões sobre as leis de produção que o regulam. Os modos de ensino e de fazer arquitetura, segundo o grupo, “obedecem ao movimento das necessidades da acumulação do capital e de sua reprodução social, que segrega, tipifica, seleciona e fragmenta as necessidades de reprodução da população” (Doc. 13, 1987d). Por isso, o processo de ensino-aprendizagem e a relação com o real devem ser totalizantes e dialéticos, “onde o professor e o estudante, conjuntamente, possam estabelecer uma relação viva com a realidade estudada” (Doc. 13, 1987d).

3.1.4 Grupo Currículo ⁸

Este quarto grupo, responsável por refletir diretamente sobre a estrutura curricular, apresentou para o Seminário uma série de documentos, organizados em ordem cronológica, com síntese de discussões internas. Através destes documentos, consegue-se entender a dinâmica de discussões e os principais conflitos entre os docentes que compunham o grupo. Em primeiro lugar, realizaram um diagnóstico da matriz curricular vigente e propostas de reestruturação, baseados nas discussões do Pré-Seminário. Para os problemas de carga horária excessiva, superposição de conteúdos, ausência de disciplinas complementares e reduzido número de optativas, é sugerida a redistribuição dos conteúdos por número menor de disciplinas. Já para a questão de

isolamento de disciplinas e falta de coesão da estrutura curricular, propõe-se a adoção de temas específicos por fases, a reformulação da avaliação e orientação ao aluno, e ampliação da metodologia de transmissão de conteúdos utilizando trabalhos orientados, estágios, palestras, etc. Como aglutinação destas propostas aparece uma estrutura de curso dividida em 3 momentos: nivelamento, desenvolvimento e síntese. O primeiro momento seria composto de disciplinas obrigatórias básicas onde “(...) o aluno descobre o que é arquitetura” (Doc. 11, 1987b). Os outros dois momentos seriam de caráter híbrido - com disciplinas optativas e obrigatórias. Surge também nas discussões a possibilidade de implantar uma prova de vestibular específica, que já “nivelaria” os estudantes antes mesmo de ingressarem na Universidade.

Em contrapartida, o professor Alcimir de Paris apresentou uma outra proposta de estruturação, que foi bastante debatida entre os membros do grupo. No documento de apresentação há a crítica modelo universitário vigente, denunciando que existia, na UFSC, uma “prioridade às questões administrativas em detrimento das questões didático-pedagógicas” e que isso seria fruto do “interesse de detenção do poder na Administração Central” e da “apropriação afoita dos parâmetros da Reforma Universitária”. Por isso, a proposta do professor não é estruturar o curso através de disciplinas e matérias, mas sim apresentar uma sugestão de estrutura com base em uma “Nova Filosofia de Currículo” (Doc. 10, 1987b).

Nesta proposta, a organização do curso em três momentos ainda é mantida, mas agora a divisão não seria feita em relação às matérias e disciplinas, mas sim em relação a conteúdos “(...) de acordo com a realidade do Curso e a realidade Legal”. O primeiro nível seria de “compreensão dos fenômenos”, de caráter perceptível e experimental, onde o estudante recebe conteúdos básicos para o desenvolvimento acadêmico e profissional, com “(...) descobrimentos iniciais do fenômeno”. Concluída essa primeira etapa, o aluno tem o “domínio do material” para que, no segundo período, de “aperfeiçoamento e desenvolvimento”, esteja apto à “apropriação da matéria”. No segundo nível, o sistema existente de núcleos de disciplinas seria substituído por laboratórios de pesquisa, onde o aluno acompanha trabalhos de pesquisa que o interessam através de disciplinas ou trabalhos orientados e estágios. Em ambos os níveis seriam experimentadas diversas alternativas metodológicas. Por fim, o período conclusivo é o momento de síntese do aluno, onde ele deveria “(...) se colocar crítica e profissionalmente no desenvolvimento

⁸ Professores participantes: Alcimir de Paris; Alberto Santiago; Anderson Claro; Yamandu Carlevaro; Carolina Palermo Szucs; Lisete T. A. de Oliveira; Marina E. Fialho de Souza; Odete M. Teixeira.
Redatores: Alcimir de Paris, Carolina Palermo Szucs, Anderson Claro
Aluna: Márcia.

do trabalho final” (Doc. 11, 1987), que seria desenvolvido por tempo integral, sendo complementado apenas por estágios (Fig. 40).

Identificação	Conteúdos	Processos	Modos	Caráter	Tempo
1º nível compreensão dos fenômenos	Diferentes realidades humano/sociais Princípios e elementos de arquitetura (Arte/Ciência)	Ateliers; Trabalhos experimentais; Viagens de estudo; Cursos; Seminários; Ciclos de palestras	Percepção Experimentação Compreensão Proposições	Obrigatório (conteúdos)	2 anos
Conclusão dos Conteúdos - Avaliação/Laboratórios					
2º nível aperfeiçoamento desenvolvimento	Linhas de pesquisa e áreas específicas em arquitetura Conteúdos de interesse discente Conteúdos interdisciplinares Conteúdos complementares	Laboratórios de pesquisa e áreas afins; Ateliers; Pesquisa; Estágios	Investigação Consolidação Proposições	Alternativo conteúdos obrigatórios optativo	2 anos
Conclusão dos Conteúdos - Avaliação/Laboratórios					
3º nível conclusão	Aprofundamentos conceituais Realidade social profissional	Ateliers; Estágios	Sintetização	Obrigatório (trabalho final) optativo	1 ano
Conclusão dos Conteúdos - Avaliação/Curso					

Fig. 40
Estrutura curricular proposta pelo Prof. Alcimir de Paris
(Doc. 11, 1987)

Em seguida, a professora Carolina Szucs apresenta uma avaliação e variação da proposta do professor Alcimir, que mais tarde redige um segundo documento contendo esclarecimentos e críticas a alguns pontos levantados por ela. No primeiro tópico de avaliação, a professora aponta que, na fase 1 da proposta, o aluno receberia toda a carga básica do curso, ou seja, seriam ministrados conteúdos de história, teoria, técnica, plástica e metodologia, envolvendo diversos Departamentos da Universidade. Segundo Szucs, isso seria inviável pois, na estrutura atual de disciplinas e departamentos da Universidade, o aluno levaria cerca de 5 ou 6 semestres para concluir todo esse ciclo básico, resultando em uma carga horária excessiva e com pouco tempo sobrando para o desenvolvimento das duas últimas fases da proposta. Segundo ela, “(...) a proposta conceitualmente é muito boa (...) porém ela peca na estrutura”. Szucs apresenta uma variação de proposta, que é aprofundada pelos membros do Grupo Currículo durante um período de dois meses (Fig. 41). Em documento com opiniões pessoais dos professores em relação à proposta do professor Alcimir, encontram-se posições que colocam que “(...) a proposta está muito distante do sistema atual. Implica numa modificação radical do modo de ensino e nas relações interdepartamentais e inter docentes. Acredito que em tempo que seja viável, será extremamente difícil implantar o novo método. A proposta é de uma nova Universidade” (Doc. 11, 1987b).

Identificação	Conteúdos	Objetivos Gerais	Procedimentos	Caráter	Tempo
1º nível compreensão dos fenômenos	Conteúdos Básicos Realidade humano/social Princípios e elementos de arquitetura: teóricos, plásticos, técnicos, históricos, metodológicos	Percepção Experimentação Compreensão Proposição	Disciplinas Extensão 1 Ativ. Supervisionadas	Obrigatório Alternativo	4 sem.
Conclusão dos Conteúdos - Avaliação/Laboratórios					
2º nível aperfeiçoamento desenvolvimento	Conteúdos Complementares Formação profissional Cont. de interesse discente ligado à arquitetura Conteúdos suplementares	Consolidação e complementação de conteúdo Investigação Proposição	Disciplinas Extensão 2 Ativ. supervisionada Estágio	Obrigatório Optativo Alternativo	4 sem.
Conclusão dos Conteúdos - Avaliação/Laboratórios					
3º nível conclusão	Aplicação dos conteúdos Aprofundamento investigativo	Aprofundamento Sintetização da formação profissional	Extensão 3 Ativ. supervisionada (TCC) Estágio	Optativo Obrigatório	2 sem.
Conclusão dos Conteúdos - Avaliação/Curso					

Fig. 41
Proposta alternativa do grupo currículo
(Doc. 11, 1987b)

Em rápida análise, ambas propostas são bastante similares. Contudo, o ponto principal que as difere é em relação à forma prática de execução dessas estruturas. A questão central levantada por Alcimir é a necessidade de uma reformulação completa dos modelos de ensino atuais, com um debate crítico acerca das estruturas universitárias e a necessidade urgente de pensar a “Nova Filosofia de Curso”. De maneira mais prática, a proposta alternativa considera a estrutura universitária já existente, aproveitando disciplinas e professores da Universidade. Sobre essa maneira de reestruturação do curso, o professor Alcimir afirma que, quando a avaliação e a reformulação são feitas em comparação à estrutura existente, o conteúdo final tende a ser meramente “(...) uma ‘decoração’ da estrutura atual” (Doc. 11, 1987b), não configurando de fato a reforma pretendida no ensino.



Salvo raras tentativas de alguns professores isoladamente ou em pequenos grupos, percebemos no coletivo da Escola um distanciamento muito grande do debate das questões pertinentes à qualificação do ensino de Arquitetura e à realidade profissional e social do País. Considerando a estrutura curricular que existia, com um currículo fundamentado exclusivamente em matérias/disciplinas; excesso de carga horária mal aproveitada e/ou mal distribuída; conteúdos fragmentados e pré-requisitos desconexos, eu acreditava que não se conseguiria romper essa inércia e voltar a um debate que envolvesse a Escola como um todo e nem avançar qualitativamente, apenas com alterações curriculares parciais como vinha sendo desenvolvido, mas sim buscando uma Nova Filosofia de Curso fundamentada em uma Nova Filosofia de Currículo. Foi com essa preocupação que elaborei uma proposta curricular para que fosse debatida e avaliada dentro do 3º seminário de ensino do curso de arquitetura e urbanismo.

3.2 A REFORMA DO ENSINO FORA DA PAUTA PRINCIPAL - 1988 a 1994

Após a realização dos Seminários, em 1986 e 1987, que envolveram discussões aprofundadas sobre questões importantes de serem pautadas em relação ao ensino, à estrutura universitária, à prática profissional do arquiteto e às premissas pedagógicas da Escola, constatou-se a ausência de documentos específicos que abordassem diretamente o currículo em questão. Contudo, outras fontes de informação foram identificadas, possibilitando continuar a delinear a estrutura do curso ao longo desses anos.

Durante esse período, as publicações dos jornais do curso pelo Centro Acadêmico também foram importantes de serem analisadas. Observou-se que o CALA frequentemente indicava a necessidade de mudanças na formação, convocando os estudantes para se envolverem nas pautas relacionadas ao curso, mas com poucos resultados. Diversos motivos podem ter contribuído para essa situação, incluindo o contexto de reabertura política com o fim da ditadura e a carga horária excessiva do curso, que limitava o tempo disponível dos estudantes para esse engajamento, além das dificuldades inerentes à organização estudantil.

Em 1988, a organização política da classe dos trabalhadores da UFSC era representada pela Associação dos Servidores da UFSC (ASUFSC) e pela APUFSC - Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina. O Sindicato foi fundado em 1975, apesar de a legalização do direito à sindicalização e à greve só terem sido concedidos através da Constituição Federal de 1988. Esta legalidade, contudo, não garantia plenos direitos à reivindicação, principalmente em relação às greves:

(...) na prática, o governo não considerava as greves legais, contrariando o direito dos trabalhadores, ameaçando com o corte dos salários e multas. Usava o dispositivo da legalidade, alegando que a Lei de Greve não estava regulamentada, com a pretensão de amedrontar os grevistas e desestabilizar o movimento na base. (Wagner, 2013, p. 96)

Em ata de Reunião de Colegiado de Departamento (Doc. 14, 1988a), realizada em 12 de abril de 1988, um dos pontos de pauta colocados foi em relação a um ofício emitido pela reitoria que determinava a suspensão de salários dos professores do Departamento. Segundo o reitor em exercício na época, Bruno Rodolfo Schlemper Junior, o corte de salários foi realizado como “medida cautelar”, pois os professores do curso estavam em paralisação. O motivo desta paralisação, entretanto, não foi mencionado nesta reunião. Ainda segundo o reitor, “paralisação e greve são a mesma coisa e por isso o corte de salários era justificável” (Doc. 14, 1988a).

Apesar de esta ata ser o único documento deste ano encontrado e, por isso, não esclarecer os motivos da paralisação ou o desfecho da situação, torna-se importante pois apresenta de forma breve a forma de organização dos docentes do curso e sua relação com a reitoria naquela época. Segundo o professor Hamilton Carvalho de Abreu, que esteve em reunião do Conselho Universitário que tratou sobre esta questão, “a imagem do Departamento de Arquitetura não é muito boa” e “o único Departamento que adotou greve para revogação do decreto foi o de Arquitetura e parte da UFSC considera o Departamento intransigente, incompetente e irresponsável” (Doc. 14, 1988a).

Na ata, consta a opinião de alguns docentes do curso em relação à medida grevista. Muitos apontam o isolamento do curso em relação aos outros Departamentos da Universidade e que uma greve neste cenário não é o ideal. Por fim, consta na ata que a reunião foi esvaziada enquanto eram discutidos os encaminhamentos para esta questão, restando apenas 8 docentes, inviabilizando a continuidade da discussão.

Já a organização discente foi analisada a partir de edições antigas do jornal do Centro Acadêmico de 1988 e 1989. Lá, foram encontradas convocações para reunião estudantil com a estrutura do curso em pauta, reafirmando a necessidade de os estudantes participarem destas discussões e algumas análises sobre o movimento estudantil dos estudantes de arquitetura (Fig. 42 e Fig. 43). Na edição de 1988 (Doc. 16, 1988e), existe um chamado para a composição de um painel das disciplinas do curso, onde a intenção era reunir professores do ARQ e de outros departamentos para debaterem os trabalhos realizados em sala de aula, com o objetivo de articular melhor as disciplinas do currículo.

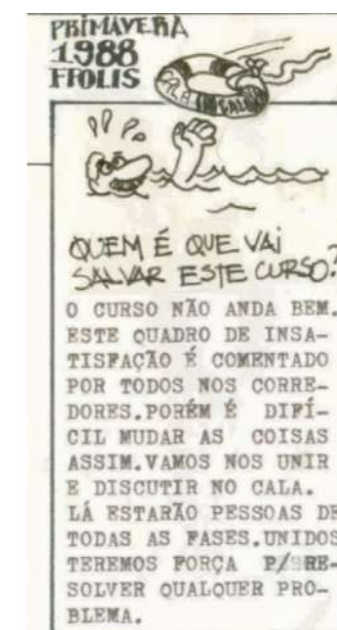


Fig. 42
Croqui 88
(Doc. 16, 1988)

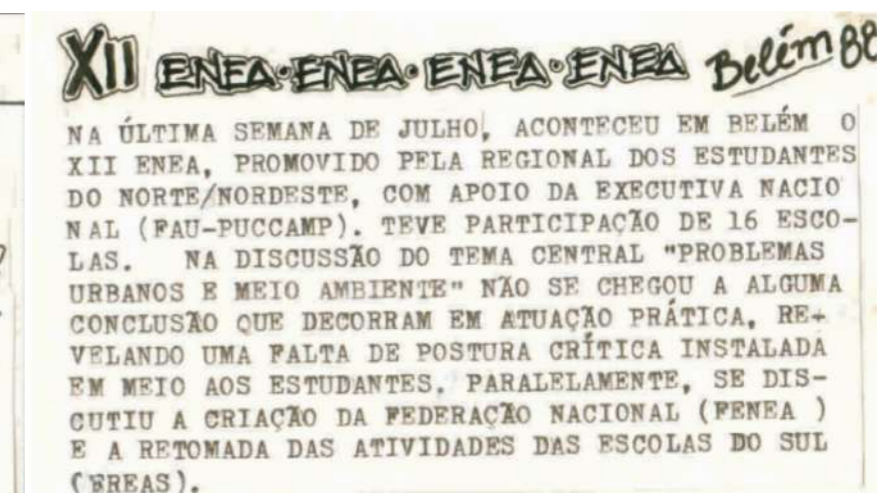


Fig. 43
Croqui 88
(Doc. 16, 1988)

Também foram encontrados convites para participação de avaliação do curso, desenvolvida pelo próprio CALA, pois “apesar das discussões de colegiado feitas, muitos professores mantêm encastelados em suas convicções, recusando-se a modificar suas didáticas e/ou conteúdos, muitos inclusive sequer deram as caras nas reuniões” (Doc. 17, 1989a) (Fig. 44 e Fig. 45). Entre as atividades promovidas pelo Centro Acadêmico, a maioria diz respeito à organização para refletir sobre o estado atual do curso e propor rumos para rearticulá-lo. A fragmentação entre professores e disciplinas sempre é posta como o maior dificultante do processo. Além das convocações, relatos de reuniões também aparecem nas revistas, algumas narradas como “acaloradas e participativas definindo-se as posições políticas que delineiam as diversas e antagônicas formas pedagógicas” (Doc. 17, 1989a) que existiam dentro do Departamento.



Fig. 44
Charge contida no Boletim
(Doc. 17, 1989a)



Fig. 45
Charge contida no Boletim
(Doc. 18, 1989b)

Outro material desta época capaz de revelar a organização e produção dos docentes do curso é a Revista Síntese, idealizada pelos professores Anderson Claro, Lino Peres e Alcimir de Paris, que utilizaram a estrutura do recém-criado LabMicro para fazer a edição e impressão do primeiro número da revista. Segundo Claro,

(...) o primeiro número foi impresso através de mimeógrafo a tinta, equipamento comum na época, mas que ninguém imaginava que poderia servir aos microcomputadores. (...) O primeiro número foi lançado em março de 1989. A iniciativa causou boa impressão (desculpem o trocadilho) na administração da UFSC que nos apoiou com a revista. Os outros 2 números foram editados por computador e impressos na Imprensa Universitária - UFSC. A Revista foi publicada por 3 números, depois parou (surpreendentemente) por falta de interessados, além de seus 3 idealizadores, em contribuir com textos para a sua continuidade. (Doc. 32, 2014)

A terceira edição da revista não foi encontrada, mas a primeira (Doc. 19, 1989e) e a segunda (Doc. 21, 1990) edição compõem, hoje, o acervo do LDA, junto com uma edição dos anais do 2º Encontro de Ensino de Teoria e História da Arquitetura da Região Sul (Doc. 20, 1989f). Este encontro aconteceu em Florianópolis entre os dias 18 a 21 de outubro de 1989. Os professores Lino Peres e Eloah Castro apresentaram o texto “Reflexões sobre os Limites da Teoria e História da Arquitetura”. Nestas reflexões, apontam que o ensino da teoria e história nas escolas de arquitetura está sendo um processo “alienante, mitificador e reificador do estudo da arquitetura, que se manifesta através do distanciamento do sujeito do objeto, do desinteresse, desmotivação do estudante” (Doc. 20, 1989f).

Isso se dá, segundo os professores, devido à maneira com que alguns docentes lidam com esta disciplina: apenas como um assessoramento teórico para o ato de projetar, ao invés de desenvolver uma postura crítica sobre a produção arquitetônica ou uma compreensão histórico-crítica da arquitetura que oriente a formação e a atuação profissional de forma consciente. De forma prática, sugerem a construção de uma crítica arquitetônica através da reflexão e experimentação, de forma dialética, onde os resultados teóricos “(...) não são redutíveis de uma universalização mecânica, mas objeto de avaliação crítica permanente. Esta proposição vai no sentido de superar o divórcio entre teoria e prática da arquitetura, que é mais bem fruto da divisão social do trabalho manual do intelectual”. (Doc. 20, 1989f).

Como conclusões do Encontro, são colocadas questões similares às do Seminário de Ensino do Curso de Arquitetura da UFSC, onde é criticado o distanciamento entre o ensino de projeto - que geralmente constitui o eixo central do currículo - e ensino de outros núcleos, neste caso em específico, o ensino de Teoria e História, que deve seguir um lugar de reflexão e criação, rompendo com o modelo linear de mera transmissão de conteúdo.

As duas edições da Revista (Fig. 26 e 27) apresentam textos de docentes, alguns inéditos, outros frutos de pesquisas de mestrado e doutorado ou apresentados em seminários e encontros de arquitetos. Segundo os idealizadores da Revista, novas edições não foram publicadas devido ao desinteresse de estudantes e outros docentes de contribuir com textos.

ÍNDICE - REVISTA SÍNTESE Nº 1 (MARÇO 1989)

1. Editorial -----	03
2. Ambiente Urbano X Patrimônio -----	05
Alcimir de Paris (Texto disciplinar - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano - UFSC, nov/89)	
3. Reflexões Sobre Comportamento Ambiental e Projeto Arquitetônico - - - -	17
Fernando O. E. Pereira (III Encontro Sobre Ensino de Projeto Arquitetônico, set/87, FAU-UFRGS. Porto Alegre, RS)	
4. Utilização da Madeira na Construção Frente à Questão Ambiental - - - -	24
Anderson Claro (Texto inédito)	
5. Panorama da Arquitetura Brasileira Contemporânea - - - - -	41
Raul V. do Abreu Miranda (Apresentado ao Curso de Pós Graduação em Arquitetura Latino Americana da Escola Técnica Superior de Arquitetura, Barcelona, Espanha, março/88)	
6. Tradição e Contemporaneidade na Visualidade Catarinense: Paisagem e Arquitetura -----	51
Cesar Floriano dos Santos (Apresentado no Seminário da Visualidade Catarinense, da Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis, inverno/87)	
7. Las Metas Fijadas, los Alcances y Consecuencias de las Acciones Concretas de la Política Habitacional Brasileña: Del BNH Hasta Hoy - - - - -	62
Lino F. de Bragança Peres (Parte do Doutorado intitulada “Los Asentamientos Habitacionales y la Calidad Arquitectónica-Urbana del Proceso de Reproducción de la Fuerza de Trabajo)	

Fig. 46
Sumário Revista Síntese - nº 1
(Autora, com base em Doc.20, 1989e)

ÍNDICE - REVISTA SÍNTESE Nº 2 (MARÇO 1990)

1. Editorial	03
2. O Significado do Espaço Construído	06
Cesar González Ochoa (Palestra Proferida no 2º Encontro de Ensino de Teoria e História da Arquitetura da Reg. Sul. Florianópolis. Outubro/89)	
3. Ideia, Método e Linguagem: Considerações a Respeito da Própria Experiência sobre o Tema	12
Sônia Afonso (Texto apresentado na disciplina AUP-027 - Projeto como Pesquisa Contemporânea, do curso de Pós-Graduação/FAUUSP)	
4. Reciclagem de Indústrias: o caso da reconversão de uma usona de papel em parque artesanal	22
Vera Helena Moro Bins Ely (Texto inédito baseado na tese de mestrado "Renovation de Sites industriales: le cas de la Papeterie de Gastuche, S.A" UCL - Bélgica)	
5. A Constituição dos Paradigmas da Arquitetura Moderna Brasileira: um Debate Necessário	43
Américo Ishida (Extrato da pesquisa "O Espaço Construído Contemporâneo e o Movimento Moderno: uma Identidade em Discussão", em fase de conclusão)	
6. Causas Estruturais e Conjunturais da Política Habitacional Brasileira: do Diagnóstico e Tendências ao caso de Florianópolis, Hoje	47
Lino F. de Bragança Peres (Parte do Avanço de tese de Doutorado intitulada "Los Asentamientos Habitacionales y la Calidad Arquitectónico-Urbana del Proceso de Reproducción de la Fuerza de Trabajo)	
7. Resenha	82

Fig. 47
Sumário Revista Síntese - nº 2
(Autora, com base em Doc.22, 1990)

Apesar de não ser diretamente relacionado ao tema da reforma curricular, o texto redigido pelos professores Lino Peres e Eloah Castro apresentam reflexões fundamentais sobre o ensino de teoria e história na formação dos arquitetos. Além disso, através das produções acadêmicas dos professores publicada nas edições da Revista Síntese, conseguimos observar os temas de interesse e entender as bases teóricas do quadro docente do curso. O fato de a Revista ter tido apenas a publicação de três números também nos mostra que, apesar da produção acadêmica, encontramos uma falta de interesse, de tempo ou de conteúdo para a continuação da Revista.

No contexto nacional, a retomada das atividades da ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo-, ao final da década de 1980, resultou em diversos Seminários sobre o ensino de Arquitetura nos anos seguintes. Segundo Claro (Doc. 32, 2014), os primeiros anos de funcionamento do LabMicro na UFSC garantiram grande visibilidade para o Laboratório e, devido a isto, o professor, que coordenava o LabMicro, foi convidado para realizar um cadastro informatizado das Escolas de Arquitetura do Brasil, que foi apresentado no Seminário Nacional de 1992.

De um trabalho realizado com o envio, através da ABEA, de dados impressos das escolas, construí o "Cadastro dos Cursos, Escolas e Faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - ABEA", que utilizava a Plataforma Micro Isis, uma base de dados de domínio público disponibilizada pela ONU. Este inventário congregou informações sobre mais de 50 cursos, a grande maioria dos mais de 60 então existentes. (Doc. 32, 2014).

A realização deste Seminário reuniu profissionais de Arquitetura e Urbanismo de 48 instituições do país (Fig. 48 e Fig. 49). Da UFSC, participaram os professores Anderson Claro, como comissão organizadora, Odette Maluf Teixeira e Sonia Afonso. O objetivo do evento era conhecer a realidade do ensino e da formação destes profissionais no Brasil.

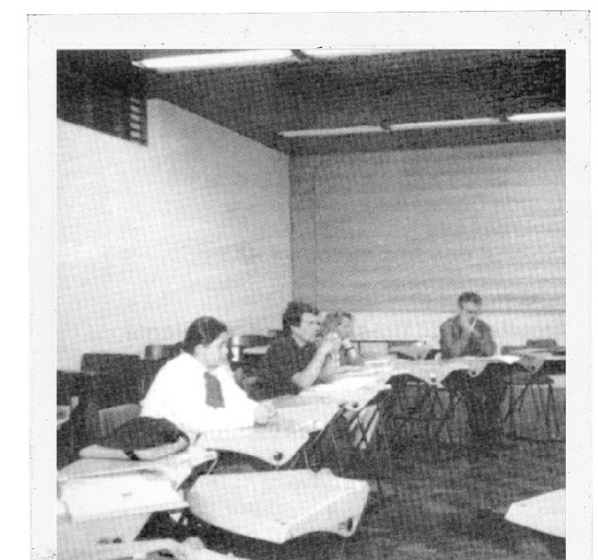


Fig. 48 e Fig. e 49
Seminário Nacional Critérios Para Avaliação da Educação do Arquiteto e Urbanista
(ABEA, 1992)

Apesar de o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC não ter publicado trabalhos sobre o ensino da escola, os cadernos da ABEA (ABEA, 1992) com os Anais do Seminário reúnem experiências e reflexões sobre vários cursos do Brasil, que auxiliam no processo de análise crítica sobre Escolas. Dentre os temas apresentados, encontram-se considerações sobre o trabalho administrativo e pedagógico no funcionamento dos cursos; reflexões sobre a pesquisa na área de arquitetura e urbanismo; experiências de ensino de tecnologia e patrimônio; propostas para estruturação e regulamentação do trabalho de graduação; relatos de reformas curriculares; e aspectos fundamentais para avaliações de estrutura curricular.

Já no ano seguinte, entre os dias 11 a 13 de maio de 1993 aconteceu o primeiro Seminário Nacional de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (Fig. 50). O encontro ocorreu em Florianópolis e o Departamento de Arquitetura e Urbanismo foi responsável, junto à ABEA, pela realização do evento. Dos sete componentes da comissão organizadora, quatro eram professores de arquitetura da UFSC: Carolina Palermo Szucs, Roberto Gonçalves da Silva, Carmem Seara Cassol e Anderson Claro. Outros docentes do Departamento também compuseram a comissão técnico-científica e a equipe de apoio do Seminário.

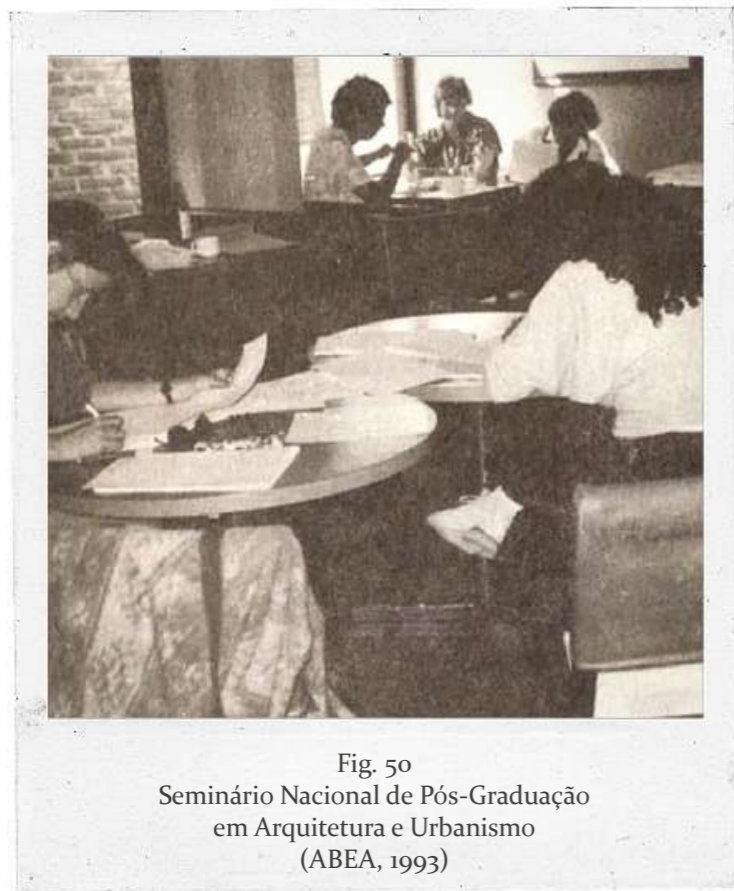


Fig. 50
Seminário Nacional de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo
(ABEA, 1993)

O programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFSC ainda estava sendo concebido na época. O Seminário foi desenvolvido para ampliar as discussões sobre a definição de uma política de pós-graduação na área de Arquitetura e Urbanismo, integrando a graduação e a pós. Neste sentido, colocou-se a necessidade de fortalecer os cursos de graduação, de maneira com que a pós não se limite a suprir deficiência de formação. As diversas instituições que participaram do Seminário fizeram considerações em relação aos seus programas de pós-graduação.

O Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC apresentou uma reflexão sobre a prática docente do curso no âmbito do ensino e pesquisa. Mais uma vez, a

separação entre a prática profissional e a teoria que deveria referenciá-la foi colocada em pauta. Esta fragmentação do saber traduzia-se “(...) na ausência de objetivos comuns no âmbito da docência e colocam o ensino e a pesquisa distantes dos processos sociais” (ABEA, 1993). Por fim, a análise do ARQ constata que a consolidação do programa de pós-graduação na UFSC poderia ser um instrumento para a superação destas dificuldades.

Muitos desses debates sobre o ensino apontavam a necessidade urgente de entender a realidade das escolas de arquitetura no país. Por isso, entre fevereiro de 1993 e setembro de 1994 o Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) coordenou um processo de avaliação e reflexão sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no país com base nos estudos e inventários da ABEA sobre a realidade dos cursos, escolas e faculdades de arquitetura. Com o levantamento dessas informações, o CEAU organizou cinco seminários regionais (Natal, Cuiabá, Porto Alegre, Vitória e São Paulo) para promover

(...) discussão sobre aperfeiçoamento de uma política nacional de educação do arquiteto e urbanista, que pudesse ter seus reflexos na qualidade de ensino, na produção científica e tecnológica e no mercado de trabalho, buscando estimular a integração do sistema educacional com o desenvolvimento econômico e social (Monteiro et. al. 2013. p, 80).

A ocorrência destes seminários nacionais fizeram com que o debate sobre o ensino das Escolas, em específico o de arquitetura e urbanismo na UFSC, fosse sempre retomado. São eventos fundamentais para a reflexão e análise crítica das estruturas de ensino do curso. Além desses encontros regionais, foi realizado um Seminário Nacional em Brasília, em setembro de 1994, onde foi apresentada uma proposta de revisão do currículo mínimo de 1969, não encontramos registros da participação de estudantes ou professores do ARQ no encontro. Neste seminário, foram elaboradas diretrizes curriculares para o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil que, ao final de 1994, foram aprovadas pela Portaria 1770/MEC, transformando profundamente o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Como apresentado no segundo capítulo deste trabalho, os currículos mínimos de 1962 e 1969 pretendiam conceber a formação do arquiteto e urbanista como habilitação única no país, levando em conta, como possível, as especificidades regionais de cada curso. O que foi percebido, na realidade, foi que a aplicação dos currículos mínimos nas escolas de arquitetura, sobretudo o de 1969, foi se reduzindo ao mero cumprimento das normas apresentadas, limitando em grande escala o debate sobre as proposições políticas e pedagógicas sobre o ensino de arquitetura e urbanismo. Isto se refletia também na criação de novos cursos de arquitetura e urbanismo durante a vigência dos currículos mínimos:

(...) contrapunham-se, de um lado o desejo de alguns docentes e estudantes, reunidos em torno de um projeto de curso, e, de outro, uma estrutura empresarial, alimentada pela oferta de vagas para um mercado cativo, mais voltado para a produção de diplomas do que para a formação de profissionais com capacidade intelectual e técnica para enfrentar desafios. (Monteiro et. al. 2013, p. 79).

Os diversos encontros, seminários e eventos produzidos pelas entidades de arquitetos no contexto de redemocratização culminou, em 1994, naquela formulação de diretrizes curriculares nacionais para os cursos de arquitetura e urbanismo. O currículo mínimo de 1969 previa uma estrutura composta por ciclos de matérias básicas e profissionais, já as diretrizes curriculares estruturam-se em matérias de fundamentação, profissionais e trabalho final de graduação que, até então, não era obrigatório nas escolas de arquitetura e urbanismo. As disciplinas de matemática e física foram suprimidas do antigo ciclo básico e foram adicionados estudos sociais e ambientais. Já no ciclo profissionalizante, foram adicionados os conteúdos de técnicas retrospectivas, informática aplicada à arquitetura e planejamento urbano e regional (Fig. 51).

	Currículo Mínimo 1962	Diretrizes Curriculares 1994
Ciclo Básico	Estética, história das artes	Estética, história das artes
	Matemática	
	Física	
	Estudos Sociais	Estudos sociais e ambientais
Desenho e outros meios de expressão plástica		
Ciclo Profissionalizante	Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira	História e Teoria da Arq. e Urb.
		Técnicas Retrospectivas
		Projeto de Arq, Urb e Paisagismo
	Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções	Sistemas Estruturais
		Tecnologia da Construção
		Conforto Ambiental
Sistemas Estruturais	Topografia	
	Informática aplicada à Arquitetura	
Trabalho de Conclusão de Curso	-	Planejamento Urbano e Regional
		Obrigatoriedade do TCC

Fig. 51

Comparação de conteúdos entre o currículo mínimo de 1969 e as diretrizes curriculares de 1994 (Autora, com base em Monteiro et. al. 2013)

Nas novas diretrizes, os estudos de urbanismo e paisagismo são incorporados na estrutura curricular, diferentemente do currículo mínimo de 1969, onde o urbanismo era estudado apenas na pós-graduação. Neste sentido, são inseridas na estrutura curricular a análise e a intervenção do espaço urbano através de disciplinas de planejamento urbano e regional. Além das disciplinas em si, as diretrizes apontam a necessidade de os cursos de arquitetura possuírem uma infraestrutura adequada ao ensino, revelando uma metodologia que combina a teoria e a prática e o caráter experimental da formação. A implantação de ateliers de projeto, maquetaria, laboratórios e acervo bibliográfico com, no mínimo, 3000 títulos de obras de arquitetura e urbanismo também são exigências das novas diretrizes (Monteiro et. al. 2013).

3.3 RETOMADA DA DISCUSSÃO CURRICULAR E APROVAÇÃO DA NOVA MATRIZ - 1994 a 1996

No artigo 10 da nova Diretriz Curricular de 1994, é fixado um prazo de dois anos para que os cursos existentes de arquitetura e urbanismo incorporem as alterações indicadas nas diretrizes em suas grades curriculares. Com isso, começam a ser retomadas as discussões sobre a reforma do currículo no Departamento de Arquitetura e Urbanismo na UFSC, agora com um prazo limite. Em ata (Doc. 22, 1994) de reunião de Colegiado do Departamento, consta que no segundo semestre daquele ano seria apresentado um cronograma de retomada de discussão sobre o novo currículo do curso.

Além da retomada de discussões curriculares, foi no ano de 1994 que o Departamento de Arquitetura e Urbanismo distanciou-se fisicamente do Departamento de Engenharia Civil, quando conquistou o espaço físico próprio “no outro lado da rua”, em edificação estruturada por painéis verdes pré-moldados sobre lajes de concreto (Fig. 52).



Fig. 52

Espaço físico do curso de arquitetura e urbanismo da ufsc, década 1990 (Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)

Essa edificação, na realidade, foi construída com placas de madeira cedidas pela Eletrosul - empresa subsidiária da Eletrobras responsável pela energia elétrica na região sul do país-, que utilizava estas estruturas pré-fabricadas em madeira em barragens. Essas doações de materiais foram utilizadas por todo o campus da UFSC, como medida paliativa para a demanda de espaço (Biezus, 2022), mas até hoje essas instalações configuram o espaço do curso de arquitetura que, na época, era chamado de “melancia” pelos estudantes (Fig. 53 e Fig. 54).



Fig. 53

Espaço físico do curso de arquitetura e urbanismo da UFSC, década 1990 (Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)



Fig. 54

Espaço físico do curso de arquitetura e urbanismo da UFSC, década 1990 (Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)

A mudança do espaço físico refletiu diretamente em novas proposições pedagógicas e metodológicas na Escola, que agora poderiam ser testadas livremente utilizando o espaço como aglutinador de pessoas e ideias (Fig. 55 e Fig. 56).

Biezus (2022), ao resgatar a memória do espaço físico do curso de arquitetura e urbanismo da UFSC, descreve a dinâmica de uso deste novo espaço:

O encontro da comunidade acadêmica no pátio do anfiteatro e nas varandas de escala humana era cotidiano e diverso. A circulação era contorno, caminho, abrigo e museu de exposição da produção acadêmica e artística - tanto através das pranchas de projeto presas diretamente à madeira, como das pinturas nos armários dos alunos. Os pilares eram pórticos de entrada e apoio para redes. O vão entre as singelas salas térreas era tomado de amplitude com as coberturas de bambu construídas para as semanas acadêmicas, ao mesmo tempo em que a conformação dos pátios, apesar de rígida geometricamente, era um abraço ao dia a dia. O colega estava há alguns metros de distância no corredor do outro lado, mas perto o suficiente pra se comunicar com o olhar. O muro dizia coisas novas o tempo todo, em várias cores e caligrafias. (Biezus, 2022, p. 7).



Fig. 55

Intervenções no espaço físico, década 1990 (Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)

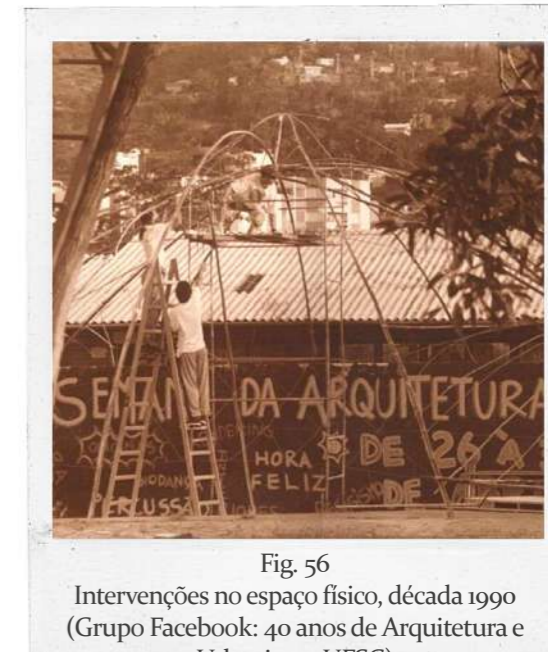


Fig. 56

Intervenções no espaço físico, década 1990 (Grupo Facebook: 40 anos de Arquitetura e Urbanismo UFSC)

Essa conquista do espaço foi importante para o pleno desenvolvimento de ideias e experimentações no curso de arquitetura. Quando as aulas ainda eram ministradas no prédio do Centro Tecnológico - que também servia de espaço para os cursos de engenharia civil e sanitária, a segregação que existia entre os estudantes e alguns docentes da arquitetura e outros cursos de engenharia resultou em alguns episódios de conflito em relação ao uso do espaço (Fig. 57).



O prédio CTC era um espaço impessoal, tinha aulas de Eng e computação. Era muito genérico, tinha vários iguais. O pessoal da arq fazia muita coisa pra se "apropriar" e personalizar o espaço. Eu tive introdução à arquitetura com o César Floriano e fizemos algumas instalações/exposições no meio do prédio e fora e os caras da Eng destruíram parte. Foi um bate boca geral.

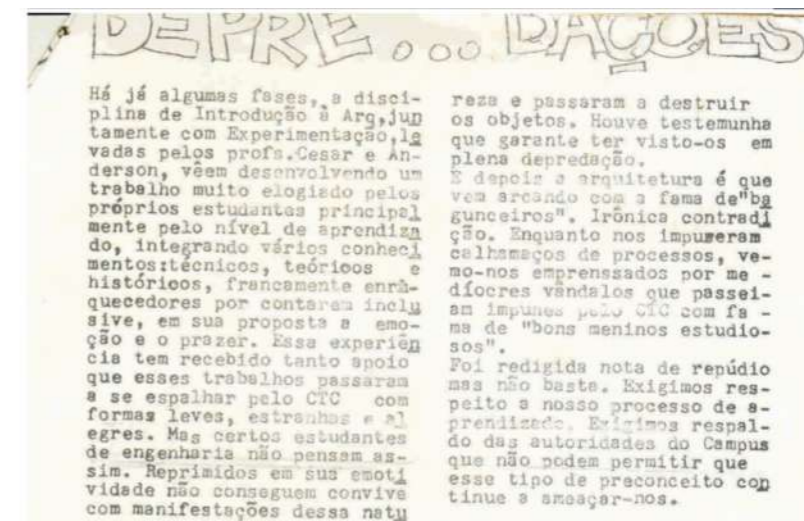
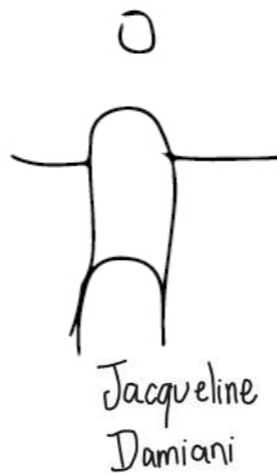


Fig. 56
Conflitos entre arquitetura e cursos de engenharia, quando dividiam espaço físico (Doc. 17, 1989a)

Convém destacar que, apesar da conquista pelo espaço próprio e pela consequente autonomia garantida, o fato de a arquitetura ter "atravessado a rua" e se distanciado fisicamente dos outros cursos de engenharia contribuiu para isolar, ainda mais, a arquitetura dos outros departamentos da Universidade. Quando ainda dividia o espaço com as engenharias civil e sanitária, no prédio do CTC, os ateliers de arquitetura ocupavam o terceiro andar daquele prédio e, já naquela situação, ainda que perto fisicamente, o curso se encontrava segregado dos outros.

Quando o curso foi criado em 1977, todas as aulas eram ministradas no departamento de engenharia civil, junto com a engenharia sanitária. A arquitetura não tinha um espaço próprio, apenas uma sala para a coordenação. A integração entre estudantes e professores não era das melhores, tudo era muito segregado. Os engenheiros acreditavam que o lugar da arquitetura era junto aos outros cursos "de humanas" da Universidade. Quando o novo prédio do CTC foi construído, e a arq ganhou novas salas e o terceiro andar do prédio para instalação dos ateliers de projeto, o curso ficou ainda mais segregado. O mesmo aconteceu quando a edificação própria para a arquitetura foi construída.



A mudança no espaço físico e as novas possibilidades de experimentação e intervenção no espaço, juntamente com as novas diretrizes curriculares, incentivaram a volta das discussões sobre a reforma do currículo no curso. Entre abril de 1993 e maio de 1994, a "comissão de currículo" ⁹ reuniu-se semanalmente com o propósito de desenvolver uma proposta de estrutura, que foi apresentada à comunidade do ARQ, em 1994 (Fig. 57). A divisão do curso em três unidades - introdução, fundamentação e complementação - mais uma vez aparece na proposta. Na segunda unidade, de fundamentação, a carga horária foi diminuída e o aluno poderia escolher, entre um leque de disciplinas optativas, em qual área pretendia aprofundar sua formação, através de ateliers livres, trabalhos supervisionados, estágios, arquitetura de interiores, etc. Na terceira unidade, com o objetivo de aprofundar e consolidar os conhecimentos adquiridos até então, foi proposto um Atelier Integrado, ou seja, um único trabalho que unia premissas de projeto de edificações, urbanismo, paisagismo e tecnologia. Por fim, o aluno realizaria seu trabalho de conclusão de curso, com duração de um ano. A imagem a seguir representa o que foi sugerido pelo grupo. Não foram encontradas outras discussões acerca desta proposta, mas o processo de reforma ainda continuou.

⁹ Criada pela Portaria nº 002/CCAU/93. A comissão era composta pelos professores Alcirir de Paris, Carolina Szucs, Cesar Floriano, Elson, Fernando Pereira, Nelson Propini e Odette M. Teixeira.

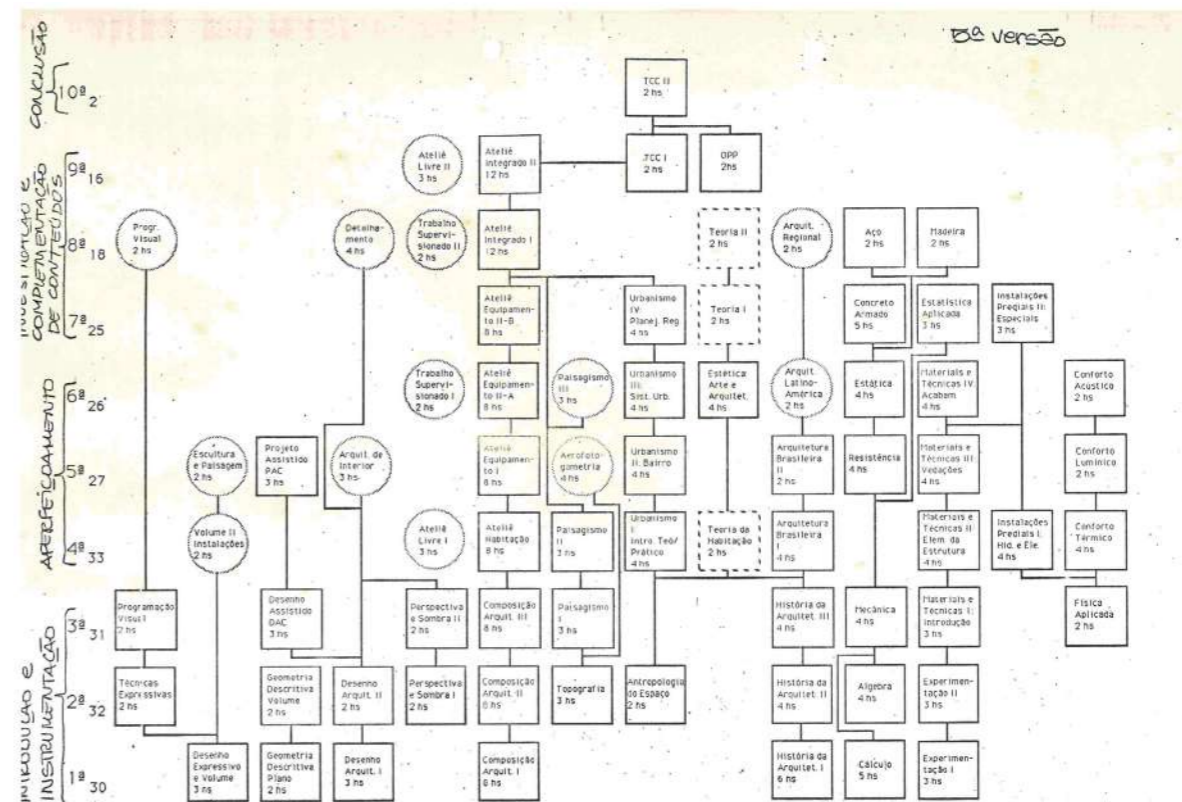


Fig. 57
Proposta apresentada em 1994 pelo Grupo Currículo (Doc. 21, 1994)

No ano seguinte, em 1995, entre os dias 8, 9 e 10 de agosto, foi realizado o 1º Seminário "Em busca de um novo ensino na formação do arquiteto e urbanista", no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Os participantes do Seminário foram organizados em três Grupos de Trabalho, responsáveis por discutir os problemas do curso. Os grupos foram divididos em relação às três unidades de ensino: unidade I abrangendo as fases 1, 2 e 3 do curso; unidade II relacionada às disciplinas da quarta à sétima fase; e unidade III com disciplinas da oitava à décima fase.

Os debates do grupo de trabalho da Unidade I, analisando as disciplinas das primeiras fases, reforçaram o apontamento de problemas que foram identificados desde o início das discussões sobre o currículo: fragmentação de conteúdos, pouca oferta de disciplinas optativas, falta de comunicação e alinhamento entre professores, repetição e contradição de conteúdos, pouca experimentação em matérias de tecnologia e estruturas e ênfase no ensino de projeto em detrimento de outros núcleos de ensino (doc. 24, 1995).

Algumas sugestões foram feitas pelo grupo para o ajuste de conteúdos e disciplinas. Em relação ao primeiro mês de aula dos calouros, foi sugerido que seja sempre feita uma

reunião com todos os professores do curso, além de conversas com alunos em fases mais avançadas e contato com prática profissional com disciplinas de visitas e estágios em obras. Com o mesmo objetivo de introduzir o contato entre o estudante e a arquitetura, o grupo sugeria que o conteúdo das disciplinas de cálculo e álgebra fosse diretamente relacionado com o esolpo da arquitetura e do urbanismo, e fossem ministrados, de preferência, por professores arquitetos. A avaliação constante do professor e do aluno à disciplina é colocada como fundamental para o grupo, que sugere que a cada final de semestre seja realizado um balanço do andamento da disciplina.

As análises do segundo grupo, em relação à unidade II, não foram apresentadas como propostas diretas de alterações curriculares, mas sim reflexões sobre as “estruturas informais” da Escola (Doc. 24, 1995). Foram feitas reflexões, então, sobre as relações interpessoais no curso, onde foi apontada a necessidade de diminuir as hierarquias entre professor e aluno, de modo a facilitar a discussão entre conceitos e posturas, propiciando um crescimento coletivo. Também foram refletidas questões sobre a necessidade de atividades de experimentação tanto em disciplinas quanto em viagens, palestras e seminários. Questões como a limitação do tempo do estudante, a necessidade de um ensino crítico, a integração horizontal de disciplinas e o estudo da realidade - do Brasil e da América Latina - também foram pautados pelo grupo. Por fim, é refletida a “questão do atelier”, propondo projetos que tenham duração de um ano e sejam ministrados por diversos professores em conjunto, de forma a amadurecer o fazer arquitetônico e integrar mais e melhor professores e estudantes.

Por fim, o grupo encarregado de estudar as últimas três fases do curso também apresentou algumas questões propositivas após análise. Em primeiro lugar, sugerem a criação de uma “semana da arquitetura”, que seria um espaço de reflexão sobre a escola com possibilidades de criação e realização de atividades artísticas e culturais. Neste sentido, também propõem a realização de “ateliers verticais”, com desenvolvimento de projetos envolvendo estudantes de diversas fases do curso e possível integração de duas disciplinas em um mesmo semestre, com o desenvolvimento de um único trabalho para ambas, de modo a explorar o objeto sob diversas óticas e metodologias. Também foram abertas para discussão as possibilidades de extinção dos núcleos de ensino no Departamento, a inserção da disciplina de patrimônio como obrigatória e a redução de carga horária.

Como encaminhamento do Seminário, foi colocada a necessidade de se discutir o que seria o “osso duro” do curso (Doc. 23, 1994b), ou seja, quais seriam os

conteúdos básicos e mínimos necessários a todos os estudantes do curso, e a escolha de representantes de turma, para envolver mais os estudantes nas discussões curriculares.

Com o prazo para a aplicação das diretrizes curriculares do MEC se aproximando, o ano de 1996 foi bastante agitado em relação às discussões curriculares no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Em abril, ocorreu um Seminário do Currículo, que foi uma grande reunião com professores e estudantes para discutir questões específicas de ordenação e ementas de disciplinas. Em setembro, o Seminário de Reestruturação Curricular. Em outubro, diversas reuniões para construção da nova matriz e em novembro o novo currículo é finalmente aprovado no Departamento.

O Seminário do Currículo, realizado em abril, foi organizado com o objetivo de aglutinar professores e estudantes para concretizar propostas que estavam sendo discutidas até então. A comissão organizadora do Seminário foi composta pelos professores Lino Peres e Luis Roberto Marques que, no início do evento, apontaram a pouca participação de docentes e discentes nas reuniões do currículo. A ata do Seminário (Doc. 25, 1996a) (Fig. 58) revela que a reunião foi bastante longa e contou com diversos professores e alguns estudantes.

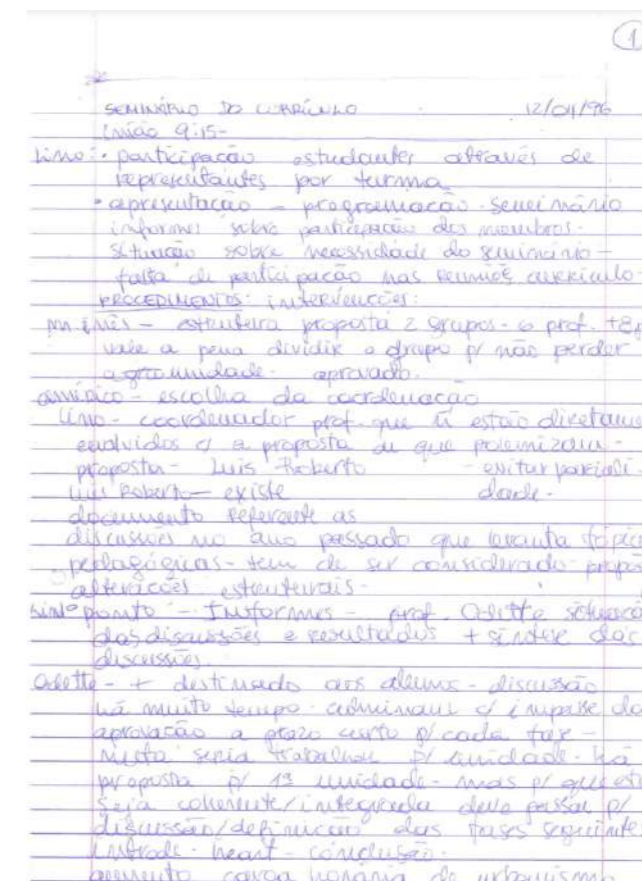


Fig. 58
Ata Seminário do Currículo. Abril/96
(Doc. 25, 1996a)

No início das discussões deste Seminário, foram analisadas as propostas apresentadas no 1º Seminário "Em busca de um novo ensino na formação do arquiteto e urbanista", realizado no ano anterior, quando foram discutidas as disciplinas em relação às unidades. Foi questionado o caráter conservador das propostas, que pareciam reordenar as disciplinas: "precisamos mudar ou reformular o currículo?" (Doc. 25, 1996a). Em relação às ementas propostas, surgiram comentários que apontavam a generalidade em que elas foram escritas, além de estarem muito parecidas com aquelas que definem o antigo currículo.

Uma questão bastante discutida no Seminário do Currículo foi o ensino do urbanismo, que aparecia no currículo anterior de forma bastante sutil, de caráter exclusivamente teórico e em disciplinas optativas. Os conteúdos e abordagens de projeto urbano eram ofertados dentro das disciplinas de projeto. Então, foi sugerida a criação do núcleo de urbanismo, incorporando esses conteúdos. Para aumentar o rol de disciplinas de urbanismo, entretanto, seria necessário a contratação de mais professores com uma formação voltada à área, que até então era carente no Departamento.

Durante as discussões, questões específicas sobre o ensino e a organização dos cursos de arquitetura da Universidade de Brasília (UNB) e da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP) foram abordadas como exemplos e pontos de partida para os debates sobre o novo currículo. Pretendia-se, na nova estrutura curricular, buscar um maior relacionamento entre teoria e prática e o canteiro e o desenho.

Um estudante fez uma observação durante o Seminário em relação à necessidade de inserir disciplinas obrigatórias da área de informática no currículo, pois era percebida uma defasagem em relação ao mercado de trabalho e a "realidade prática" do egresso do curso. Ao fim da ata do Seminário, são apresentadas propostas de disciplinas com respectivos créditos para a unidade I (três primeiras fases) do novo currículo (Fig. 59).

Ao final do mês de abril de 1996, então, com a continuação das discussões em reuniões do currículo, já haviam sido traçadas algumas diretrizes para a nova estrutura curricular. Em primeiro lugar, foi mantida a proposta apresentada na década de 1980 de estruturar o curso através de três unidades (introdução, aperfeiçoamento e síntese). A duração do trabalho de graduação de um ano, resultado de seminários promovidos pela ABEA e da obrigatoriedade imposta nas diretrizes curriculares de 1996, também estava em vias de se tornar realidade no curso. A ampliação da carga horária de disciplinas de urbanismo, remodelação na metodologia das oficinas de desenho - que antes encontravam-se isoladas no currículo - agora como forma integradora de disciplinas de expressão e reestruturação de todo o núcleo

1ª fase:

Oficina desenho I	- 6 cred.
Geometria descrit.	- 4 "
Introd. Arg. Urb.	- 8 "
Topografia Aplicada.	- 4 "
História arquitetura I	- 4
Experimentação I	- 4
	<hr/>
	30 créditos

2ª fase

Oficina desenho II	6 cred.
Dac	4 cred
Proj. arquit I	6 cred.
História de arquit II	4 cred.
Experimentação II	- 3 cred.
Introdução à análise estrutural	- 5 cred
	<hr/>
	28 cred.

3ª fase

Proj. arquit II	- 6 cred.
Paisagem	3 "
História de cidade	2 "
História de arquit III	4 cred.
Resistência	5 "
Mat e técnicas I	4 cred.
Introd. conceitos técnicos e acústica	2 cred
	<hr/>
	28 cred

Fig. 59
Sugestão de disciplinas para as primeiras fases do curso, 1996.
(Doc. 25, 1996a)

de teoria e história também se tornaram diretrizes. Com relação à reestruturação do núcleo de teoria, bastante apontado como problemático em todas as avaliações do currículo antigo, tem-se como diretrizes para a nova estrutura a ênfase no estudo da modernidade, estudo da história nas primeiras fases do curso, introdução da análise da América Latina, incorporação do estudo da cidade e da arte.

Em setembro de 1996, com o Seminário de Reestruturação Curricular, realizado nos dias 12 e 13, também foi em estrutura de reunião entre professores e alunos do curso de arquitetura. Ao início das discussões, foi feito um informe de que o prazo final para a entrega do pacote do currículo para a reitoria seria dia 25 de novembro de 1996, ou seja, dali dois meses. Para submetê-lo à reitoria, era necessário ter toda a estrutura curricular organizada com ementas e a aprovação do Departamento. Foi relatado, ainda no início do seminário, a preocupação do corpo docente em relação ao tempo, que era escasso para a discussão das propostas.

No evento, notou-se a intensa participação de estudantes, que fizeram muitos apontamentos sobre as propostas da nova estrutura. Neste momento, a primeira e segunda fase estavam em período de “teste”, tendo aulas de disciplinas recém-criadas, apesar de toda a estrutura curricular não estar pronta ainda. Por isso, a avaliação estudantil em especial sobre estas duas primeiras fases foi importante para o prosseguimento do processo.



Sou da turma de 1996.1, a primeira turma que viveu o currículo. Ele ainda estava sendo desenvolvido enquanto ministravam para nós as novas disciplinas. Por isso nossa turma se envolveu muito no processo de reforma curricular. Não queríamos ficar naquela sensação de que éramos uma turma de teste, queríamos que nossa formação não fosse prejudicada por causa disso. Fizemos diversas reuniões e debates no anfiteatro entre alunos para decidir o que queríamos e depois apresentar para os professores. Nos reuníamos com estudantes de outros semestres, que estavam na vigência ainda do currículo antigo, para entender o quê da formação deles também não era legal. Pressionávamos o corpo docente quanto possível, parávamos em corredores, chamávamos para reuniões, porque não sabíamos quais seriam as disciplinas que íamos ter nos próximos semestres e percebemos que nossa formação estava sendo danificada devido toda essa situação.

Muito foi falado em relação à sobrecarga causada pelas novas disciplinas que, ao proporem a integração entre diversas matérias, culminaram em excesso de trabalho e conteúdos repetitivos. A integração horizontal dos conteúdos também apresentou-se problemática devido ao distanciamento do corpo docente entre si. Foi evidenciado o isolamento de professores, que ministravam suas próprias disciplinas como julgavam melhor sem diálogo com os estudantes ou outros professores.

Nesse sentido, apareceram também falas de denúncia da própria estrutura da universidade que, segundo alguns estudantes e professores, prioriza o trabalho acadêmico do docente em relação ao magistério. Um estudante aponta que “a universidade está

reproduzindo o modelo individualista da sociedade” (Doc. 26, 1996b). Também foram feitas reflexões sobre o ofício do arquiteto que, sozinho, não pode fazer uma arquitetura adequada, uma vez que necessita de integração, de diálogo, de relacionamento com outros arquitetos e com a sociedade. Algumas falas deste Seminário aparecem para apontar que, naquela época, o relacionamento entre a comunidade do Departamento de Arquitetura da UFSC falhava neste sentido.

Surgiram, ainda, algumas propostas a serem discutidas para a continuação do processo: criação de “ateliers livres”, onde o aluno se matricula escolhendo o tema e o professor nos quais tem interesse; aglutinar conteúdos de teoria dentro dos ateliers, nas disciplinas de projeto, para eliminar o número de disciplinas e diminuir a carga-horária nas primeiras fases; necessidade de existir uma relação diferente da tradicional entre professor e aluno nas oficinas e nos ateliers, o processo de aprendizagem deve ser conjunto e não-hierárquico. Por fim, foi colocado, em caráter de urgência, a contratação de novos professores de urbanismo.

Foram nas reuniões do mês seguinte, em outubro, então, onde de fato o currículo foi estruturado, com reordenação de disciplinas entre as fases e definições de conteúdos programáticos e metodologias. Estas reuniões foram realizadas entre professores e registradas em atas (Doc. 25, 1996c) (Fig. 60).

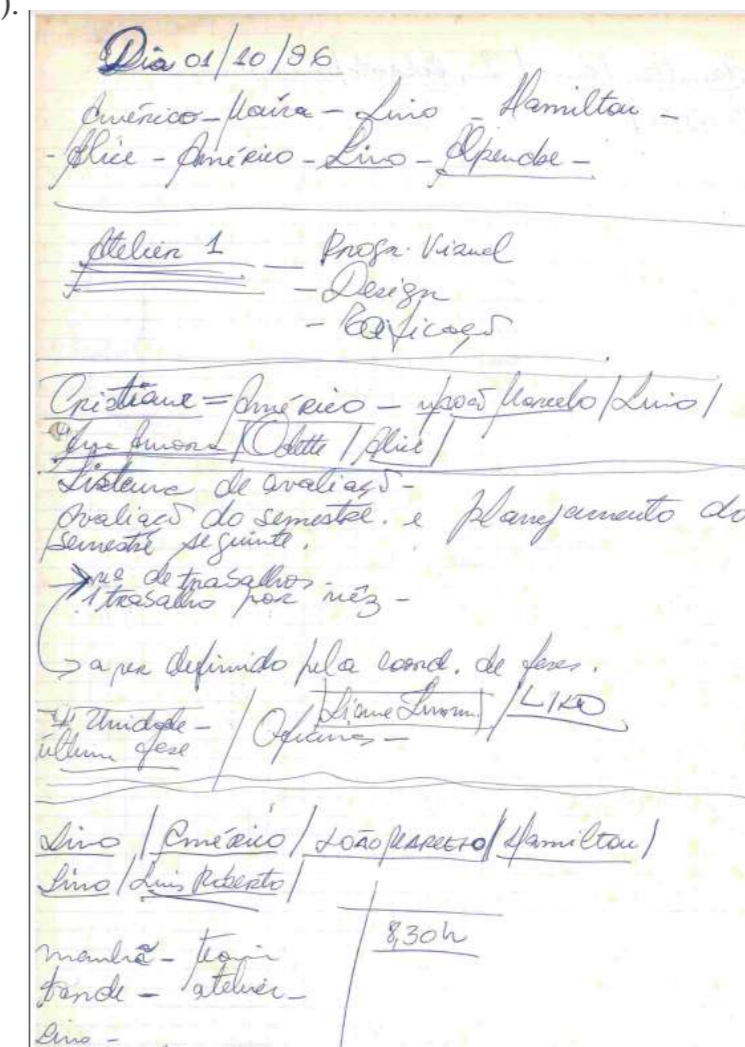


Fig. 60
Ata reuniões de outubro, 1996.
(Doc. 27, 1996c)

Ao início destas reuniões, é colocado "em caráter de indignação" o esvaziamento de professores no encontro (Doc. 27, 1996c). Os encontros foram organizadas de acordo com as unidades de ensino propostas, mas em registro encontram-se predominantemente discussões acerca da primeira unidade, que abrange as três primeiras fases. Como metodologia da reunião, foi definido "(...) após algumas discussões" (Doc. 25, 1996c) que seriam apresentadas as primeiras fases como eram na época, para então começar a sugestão de modificações. A "natureza" da unidade I foi definida por uma série de conceitos (Fig. 61)

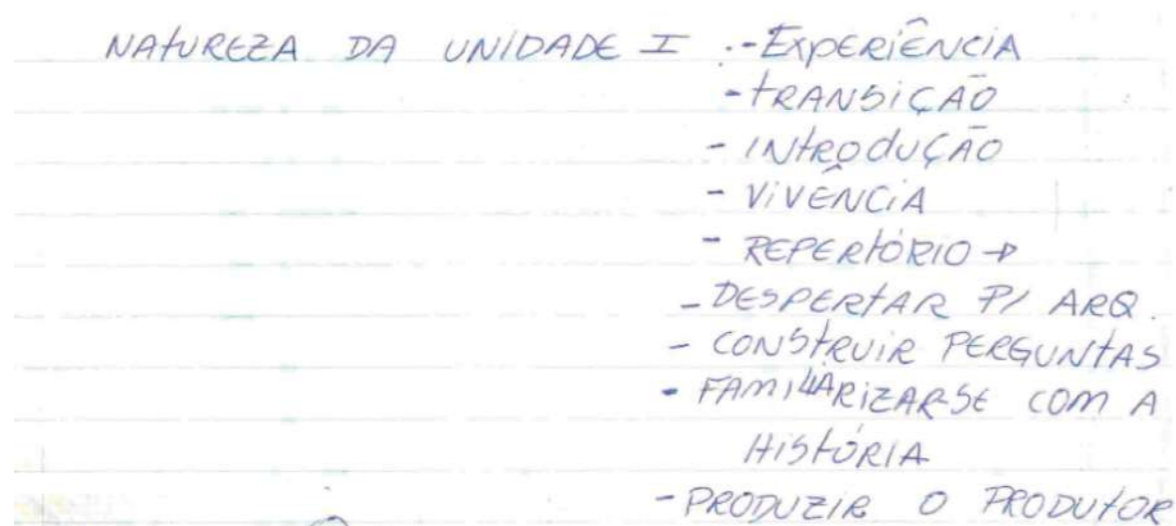


Fig. 61
"Natureza" da Unidade I definida nas reuniões de outubro
(Doc. 27, 1996b)

A partir da natureza da Unidade definida, foi determinado o que esperava-se do estudante ao concluir estas três primeiras fases: "(...) deve estar apto a relacionar o contexto histórico e as manifestações culturais e críticas com a organização espacial" (Doc. 27, 1996c). Foi destacada a importância de a Unidade I ser formulada através de conceitos introdutórios e experimentais. A manipulação de objetos através da volumetria, construtibilidade e taticidade deveriam orientar a estruturação curricular-pedagógica nestas primeiras fases. Assim, não se tratava de introduzir o estudante no ofício da profissão ou "treinar" o fazer arquitetônico, mas sim apresentar ao estudante formas de manipular o espaço através de instalações ou modelos. Ao fim desta primeira unidade, esperava-se que o estudante tivesse capacidade de questionar e indagar sobre o que e como fazer arquitetura e urbanismo, para que buscasse estas respostas ao longo da Unidade II, de aprofundamento.

Em uma segunda reunião de outubro, a Unidade II foi discutida. Os objetivos principais desta unidade eram o aprofundamento e consolidação de experiências

realizadas nas primeiras fases do curso. Pretendia-se que o estudante dominasse a prática projetual - desde a concepção até a construtibilidade de projetos complementares - e soubesse abordar conceitualmente problemáticas contemporâneas da arquitetura e urbanismo: produção, distribuição e consumo do espaço urbano. Foi proposto que as quatro fases que compreendem a unidade II fossem divididas em duas partes anuais com temas distintos. A primeira, com o estudo de assentamentos urbanos, na 4a. e 5a. fase, desenvolvendo anteprojetos, e a segunda com foco nos equipamentos e sistemas urbanos, na 6a e 7a fase, a nível de projeto executivo.

Nas atas de reuniões de outubro (Doc. 27, 1996c), não foram encontrados debates em relação à Unidade III, somente nas contribuições do prof. Peres (Doc. 28, 1996d). Para o professor, esperava-se que o estudante, ao final desta terceira unidade, tivesse capacidade de sintetizar os conteúdos aprendidos durante o curso, podendo definir um caminho próprio de concepção projetual. Além disso, o estudante deveria ser capaz de desenvolver programas complexos de alto grau técnico. Em relação ao trabalho de conclusão de curso, recomendava-se que o desenvolvimento fosse durante um ano, onde o primeiro semestre seria destinado aos conteúdos teóricos e metodológicos do trabalho a ser desenvolvido, de fato, no segundo semestre.

Ainda no mês de outubro, ocorreu a Primeira Semana da Arquitetura (Fig. 43), realizada entre os dias 14 e 18, que foi concebida para ser um espaço de discussão coletiva acerca do ensino de arquitetura e urbanismo no curso. Em relação a este evento, apenas foi encontrado um cronograma (Fig. 62) que apresenta as atividades desenvolvidas naquele período (doc. 24, 1996).

SEMANA DA ARQUITETURA 1996					
	2a feira 14/10	3a feira 15/10	4a feira 16/10	5a feira 17/10	6a feira 18/10
Horário: 08h30 às 12h00 Local: Salas do ARQ	OFICINAS	OFICINAS/ OFICINA CURRICULAR	OFICINAS/ OFICINA CURRICULAR	OFICINAS	OFICINAS
Horário: 14h00 às 18h00		PALESTRA O Atelier, um Espaço do Ensino e da Prática de Projeto. Arq. Miguel Angel Roca Local: CTC 812	PALESTRA A Gestão Urbana e o Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Arq. Augusto Ivan Freitas Pinheiro Local: CTC 812	PALESTRA Plano Básico de Desen- volvimento ecológico-e- conômico da Grande Florianópolis Arq. Valesca Menezes Marques Local: Auditório da Elétrica	FÓRUM/APROVAÇÃO DO CURRÍCULO
Horário: 18h30 às 21h00		REUNIÃO/Palestrante com Profés.	REUNIÃO/Palestrante com Profés.		

Fig. 62
Cronograma Semana da Arquitetura - 14 a 18/10/1996
(Autora, com base em Doc. 29, 1996e)

Resultado de todo esse processo que se propôs a reformular o currículo foi concretizado em 11 de novembro de 1996, quando a nova estrutura curricular para o curso de arquitetura e urbanismo da UFSC foi aprovada em reunião do Colegiado de Curso. (Fig. 63 e Fig. 64).

OPATIVAS DE TERCIAIS	UNIDADE 1			UNIDADE 2			UNIDADE 3			
	1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE	5ª FASE	6ª FASE	7ª FASE	8ª FASE	9ª FASE	10ª FASE
EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL	EXPERIMENTAL
ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE	ANÁLISE
HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS	HISTÓRIAS
OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS	OPATIVAS

Fig. 63
Estrutura curricular aprovada
(Doc. 30, 1996f)

1º Semestre	EXP I	DESENHO I	P0	GD	HST I					
2º	ANÁLISE ESTR.	EXP II	DESENHO II	P1	TOPO	HST II				
3º	FÍSICA DO AMB. RESIST.	TEC I	CAAD	P2	TEORIA URB. I	ESTÁGIO				
4º	CONF. TERM.	TEC II	INST. I - ELÉTRICA	P3	URB I	HIST. III				
5º	CONF. ILUM.	ESTÁTICA	TEC III	INST. II - HIDR	P4	URB II	ARQ BR I			
6º		CONCRETO	TEC IV		P5	URB III	SIST. URB.	ARQ BR II	ESTÉTICA	HIST. CIDADE I
7º	CONF. ACUST	ÁÇO			P6	URB IV	TEOR. URB. II			HIST. CIDADE II
8º		MADEIRA			P7	URB V	TEOR. URB. III		ARQ. LATINO	
9º					P8	TCC I			PATRIMÔNIO	
10º					P9	TCC II				

Fig. 64
Currículo aprovado
(A autora, com base em fluxograma desenvolvido por Filipe Chaves, em 2015)

Foram quatro as diretrizes gerais desta proposta. A primeira, imutável, organiza o curso em três unidades. A segunda, que também foi ponto de partida desde o início das discussões, é a busca pela integração horizontal das disciplinas. E a terceira refere-se ao processo de avaliação, que deveria ser feito a cada final de semestre, como preparação e ajuste para o seguinte. Nesta avaliação, sugeriu-se a presença de professores e estudantes (ou representantes de turma).

Deste período, foi encontrado um compilado de solicitações do Centro Acadêmico em relação à aprovação da nova matriz curricular (Doc. 31, 1996g). Após a aprovação da estrutura do currículo no Colegiado de Curso, o CALA envia ofício à coordenação do curso solicitando a ata desta reunião de aprovação e apresentação da proposta para o curso “(...) bem como esclarecimento do porquê da não convocação de um fórum coletivo superior para sua aprovação, como havia sido acordado nos últimos seminários” (Doc. 31, 1996g). O Centro Acadêmico ainda adiciona ao ofício que será feita uma manifestação de descontentamento em relação a como o processo foi encaminhado.

Em resposta, a então coordenadora do curso, prof. Alina Santiago, organiza um fórum no dia 20 de novembro para a apresentação do currículo - já aprovado pelo Colegiado de Curso. Após o fórum, independente do decorrer das manifestações estudantis, o currículo seria enviado para o Pró-Reitor de ensino para aprovação. E assim foi feito.

A estrutura da nova matriz curricular reflete a maneira com que os diversos seminários e encontros para discussão ocorreram, principalmente as reuniões de outubro. Percebeu-se, através das atas da construção do currículo (Doc. 25, 1996c), que a metodologia para a organização desta matriz foi a análise da estrutura anterior e a reorganização das disciplinas e ementas já existentes. Essa forma de estruturar a matriz se deu devido ao caráter de urgência em que estava a aprovação do novo currículo, devido à data limite imposta pelo MEC para implantação das Diretrizes Curriculares. Apesar de o processo de reforma do currículo ter iniciado em 1986, a falta de continuidade no processo, a ausência de conexão entre as demandas dos estudantes e dos docentes, o excesso de trabalho burocrático e administrativo, e a falta de engajamento de alguns professores e estudantes contribuiu para que o currículo aprovado em 1996 apresentasse esse caráter conservador, não incorporando mudanças significativas na estrutura de ensino da Escola.

CONCLUSÃO

A reflexão sobre o ensino de uma Escola de arquitetura abrange diversas questões e categorias de análise. Neste trabalho, em abordagem histórica, buscou-se relacionar as necessidades políticas e econômicas com os caminhos traçados para a formação de arquitetos e urbanistas em Santa Catarina. Ao resgatar a história da criação da UFSC e do Centro Tecnológico, notou-se que a demanda pela formação técnica, ancorada no incentivo à atividade industrial no Brasil, financiou e norteou a consolidação de cursos de engenharia na instituição. Além disso, desde o primeiro momento em que a UFSC foi idealizada, as relações partidárias e midiáticas direcionaram os caminhos para sua consolidação. Percebemos que o debate pedagógico em relação ao funcionamento da Universidade não foi prioridade no planejamento da instituição, que conferiu muito mais ênfase aos debates sobre seus modelos de gestão financeira. A construção do conhecimento na Universidade fica em segundo plano quando existe a necessidade de inserir trabalhadores no sistema produtivo, adequando o ensino às necessidades do sistema de produção vigente.

O curso de arquitetura e urbanismo da UFSC, criado no interior do Centro Tecnológico, como um apêndice ao curso de engenharia civil, conferiu uma consolidação específica na Universidade. A implantação de um currículo com um ciclo básico inovador, que não se encaixava em disciplinas predominantemente técnicas, mostra que o curso, desde sua gênese, buscou uma independência em relação ao ensino dos outros cursos do CTC. Contudo, o fato de a formação de arquitetos na UFSC ter se iniciado quando a Universidade já estava consolidada, em processo de expansão, e o Centro Tecnológico ter sido alvo de grandes investimentos - públicos e privados -, fez com que fosse possível usufruir do espaço físico, disciplinas e corpo docente oriundos do CTC, o que facilitou o processo de consolidação do curso e garantiu a permanência dentro do Centro Tecnológico, onde mantém-se até hoje.

Também foi importante para uma formação específica da Escola o fato de o curso ter sido criado ao final da década de 1970, no início do processo de reabertura política. Ao analisar a história de outras Escolas de arquitetura, que foram criadas anos antes com origens nas escolas politécnicas ou de belas artes, percebemos que a pauta pela independência do fazer e ensinar arquitetura sempre foi bastante latente, assim como as movimentações políticas na luta contra a ditadura militar. Isso se reflete no funcionamento atual dessas Escolas, onde a organização dos estudantes e dos profissionais acontece de maneira mais consolidada. No curso de arquitetura e urbanismo da UFSC, notamos movimentações estudantis e de alguns docentes em torno de pautas específicas, mas também é bastante perceptível que faz falta uma organização mais ativa.

As movimentações da comunidade do ARQ-UFSC em relação às reformas curriculares são reflexo disso. Na primeira reforma do currículo, ocorrida em 1979, assim como nos registros em relação à criação do curso, em 1977, não foram encontrados debates aprofundados em relação ao ensino e à formação de arquitetos, ao caráter pedagógico da Escola ou aos princípios em relação à aprendizagem dos estudantes. Isso não quer dizer que, necessariamente, não houve esse tipo de debate na Escola. Contudo, analisando especificamente os relatos documentados e arquivados, percebemos um caráter burocrático e conservador desta primeira reforma, dentro dos limites administrativos que a Universidade impunha. Esse registro de discussão mais crítica em relação ao currículo e à estrutura universitária foi encontrado com maior ênfase em 1986 e 1987, quando os documentos indicam que o curso apresentou um caráter mais reflexivo, crítico e questionador em relação a si mesmo e aos limites administrativos impostos. Contudo, o processo de reforma curricular sofreu uma descontinuidade histórica e grande parte desse debate se perdeu. Em 1996, quando o novo currículo é aprovado, notou-se uma retomada ao modelo burocrático de reajuste de disciplinas, ao invés de uma reforma no ensino de fato, refletido nas metodologias de construção de currículo e no caráter de urgência imposta pelos prazos determinados pelo MEC.

A formação e consolidação da Escola é reflexo de todas essas questões. O modelo de gestão da UFSC, que na época da criação do curso apresentava ainda no seu interior muitos parâmetros da Reforma Universitária, unido às necessidades e interesses políticos e econômicos do país, resultaram em uma Escola de arquitetura com um ensino descontínuo e fragmentado. Isso é percebido devido ao distanciamento do corpo docente entre si e com os estudantes, à descontinuidade ou repetição de conteúdos em disciplinas, ao distanciamento entre a teoria e a prática no curso, aos processos de ensino, pesquisa e extensão distantes da realidade social. Essas são questões que sempre aparecem quando o curso se propõe a pensar sobre si mesmo, o que revela que, apesar destes problemas, conseguimos identificar alguma percepção crítica no interior do curso.

Por fim, a análise da história da Universidade Federal de Santa Catarina, do ensino de arquitetura no Brasil e do curso de arquitetura e urbanismo na UFSC, com ênfase nas estruturas curriculares, indicou que a organização de um currículo para a formação de arquitetos e urbanistas é um processo bastante complexo. Essa formação requer o entendimento de distintas áreas de conhecimento, que modificam-se com o passar do tempo e precisam ser sempre atualizadas. Além disso, percebeu-se que o papel da Escola de arquitetura e urbanismo não deve ser de “ensinar” a arquitetura, mas sim garantir meios propícios, através de espaço físico adequado, metodologia experimental e diferentes estratégias de ensino e aprendizagem, garantindo que o estudante, ao longo de sua formação, possa se tornar um arquiteto e urbanista crítico, com clareza de suas responsabilidades sociais e com capacidades técnicas e artísticas bem desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- ABEA. Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. In: Seminário Nacional: *Crerios para Avaliação da Educação do Arquiteto e Urbanista*, 1992, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ABEA, Caderno 11, p. 54, s/d b
- ABEA. Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. In: Seminário Nacional: *Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 1993, Florianópolis. Anais... Salvador: ABEA, Caderno 12, p. 42, s/d b
- AGUIAR, Leticia Carneiro. *O curso de Pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960*. 2006. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- ARTIGAS, João B.V. *Contribuição para o Relatório sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo*. In: ABEA. *Sobre a História do Ensino de Arquitetura no Brasil*. ABEA. São Paulo. 1978. Pg 59
- BENAVIDES, Andrea Salomé Jaramillo; PIMENTA, Anna Freitas Portela de Souza; FOSSATI, Michele. *Experiência Pedagógica para o Ensino de Sistemas Estruturais: estudo de caso arq/ufsc*. In: IV Encontro Nacional de Ensino de Estruturas em Escolas de Arquitetura. 2020, Recife. Anais [...]. Recife: Ufpe, 2020. p. 1-14.
- BIESUZ, Angela Leticia Oliveira. *O espaço conta histórias: resgate de memória do arq-ufsc e possibilidades de futuro*. 2022. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- BLASS, Arno. *Caspar Erich Stemmer: administração, ciência e tecnologia*. Editora UFSC, 2015.
- CONTIER, Felipe de Araujo; ANELLI, Renato Luiz Sobral. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na cidade universitária: projeto e construção da Escola de Vilanova Artigas*. 2015.
- CORDEIRO, Caio Nogueira Hosannah. *A Reforma de Lucio Costa e o ensino de arquitetura e urbanismo: da escola nacional de belas artes à faculdade nacional de arquitetura (1931 - 1945)*. 2015. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.
- COSTA, Lucio. *Tudo, menos arquitetura*. Folhamais!. São Paulo, jul. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/230795i.htm>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- FARINES, Jean-Marie; TUYAMA, Laura; AURAS, Marli. *Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar*. Editora da UFSC, 2021.
- FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor*. CATANI, DB, 1986.
- FERREIRA FILHO, Clayton Barbosa. *A criação do curso de Engenharia Mecânica da UFSC na imprensa catarinense*. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 17., 2020, Online. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: Organizado Por Gisele Sanglard ... [Et Al]., 2020. p. 1-12.
- UFSC. Departamento de Engenharia Civil. *História da Criação do Departamento ECV*. Disponível em: <https://ecv.ufsc.br/historia-da-criacao-do-departamento-ecv/>. Acesso em: 19 abril. 2023.
- UFSC. Centro de Ciências Jurídicas. Departamento de Engenharia Civil. *Histórico*. Disponível em: <https://ccj.ufsc.br/centenario/historico/>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- FONTES, Henrique da Silva. *Pensamento, palavras e obras*. Organização: Armen Mamigonian, Marli Auras - Florianópolis. EdUFSC. 2016. 212p.
- GOLDEMBERG, José (Ed.). *USP 80 anos*. Edusp, 2015.
- Gunn, Philip. *O Departamento de Tecnologia e o Currículo da FAUUSP*. Sinopses Memória. Edição Especial. FAUUSP. São Paulo. 1993. Pg 77
- LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade por João David Ferreira Lima*. Florianópolis, UFSC, 1980. p. 272
- MONTEIRO A. M. R. G; MARAGNO G. V; JUNIOR W. R. S; GUTIERREZ, E. J. B. (Org). *A construção de um novo olhar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: Os 40 anos da ABEA*. Brasília: ABEA, 2013.
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de; PERPÉTUO, Maini de Oliveira. *O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil*. *Arquitextos*, São Paulo, v. 6, n. 66.04, 2005.
- OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. *A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto de "desenvolvimento com segurança"*. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.
- OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês*. Florianópolis: Insular, p. 205, 2014.
- PORANGABA, Alexsandro Tenório. *A Habitação de Interesse Social nos Currículos Mínimos de Arquitetura e Urbanismo: Uma Análise Histórico-Documental*. *Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, Natal, V. 2, n. 2, p. 69-80, ago, 2017
- POUSADELA, Miguel Angel. *Um estudo sobre a possível incidência do perfil do professor no processo de ensino-aprendizagem de Projeto Arquitetônico: análise comparativa de dois casos no arq-ufsc*. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Ppgec, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. *O currículo mínimo no ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: 1969 - 1994*. 2001. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados, 2021.
- SILVA, Valdir Alvim da. *Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina - uma história de dominação de classe*. 318 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. 1996, p. 115
- STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1995
- TAVARES, Maria das Graças M. *Reformas da educação superior no Brasil pós-85: desafios à extensão e à autonomia universitárias*. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, v. 20, 1997.
- VIDOTTO, T. C.; MONTEIRO, Ana Maria R. de G. *O Ensino de Arquitetura no Brasil: da Missão Francesa à criação da Faculdade Nacional de Arquitetura*. In: Anais do XXXII ENSEA/XVII CONABEA: ABEA 40 anos. *Arquitetura e urbanismo: formação unificada no Brasil./ XXXII Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo, XVII Congresso Nacional da ABEA*. Goiânia-GO - Brasil, 13 a 15 de maio de 2013, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013. ABEA, Caderno 38, 310p

